Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

CNPJ nº 07.658.098/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste atos, o Relatório de Administração atrelado às Demonstrações Financeiras e ao relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Apresentação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. **Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício. A Administração propôs a distribuição do lucro do exercício através de constituição de reserva legal no montante de R$17.241, dividendos obrigatórios a serem pagos em 2021 no montante de R$3.276 e a constituição de reservas de lucro no valor de R$324.294. Os valores serão referendados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 30 de abril de 2022. Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou no Resultado do Exercício. Em 2021 o mercado de saúde suplementar ainda carrega o impacto da pandemia causada pela COVID-19, mesmo diante dessa situação a Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. Reorganização societária: a. Conforme fato relevante divulgado ao Mercado em 12 de agosto de 2021 pelo Grupo Qualicorp, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 100% de participação no capital social da Elo Administradora de Benefícios Ltda., pelo montante de R$ 77.046 além de uma parcela contingente e futura, calculado pela variação positiva do número de vidas entre a data do fechamento e a data da apuração. Em 9 de novembro de 2021, diante do cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, concluiu-se o fechamento da transação de aquisição de 100% do capital da Elo Administradora de Benefícios Ltda., adicionando cerca de 52.000 novas vidas ao seu portfólio; b. Conforme fato relevante divulgado pelo Grupo Qualicorp em 30 de março de 2021, em reunião do Conselho de Administração ocorrida na mesma data, foi aprovada a proposta da cisão parcial da Qualicorp Benefícios e respectiva incorporação da parcela cindida por sua Controladora. Em 1º de setembro de 2021, a Companhia obteve anuência da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a reorganização societária. A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 2021 e 2020:

Em 2021

Elo Administradora de Benefícios Ltda.	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.
98,81%	75%

Em 2020:

Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.
98,81%	75%	75%

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s): Além de uma nova governança corporativa, a Companhia está focada em desenvolver seus canais de vendas e aumentar o portfólio de produtos e expandir as operações através de aquisições estratégicas para o negócio. Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde. Os principais investimentos no ano de 2021 foram voltados à aquisição de participação em outras empresas, valor de R$ 61.636, conforme demonstrado em nosso fluxo de caixa das atividades de investimento e ações. Emissão de debêntures: As debêntures escrituradas pelo Grupo Qualicorp, são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 251 dias úteis (B3), acrescida de "spread" de 1,15% a.a. Em outubro de 2021, os montantes de debêntures foram transferidos para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., em virtude da cisão realizada._Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício. **Aquisição da Elo Administradora de Benefícios Ltda:** Conforme fato relevante divulgado ao Mercado em 12 de agosto de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 100% de participação no capital social da Elo Administradora de Benefícios Ltda ("Elo"). Diante do cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, realizada em 9 de novembro de 2021 (data da transação), concluiu-se o fechamento da transação, adicionando cerca de 52.000 novas vidas ao seu portfólio, sendo que R$ 46.227 foi pago na data do fechamento, R$ 15.409 em 09 de dezembro de 2021 e R$ 15.409 em 07 de janeiro de 2022 e a dívida líquida de R$ 592 paga em 07 de janeiro de 2022. Será ainda paga em até 14 meses, uma parcela contingente e futura, variável de acordo com a variação dos resultados da sociedade no próximo ano ("Contas a Pagar por Aquisição ou Earn-Out" no valor de R$ 592 em 31 de dezembro de 2021). Deste modo, o montante alocado como preço pago pela aquisição é de R$ 78.600. **Cisão parcial da Companhia:** Em virtude da cisão ocorrida na Companhia, os controles das Empresas Clube de Saúde Administradora de Benefícios S.A. e da Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda., para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia afirma que ao final do ano de 2021, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto à agência reguladora. Capital social e dividendos. Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e suas controladas:

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	173.958	75%	R$ 2.504.995,20
André Luiz Corbacho Vianna	37.447	16%	R$ 539.236,80
Sérgio Ricardo J. C. Braga	13.291	6%	R$ 191.390,40
André Adrien Theodore Bucsan	4.832	2%	R$ 69.580,80
Sílvio César Masquita	2.416	1%	R$ 34.790,40
TOTAL	**231.944**	**100%**	**R$ 3.339.993,60**

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	550.000	100%	R$ 550.000

Conforme contratos sociais, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios. Informações Complementares: Os demais itens previstos pela RN nº 435 de 2018, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS. Ações frente à pandemia do vírus Covid-19: O segundo ano de pandemia (2021) no Brasil foi marcado por uma acentuada segunda onda de contaminações e pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2, onde à medida que a pandemia de Covid-19 evolui os governos estão implementando medidas adicionais para enfrentar os problemas de saúde pública resultantes e o impacto econômico. Sendo assim a Qualicorp Benefícios decidiu manter toda sua Operação em home office primando pela segurança de seus colaboradores. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes. Para o ano de 2022 a previsão é continuar atuando de forma remota, até que seja possível decidir pelo retorno em segurança e por meio de um modelo híbrido, para que os nossos colaboradores continuem trabalhando de suas casas pelo menos três vezes por semana. Já em relação à Suspensão do Reajuste, no tocante aos impactos contábeis, maiores detalhes podem ser obtidos nas notas explicativas nº 1 b i) e 9.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e 1º de Janeiro de 2020 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora			Consolidado		
ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
ATIVO CIRCULANTE		**569.358**	**1.230.391**	**564.233**	**630.804**	**1.369.720**	**619.439**
Disponível	8	87.784	283.544	108.513	93.184	322.002	140.177
Realizável		**481.574**	**946.847**	**455.720**	**537.620**	**1.047.718**	**479.262**
Aplicações Financeiras	**9**	274.629	296.179	187.116	280.373	307.040	192.422
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		21.000	20.276	19.902	26.744	31.137	25.208
Aplicações Livres		253.629	275.903	167.214	253.629	275.903	167.214
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**10**	94.151	554.776	112.273	143.189	622.886	117.636
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber							
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		94.151	79.223	112.273	143.189	118.166	117.636
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar	1 b) i	–	475.553	–	–	504.720	–
Créditos Tributários e Previdenciários		**32.976**	**26.512**	**22.912**	**32.986**	**27.105**	**23.218**
Bens e Títulos a Receber	**11**	**75.924**	**67.286**	**131.253**	**76.274**	**87.754**	**136.841**
Despesas Antecipadas		**3.894**	**2.094**	**2.166**	**4.798**	**2.933**	**9.145**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**865.420**	**834.013**	**607.529**	**864.799**	**794.088**	**569.231**
Realizável a Longo Prazo		**130.158**	**85.929**	**56.742**	**131.615**	**92.043**	**56.867**
Outras Aplicações		–	–	–	–	39	–
Créditos Tributários e Previdenciários		61.475	11.959	37.483	61.475	15.186	37.483
Depósitos Judiciais e Fiscais		13.422	13.644	13.793	14.868	16.492	13.918
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		55.261	60.326	5.466	55.272	60.326	5.466
Investimentos	**13**	**262.745**	**263.977**	**52.469**	**33**	**33**	**33**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		262.712	263.944	52.436	–	–	–
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		262.712	263.944	52.436	–	–	–
Outros Investimentos		33	33	33	33	33	33
Imobilizado	–	**606**	**670**	**6.691**	**1.609**	**1.571**	**9.886**
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		606	670	1.172	1.609	1.567	1.430
Imobilizações em Curso		–	–	–	–	–	2.937
Outras Imobilizações		–	–	5.519	–	4	5.519
Intangível	14	471.911	483.437	491.627	731.542	700.441	502.445
TOTAL DO ATIVO		**1.434.778**	**2.064.404**	**1.171.762**	**1.495.603**	**2.163.808**	**1.188.670**

		Controladora			Consolidado		
			(Reapresentado)			(Reapresentado)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
PASSIVO CIRCULANTE		**384.567**	**811.445**	**354.530**	**431.558**	**890.725**	**370.030**
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	**15**	**267.933**	**711.509**	**244.161**	**309.558**	**777.934**	**250.542**
Contraprestações/Prêmios a Restituir		20.320	27.113	16.696	20.320	28.603	17.837
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		70.926	69.343	77.878	78.030	82.016	82.815
Comercialização sobre Operações		197	405	744	197	405	744
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		176.490	157.778	148.843	211.011	183.689	149.146
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		–	456.870	–	–	483.221	–
Provisões		**107**	**8.316**	**9.362**	**1.590**	**13.753**	**11.513**
Provisão para IR e CSLL		107	8.316	9.362	1.590	13.753	11.513
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**12.008**	**15.176**	**22.875**	**13.489**	**17.426**	**23.962**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		**–**	**3.943**	**8.075**	**–**	**3.943**	**8.075**
Débitos Diversos	**16**	**104.519**	**72.501**	**70.057**	**106.921**	**77.669**	**75.938**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**206.006**	**400.630**	**331.962**	**217.090**	**419.220**	**333.370**
Provisões		**162.795**	**55.842**	**39.579**	**173.879**	**74.166**	**40.987**
Provisões para Tributos Diferidos		115.607	**–**	**–**	119.424	8.162	–
Provisões para Ações Judiciais	17	47.188	55.842	39.579	54.455	66.004	40.987
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		**–**	**289.349**	**288.915**	**–**	**289.349**	**288.915**
Débitos Diversos	**16**	**43.211**	**55.439**	**3.468**	**43.211**	**55.439**	**3.468**
Tributos e encargos sociais a recolher		**–**	**–**	**–**	**–**	266	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**844.205**	**852.329**	**485.270**	**846.955**	**853.863**	**485.270**
Capital Social	**18**	**314.006**	**276.366**	**276.366**	**314.006**	**276.366**	**276.366**
Reservas		530.199	575.963	208.904	530.199	575.963	208.904
Reservas de Capital		104.874	87.750	108.790	104.874	87.750	108.790
Reservas de Lucro		425.325	488.213	100.114	425.325	488.213	100.114
Lucros Acumulados		**–**	**–**	**–**	–	–	–
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**844.205**	**852.329**	**485.270**	**844.205**	**852.329**	**485.270**
Participação dos não Controladores no Patrimônio Líquido		–	–	–	2.750	1.534	–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.434.778**	**2.064.404**	**1.171.762**	**1.495.603**	**2.163.808**	**1.188.670**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível a Proprietários da Controladora						Participação dos não Controladores	
				Reservas de Lucros					
	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Legal	Outros	Lucros Acumulados	Total Controladora	Participação dos não Controladores	Total Consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (ANTERIORMENTE APRESENTADO)		**276.366**	**108.790**	**55.273**	**47.880**	**–**	**488.309**	**–**	**488.309**
Ajustes de Exercícios Anteriores - despesas com encargos sociais	2. III a)	–	–	–	(3.039)	–	(3.039)	–	(3.039)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020 (REAPRESENTADO)		**276.366**	**108.790**	**55.273**	**44.841**	**–**	**485.270**	**–**	**485.270**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	388.099	**388.099**	2.690	**390.789**
Participação de não controladores - aquisição de negócios		–	–	–	–	–	**–**	1.171	**1.171**
Ações restritas		–	20.801	–	–	–	**20.801**	–	**20.801**
Dividendo mínimo obrigatório	18				3.881	(3.881)	**–**	–	**–**
Dividendo adicional proposto	18	–	–	–	384.218	(384.218)	**–**	–	**–**
Dividendos antecipados a não controladores		–	–	–	–	–	**–**	(2.327)	**(2.327)**
Transações de capital entre sócios		–	2.262	–	–	–	**2.262**	–	**2.262**
Opção de compra		–	(44.103)	–	–		**(44.103)**	–	**(44.103)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 (REAPRESENTADO)		**276.366**	**87.750**	**55.273**	**432.940**	**–**	**852.329**	**1.534**	**853.863**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	344.811	**344.811**	4.790	**349.601**
Ações restritas	19	–	12.119	–	–	–	**12.119**	–	**12.119**
Dividendos pagos		–	–	–	(162.116)	–	**(162.116)**	(3.023)	**(165.139)**
Constituição de reserva legal	18	–	–	17.241	–	(17.241)	**–**	–	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	18	–	–	–	3.276	(3.276)	**–**	–	**–**
Constituição de reserva de lucros	18	–	–	–	324.294	(324.294)	**–**	–	**–**
Aumento de capital	18	100.000	–	–	–	–	**100.000**	–	**100.000**
Cisão Parcial	1 b) iv	(62.360)	4.601	(12.472)	(233.111)	–	**(303.342)**	(1.236)	**(304.578)**
Transações de capital entre sócios	13	–	404	–	–	–	**404**	5	**409**
Ajuste de participação proporcional		–	–	–	–	–	**–**	680	**680**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021		**314.006**	**104.874**	**60.042**	**365.283**	**–**	**844.205**	**2.750**	**846.955**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado do Exercício para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Outras Receitas Operacionais		Controladora		Consolidado	
	Nota	Acumulado até 31/12/2021	Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2021	Acumulado até 31/12/2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**1.097.564**	**1.185.690**	**1.257.277**	**1.286.518**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**1.174.461**	**1.270.182**	**1.345.506**	**1.378.199**
Receitas com Administração		1.174.461	1.270.182	1.345.506	1.378.199
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		**(76.897)**	**(84.492)**	**(88.229)**	**(91.681)**
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**1.097.564**	**1.185.690**	**1.257.277**	**1.286.518**
Outras Receitas Operacionais		**12.704**	**4.128**	**15.437**	**4.259**
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		11.921	4.128	14.654	4.259
Outras Receitas Operacionais de planos de assistência a saúde		783	–	783	–
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(213.896)**	**(228.202)**	**(250.233)**	**(250.198)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(142.582)	(130.749)	(155.773)	(139.762)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	10	(71.314)	(97.453)	(94.460)	(110.436)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		**(4.247)**	**(5.634)**	**(4.706)**	**(14.439)**
RESULTADO BRUTO		**892.125**	**955.982**	**1.017.775**	**1.026.140**
Despesas de Comercialização	**20**	**(12.467)**	**(19.338)**	**(43.451)**	**(24.282)**
Despesas Administrativas	**20**	**(395.143)**	**(383.722)**	**(442.843)**	**(412.413)**
Resultado Financeiro Líquido	**21**	**18.550**	**(9.073)**	**16.549**	**(11.489)**
Receitas Financeiras		65.754	41.581	71.769	45.515
Despesas Financeiras		(47.204)	(50.654)	(55.220)	(57.004)
Resultado Patrimonial		**23.442**	**29.554**	**(424)**	**10.200**
Receitas Patrimoniais		24.671	38.572	805	10.491
Despesas Patrimoniais		(1.229)	(9.018)	(1.229)	(291)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	22	**526.507**	**573.403**	**547.606**	**588.156**
Imposto de Renda		(85.171)	(114.078)	(97.765)	(125.161)
Contribuição Social		(30.729)	(41.299)	(35.317)	(45.328)
Impostos Diferidos		(64.181)	(23.727)	(63.258)	(20.501)
Participações sobre o Lucro		(1.615)	(6.200)	(1.665)	(6.378)
RESULTADO LÍQUIDO		**344.811**	**388.099**	**349.601**	**390.788**
ATRIBUÍVEL A					
Participações dos acionistas controladores		344.811	388.099	344.811	388.099
Participações dos não controladores		–	–	4.790	2.689
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**344.811**	**388.099**	**349.601**	**390.788**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado até 31/12/2021	Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2021	Acumulado até 31/12/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	344.811	388.099	349.601	390.788
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**344.811**	**388.099**	**349.601**	**390.788**
ATRIBUÍDO A				
Acionistas Controladores	344.811	388.099	344.811	388.099
Acionistas não Controladores	–	–	4.790	2.689

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e2020 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de Planos de Saúde		10.229.058	10.006.938	11.317.913	10.732.794
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		27.022	–	221.428	237.392
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		28.480	5.611	29.593	6.526
(+) Outros Recebimentos Operacionais		197.616	17.737	249.478	19.096
(–) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(9.148.872)	(8.845.131)	(10.094.726)	(9.355.103)
(–) Pagamentos de Comissões		(8.965)	(17.357)	(39.775)	(26.051)
(–) Pagamentos de Pessoal		(92.221)	(64.702)	(110.283)	(76.365)
(–) Pagamentos de Pró-Labore		–	–	(6.634)	(576)
(–) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(124.736)	(99.538)	(129.364)	(107.816)
(–) Pagamentos de Tributos		(235.210)	(263.742)	(272.572)	(284.807)
(–) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		–		–	(165)
(–) Pagamentos de Aluguel		(1.911)	(3.595)	(4.786)	(5.323)
(–) Pagamentos de Promoção/Publicidade		(22.310)	(14.351)	(25.290)	(15.574)
(–) Aplicações Financeiras		–	(108.886)	(201.944)	(344.704)
(–) Outros Pagamentos Operacionais		(372.661)	(189.273)	(443.504)	(351.939)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**475.290**	**423.711**	**489.534**	**427.385**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR		–	119	–	313
(+) Recebimentos de Dividendos		11.112	4.900	–	4.900
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		2.311	–	2.311	–
(–) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		–	(9)	(144)	(86)
(–) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(43.367)	(195.941)	(75.193)	(209.136)
(–) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas, líquido do caixa adquirido	7	(61.637)	(19.651)	(59.094)	(19.651)
(–) Cisão parcial	1 b) iv	(511.866)	–	(514.106)	–
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		–	(22.621)	(180)	(22.620)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(603.447)**	**(233.203)**	**(646.406)**	**(246.280)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	18	100.000	–	100.000	24.376
(–) Pagamentos de Participações no Resultado		(162.116)	–	(166.459)	(8.180)
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		–	(8)	–	(7)
(–) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos / Leasing		(5.487)	–	(5.487)	
(–) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing		–	(15.469)	–	(15.469)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(67.603)**	**(15.477)**	**(71.946)**	**720**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		**(195.760)**	**175.031**	**(228.818)**	**181.825**
Caixa - saldo inicial	8	**283.544**	**108.513**	**322.002**	**140.177**
Caixa - saldo final	8	**87.784**	**283.544**	**93.184**	**322.002**
Ativos livres no início do ano (*)	8	**283.544**	**108.513**	**322.002**	**140.177**
Ativos livres no fim do ano (*)	8	**87.784**	**283.544**	**93.184**	**322.002**
AUMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		**(195.760)**	**175.031**	**(228.818)**	**181.825**

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais: a) Contexto Operacional: A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp" ou "Controladora"). Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ("ANS") para operar como empresa administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) nº 195/2009 e 196/2009 da ANS. A Companhia e suas controladas Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e Elo Administradora de Benefícios Ltda. efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos, etc.). As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos. **b) Principais eventos ocorridos em 2021:** i) Atualização dos saldos de suspensão de reajustes de planos de saúde: Em 21 de agosto de 2020, na 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu suspender, por 120 dias, a aplicação de reajustes anuais e por faixa etária aos contratos de planos de saúde, compreendendo o período de setembro a dezembro de 2020. Em 8 de outubro de 2020, a ANS publicou instruções para suas reguladas, solicitando a contabilização por competência de todos os efeitos sobre a suspensão do reajuste anual e por faixa etária para os meses de setembro a dezembro de 2020, que definido pela ANS foram cobrados dos beneficiários ao longo de 2021. Adicionalmente, em julho de 2020, por deliberalidade da Companhia, os reajustes anuais e por faixa etária haviam sido postergados para outubro de 2020, mas com a deliberação da ANS, também foram cobrados dos beneficiários ao longo de 2021, e por consequência também foram tratados como se suspendido fosse. Essas medidas de suspensão de aplicação de reajustes por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária que foram definidas pela ANS refletiram em impactos para a Clube de Saúde (Ex controlada, vide nota explicativa 1 b iv), onde convém destacar que todos esses efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 2020 através de estimativa e foram estornados ao longo de 2021 à medida que os valores foram cobrados dos beneficiários. Os saldos estão compostos como segue:

	31/12/2020	Reversão	31/12/2021
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	556.062	(556.062)	–
Outros Débitos de Operações de Administração de Benefícios	483.221	(483.221)	–
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	64.287	(64.287)	–
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	7.893	(7.893)	–
Provisão para Perdas Sobre Créditos	51.328	(51.328)	–

ii) Aquisições de Quotas Elo Administradora de Benefícios Ltda.: Conforme fato relevante divulgado ao Mercado em 12 de agosto de 2021 pelo Grupo Qualicorp, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 100% de participação no capital social da Elo Administradora de Benefícios Ltda., pelo montante de R$ 77.046 além de uma parcela contingente e futura, calculado pela variação positiva do número de vidas entre a data do fechamento e a data da apuração. Em 9 de novembro de 2021, diante do cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, concluiu-se o fechamento da transação de aquisição de 100% do capital da Elo Administradora de Benefícios Ltda., adicionando cerca de 52.000 novas vidas ao seu portfólio. O valor acordado reflete um múltiplo implícito de EBITDA de 5.9x com base no EBITDA projetado para o fim do exercício social de 2021 e não considera as sinergias a serem perseguidas decorrentes da Transação. Com ticket médio de saúde de aproximadamente R$730,00 (setecentos e trinta reais) e atuação nacional, mas com concentração no Distrito Federal, o Grupo Elo atua com foco nas operadoras Seguros Unimed, Bradesco e Amil, além de manter importantes relacionamentos comerciais com outras operadoras de saúde do mercado, incluindo a Central Nacional Unimed (CNU) e diversas outras operadoras regionais do sistema Unimed espalhadas pelo Brasil. Para fins da alocação dos efeitos da aquisição, a Administração da Companhia adotou o balanço mais próximo da data de fechamento (31 de outubro de 2021), sendo que esta alocação está baseada em uma avaliação dos ativos líquidos adquiridos, elaborado por empresa de consultoria especializada. Tais informações estão disponíveis na nota explicativa nº 7. iii) Covid-19: A Companhia está atenta ao momento global relacionado à pandemia da Covid-19 e considerando a relevância do tema, avalia e divulga cuidadosamente os impactos da Covid-19 em nossos negócios neste exercício findo, onde as informações detalhadas estão na nota explicativa nº 27. iv) Cisão parcial da Companhia: Conforme fato relevante divulgado pelo Grupo Qualicorp em 30 de março de 2021, em reunião do Conselho de Administração ocorrida na mesma data, foi aprovada a proposta da cisão parcial da Qualicorp Benefícios e respectiva incorporação da parcela cindida por sua Controladora. Em 1º de setembro de 2021, a Companhia obteve anuência da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a reorganização societária. Nos termos do Protocolo e Justificação aprovado na AGE, a Reorganização Societária produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte após a aprovação da ANS qual seja, 1º de outubro de 2021 e, nesse sentido, a seguir estão apresentados o acervo líquido cindido da Companhia:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/10/2021
Ativo	**602.735**
Disponível	511.866
Investimentos	90.869
Passivo e Patrimônio Líquido	**602.735**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	293.350
Débitos Diversos	6.043
Patrimônio líquido	303.342
Capital Social	62.360
Reserva Legal	12.472
Reserva de Capital	(4.601)
Reserva de Lucro - Outros	233.111

Em virtude da cisão a Companhia transferiu o controle das Empresas Clube de Saúde Administradora de Benefícios S.A. e da Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda., para a Qualic

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Contraprestações/prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios". v) Combinação de negócios e investimentos em controladas: Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 da IFRS 3 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio. **a) Demonstrações financeiras consolidadas:** Controladas: Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras. **b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. vi) Provisão para perdas sobre créditos: Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. vii) Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix). viii) Intangível: Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix). (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos", líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas. ix) Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment): **a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados:** No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **b) Ágio:** O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Adesão, que são avaliados para fins de impairment anualmente. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Durante o exercício de 2021 a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 14. x) Empréstimos e financiamentos a pagar - debêntures: Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação. Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação. xi) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. xii) Apuração do resultado: A receita é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, cuja extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, independentemente de quando o pagamento recebido e são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura (pro rata die), pactuados junto as Operadoras e Seguradoras. As principais receitas são as seguintes: **1) Contraprestação/Prêmios a restituir:** corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente. **2) Receita de taxa de administração:** corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. xiii) Regime de tributação: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos. xiv) Provisões para ações judiciais: As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo: • Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos; • Aprimora o controle de desempenho; • Elimina erros contábeis e mitiga riscos; • Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento; • Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; • Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível. Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte: =[(Base ativa x % Taxa de perda) x $ Valor médio/mediano de desembolso]. xv) Participações sobre o lucro e ações restritas: As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 20). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta "Reserva de capital - opções outorgadas de ações". Plano de ações restritas: O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato. O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. Em abril de 2021 a Companhia aprovou um novo Plano de Concessão de Ações Restritas, sujeitos a um período de restrição (lock-up) de 1 ano. Com outorgas anuais e de modo a promover o estímulo do desempenho dos potenciais beneficiários ano após ano, da permanência na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, bem como o alinhamento entre os interesses dos mesmos e dos acionistas da Companhia, esse novo Programa tem como principal objetivo garantir à Companhia um importante e dinâmico elemento no fomento da criação e fortalecimento de nossa cultura de meritocracia, garantindo que esses executivos estejam motivados a performar ano após ano, justificando assim sua potencial seleção ao recebimento de Ações Restritas. xvi) Contabilização dos dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido. xvii) Apresentação de informações por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento, o Segmento Adesão. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 23. **4. Principais Estimativas e Julgamentos:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes. A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: **a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos *(impairment):*** A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 viii e premissas na nota explicativa nº 14. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 14. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 16,1% para 17,1% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida. **b) Provisão para riscos cíveis:** As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R$3.568. **c) Opções de compra de não controladores:** A companhia anualmente revisa as estimativas dos passivos de opção de compra de não controladores a valor justo com base em projeções de resultado onde se a taxa de desconto estimada aplicada fosse 1% menor que as estimativas da administração, bem como as projeções de resultado fossem 10% maiores, então o passivo aumentaria em R$ 4.937. **5. Instrumentos Financeiros: a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos. Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo/Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (reapresentado)	Ativo/Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	17.626	–	254.002
Aplicações financeiras	–	274.629	–	296.179
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	94.151	–	554.776	–
Bens e títulos a receber	75.924	–	67.286	–
Depósitos judiciais e fiscais	13.422	–	13.644	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	176.490	–	157.778	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	70.926	–	69.343	–
Contraprestações/prêmios a restituir	20.320	–	27.113	–
Comercialização sobre Operações	197	–	405	–
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	–	456.870	–
Débitos diversos - circulante	104.519	–	72.501	–
Débitos diversos - não circulante	6.032	37.179	10.398	45.041
Empréstimos e financiamentos - circulante	–	–	3.943	–
Empréstimos e financiamentos - não circulante	–	–	289.349	–

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo/Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (reapresentado)	Ativo/Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	21.196	–	283.543
Aplicações financeiras	–	280.373	–	307.040
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	143.189	–	622.886	–
Bens e títulos a receber	76.274	–	87.754	–
Depósitos judiciais e fiscais	14.868	–	16.492	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	211.011	–	183.689	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	78.030	–	82.016	–
Contraprestações/prêmios a restituir	20.320	–	28.603	–
Comercialização sobre Operações	197	–	405	–
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	–	483.221	–
Débitos diversos - circulante	106.921	–	77.669	–
Débitos diversos - não circulante	6.032	37.179	10.398	45.041
Empréstimos e financiamentos - circulante	–	–	3.943	–
Empréstimos e financiamentos - não circulante	–	–	289.349	–

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial: A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo: • Nível 1 - Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua. • Nível 2 - Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento. • Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2021		31/12/2020	
Consolidado	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	17.626	–	254.002	–
Aplicações financeiras	274.629	–	296.179	–
Débitos diversos - passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores		– (37.179)		– (45.041)

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.
O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo.

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
	Plural	Uniconsult	Clube de Saúde
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participação de não controladores relacionadas à aquisição	39.502	2.794	2.745
Atualização a valor justo	(2.323)	504	–
Cisão Parcial	–	(3.298)	(2.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**37.179**	**–**	**–**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de resultado, para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. Instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação. **b) Gerenciamento dos principais riscos:** A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração. Risco de crédito: O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e sua controlada Clube de Saúde terem que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.vi. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
Conta	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	17.626	254.002	21.196	283.543
Aplicações financeiras vinculadas (i)	274.629	296.179	280.373	307.040
Debêntures (ii)	–	(293.292)	–	(293.292)
Total de exposição líquida	**292.255**	**256.889**	**301.569**	**297.291**

i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e 8. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures. 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R$ 2.600. Risco de capital**:** A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (debêntures, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 8) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18). A Companhia está sujeita a certos limites de alavancagem conforme mencionado na nota explicativa nº 17 (empréstimos e financiamentos a pagar). Capital Base: O Capital Base, regulamentado pela RN 451 de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas. Na apuração da capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo segmento da mesma. Em 31 de dezembro de 2021 o capital base calculado mínimo obrigatório é de R$ 1.677 (R$ 1.548 em 2020). Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020. Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório. O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN. Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos: i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório; ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base apurado e a margem de solvência (não aplicável para administradoras de benefícios); iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o patrimônio líquido ajustado calculado estão compostos como segue:

	31/12/2021			31/12/2020			
	Qualicorp			Qualicorp			
Descrição	Benefícios	Plural	Elo	Benefícios	Clube	Uniconsult	Plural
PLA	105.688	10.065	(1.327)	105.893	53.524	–	2.267
Capital regulatório	1.677	1.677	425	1.548	1.548	(392)	1.548

A Companhia e sua controlada Plural enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Elo em 2021, possui PLA insuficiente, mas já regularizado em março de 2022. Risco de liquidez: Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Consolidado		
Consolidado	Menos de seis meses	De um ano a dois anos	Total
31 de dezembro de 2021:			
Débitos de operações de administração de benefícios	211.011	–	211.011
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	78.030	–	78.030
Contraprestações/prêmios a restituir	20.320	–	20.320
Comercialização sobre Operações	197	–	197
Débitos diversos	106.921	43.211	150.132
Total	**416.479**	**43.211**	**459.690**

6. Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas: As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47 e CPC 48) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 - R2), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde): **i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2023 conforme RN 472/21.** Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será: a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado"; b) Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 60 dias, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito esperadas", no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. Vide impactos no item 6.e). **ii) CPC 47 - Receita de contrato com clientes - Mensuração e Reconhecimento - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Empresa estuda e revisa potenciais impactos e a Administração entende que não há impactos significativos pela adoção dessa norma. **iii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Mensuração e Reconhecimento - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.** Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir: • **Passivo de Arrendamento** - Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato. • **Ativo Imobilizado** - As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato. • **Patrimônio líquido** - Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização. • **Despesa Financeira** - Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira. • **Resultado Líquido** - As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado. **iv) Impactos da adoção das normas contábeis:** Caso as normas fossem aprovadas pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

Controladora	**2021**	**2020**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(5.600)	(9.282)
Créditos tributários e previdenciários	13.863	3.574
Investimento	9.875	(3.179)
Imobilizado	2.132	5.843
Intangível	6.120	4.217
Ativo	**26.390**	**1.173**

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

11. Bens e Títulos a Receber:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a identificar - Operadoras/Seguradoras (a)	57.112	54.319	57.113	77.996
Depósitos Judiciais	6.761	354	6.761	417
Contas a Receber - Alienação Qsaúde (b)	4.057	3.896	4.057	3.896
Adiantamentos de repasse de contratos	2.945	–	2.945	–
Outros	5.049	8.717	5.398	5.445
Total	**75.924**	**67.286**	**76.274**	**87.754**

a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. b) O saldo dos Contas a receber dessa operação no ativo não circulante está dentro do grupo Outros créditos a receber a longo prazo no montante de R$ 26.737 (R$ 28.543 em 2020). (*) Para melhor comparabilidade, alguns saldos que compõe a nota explicativa de 2020 foram reclassificadas, sem alterar a posição patrimonial. **12. Partes Relacionadas:** Saldos e transações com empresas ou Companhias relacionadas, no consolidado:

	31/12/2021	31/12/2020 Ativo	31/12/2021	31/12/2020 Passivo
Operações Intecompany	154	4.864	(7.560)	(5.011)

A Empresa possui transações com partes relacionadas referente às atividades de "back office" para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo.

	31/12/2021		
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	3	–	(3)
Serviços corporativos e rateios (i)	66.469	(66.469)	–

	31/12/2020		
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	408	–	(408)
Serviços corporativos e rateios (i)	57.160	(57.160)	–

i. Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Companhia (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	470	10.230	345	11.824
Remuneração baseada em ações	–	11.159	–	26.707
Saldo	**470**	**21.389**	**345**	**38.531**

• A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

13. Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
Participações societárias:	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	184.162	179.227	–	–
Elo Administradora de Benefícios Ltda	78.550	–	–	–
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	–	62.440	–	–
Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda	–	22.277	–	–
Total de participações societárias	**262.712**	**263.944**	**–**	**–**
Outros investimentos:	33	33	33	33
Total outros investimentos	**33**	**33**	**33**	**33**
Total dos investimentos	**262.745**	**263.977**	**33**	**33**

	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Elo Administradora de Benefícios Ltda.	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda.	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2021:					
Capital social	3.340	550	–	–	3.890
Patrimônio líquido	10.970	(1.208)	–	–	9.762
Lucro (prejuízo) do exercício	9.179	(50)	–	–	9.741
Informações sobre os investimentos:					
Quantidade de cotas	174	550	–	–	724
Participação - %	75%	100%	0,00%	0,00%	
Movimentação do investimento:					
Total do investimento em 31 de dezembro de 2020:	**179.227**	**–**	**62.440**	**22.277**	**263.944**
Ágio na emissão de quotas	–	–	404	–	404
Aquisição de controlada (i)	–	78.600	–	–	78.600
Distribuição de dividendos	(1.163)	–	(6.000)	(3.949)	(11.112)
Ajuste por dividendos desproporcionais	191	–	(120)	(495)	(424)
Cisão parcial	–	–	(66.628)	(24.241)	(90.869)
Equivalência patrimonial	**5.907**	**(50)**	**9.904**	**6.408**	**22.169**
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	6.884	(50)	9.904	7.128	23.866
Amortização do intangível (ii)	(1.480)	–	–	(2.129)	(3.609)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	503	–	–	1.409	1.912
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2021:	**184.162**	**78.550**	**–**	**–**	**262.712**

i. Conforme nota explicativa nº 7. ii. Refere-se e à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas, contrato de não competição e software do período. **14. Intangível:**

		Controladora			Consolidado		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A, empresa incorporada (a)		249.420	–	249.420	249.420	–	249.420
Grupo Padrão, incorporada (a)		136.653	–	136.653	136.653	–	136.653
Uniconsult administradora de Benefícios Ltda. (a)		–	–	–	–	–	–
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. (a)		–	–	–	168.528	–	168.528
Elo Administradora de Benefícios Ltda. (a)		–	–	–	66.550	–	66.550
Total de ágio		**386.073**	**–**	**386.073**	**621.151**	**–**	**621.151**
Aquisições de cessão de direitos	20	250.865	(210.840)	40.025	274.186	(211.902)	62.284
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	235.300	(194.568)	40.732	235.473	(194.623)	40.850
Direito de exclusividade	20	43.410	(38.329)	5.081	43.410	(38.329)	5.081
Marcas e patentes	20	–	–	–	1.148	(192)	956
Acordo de não competição	16,5	4.280	(4.280)	–	5.725	(4.505)	1.220
Total outros ativos intangíveis		**919.928**	**(448.017)**	**471.911**	**1.181.093**	**(449.552)**	**731.542**

A movimentação em 2021 é composta como segue:

Controladora	Saldo	Adição	Amortização	Baixas	Saldo
Ágio (a)	386.073	–	–	–	386.073
Aquisições de cessão de direitos (b)	47.600	12.000	(16.153)	(3.422)	40.025
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	42.921	19.854	(21.734)	(309)	40.732
Direito de exclusividade	3.836	2.370	(1.125)	–	5.081
Marcas e patentes	–	–	–	–	–
Acordo de não competição	3.007	–	(3.007)	–	–
Total outros ativos intangíveis	**483.437**	**34.224**	**(42.019)**	**(3.731)**	**471.911**

Consolidado	Saldo	Adição	Amortização	Baixas	Cisão	Saldo
Ágio (a)	569.110	66.550	–	–	(14.509)	621.151
Aquisições de cessão de direitos (b)	76.952	54.793	(23.388)	(3.422)	(42.651)	62.284
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	42.940	20.028	(21.794)	(309)	(15)	40.851
Direito de exclusividade	3.836	2.370	(1.125)	–	–	5.080
Marcas e patentes	961	187	(192)	–	–	956
Acordo de não competição	6.642	329	(4.311)	–	(1.440)	1.220
Total outros ativos intangíveis	**700.441**	**144.257**	**(50.810)**	**(3.731)**	**(58.615)**	**731.542**

a) Teste de perda por redução ao valor recuperável: A Companhia realizou testes do valor recuperável do ágio, alocados à UGC (unidade geradora de caixa) do segmento adesão, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 5 anos, utilizando as seguintes premissas:

	Premissas UGC Adesão
Receitas	Para o exercício de 2022 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.
Despesas	Para o exercício de 2022 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação decorrente de aluguéis.
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 16,1% a.a. antes dos impostos e taxa de 11,7% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas pela mesma.

b) Referem-se aos contratos de cessão de direitos e obrigações realizados até a presente data. Em 2020 ocorreram: i) Em 8 de dezembro de 2020 foi firmado contrato entre a Companhia e Muito Mais Saúde (MMS), de aquisição da carteira, através de cessão de direito e obrigações, para administrar 55.000 vidas referente a contratos de planos de saúde e odontológicos no segmento coletivo por adesão. Os contratos adquiridos são de planos celebrados entre a MMS e as operadoras de clientes localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo fortalecendo nosso segmento na região. Em 5 de fevereiro de 2021 foi realizado aditivo neste contrato onde a Clube de Saúde (anteriormente controlada pela Companhia) recebeu parte deste intangível, sendo R$ 25.695 transferido da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. e R$ 2.855 da Qualicorp Benefícios, deste modo os contratos relacionados à algumas operadoras foram cedidos a partir desta data. O valor equivalente as vidas cedidas como intangível para a Clube de Saúde é de R$ 28.550 e esse valor será pago após à migração das vidas, na parcela final remanescente. ii) Em 6 de abril de 2021, foi firmado o contrato de aquisição de carteira de planos privados de assistência à saúde contendo aproximadamente 7,9 mil vidas, no segmento coletivo por adesão e PME estipulado, entre a companhia e Gestão Serviços de Intermediação, Agenciamento e Negócios Ltda., no montante R$ 12.000. **c)** Refere-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso.

15. Débitos de Operações de Assistência à Saúde:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Débitos de Operações de Administração de Benefícios (a)	176.490	157.778	211.011	183.689
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	70.926	69.343	78.030	82.016
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde (b)	–	456.870	–	483.221
Outros	20.517	27.518	20.517	29.008
Total	**267.933**	**711.509**	**309.558**	**777.934**

a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2022 para os valores de 2021 e 31 de janeiro de 2021 para os valores de 2020. b) Refere-se a provisão e reversão do reajuste anual sobre faturas de planos e seguro-saúde pagas às seguradoras/operadoras, o reajuste foi suspenso em 2020 pela Agência Nacional da Saúde devido a pandemia de Covid-19, conforme descrito na nota explicativa nº 1. i).

16. Débitos Diversos:

	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020		31/12/2020
Circulante:	31/12/2021	(Reapresentado)	31/12/2021	(Reapresentado)
Valores Identificar Seguradoras/ Operadoras (a)	39.413	15.512	39.413	15.602
Aquisição de intangível a pagar (b)	17.854	20.092	17.854	22.083
Devolução Beneficiário (RN412)	13.913	4.098	13.913	4.371
Obrigação com Pessoal	7.428	11.671	9.266	13.418
Reembolso de despesas a pagar	9.259	5.011	9.259	5.599
Depósitos não identificados (c)	4.942	3.643	4.942	3.670
Fornecedores Diversos	4.115	6.509	4.540	6.804
Outros	7.595	5.965	7.734	6.122
Total circulante	**104.519**	**72.501**	**106.921**	**77.669**
Não Circulante:				

	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020		31/12/2020
Circulante:	31/12/2021	(Reapresentado)	31/12/2021	(Reapresentado)
Opção de compra (d)	37.179	45.041	37.179	45.041
Valores Retidos para Indenização - LP	3.640	3.480	3.640	3.480
Aquisição de Intangível a Pagar	1.800	3.650	1.800	3.650
Contas a Pagar por Aquisição/ Earn-Out	592	–	592	–
Seguros a pagar	–	3.268	–	3.268
Total não circulante	**43.211**	**55.439**	**43.211**	**55.439**
Total Geral	**147.730**	**127.940**	**150.132**	**133.108**

a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. b) Refere-se ao contrato de cessão de direitos, conforme nota explicativa 14. c) O saldo refere-se, substancialmente, a depósitos de levantamentos judiciais não identificados pelos escritórios. d) Opção de compra da empresa Plural (Plural e Uniconsult em 2020). **17 Provisão para Ações Judiciais:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (a)	35.922	28.929	38.743	32.078
Regulatório - ANS (b)	9.097	20.997	9.332	22.100
Trabalhistas e previdenciárias (c)	2.169	5.916	3.583	7.189
Tributárias (d)	–	–	2.797	4.637
Total	**47.188**	**55.842**	**54.455**	**66.004**

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Cisão Parcial	Aquisição Elo	31/12/2021
Cíveis (a)	32.078	9.280	(1.390)	(1.775)	550	38.743
Regulatório - ANS (b)	22.100	1.232	(13.108)	(892)	–	9.332
Trabalhistas e previdenciárias (c)	7.189	1.100	(4.816)	(1.284)	1.394	3.583
Tributárias (d)	4.637	95	–	(3.496)	1.561	2.797
Total	**66.004**	**11.707**	**(19.314)**	**(7.447)**	**3.505**	**54.455**

	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020
Cíveis (a)	23.782	13.535	(5.239)	32.078
Regulatório - ANS (b)	13.454	11.478	(2.832)	22.100
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.751	5.269	(1.831)	7.189
Tributárias (d)	–	4.637		4.637
Total	**40.987**	**34.919**	**(9.902)**	**66.004**

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2021: a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$35.922 e R$38.743 na controladora e consolidado, respectivamente (R$28.929 e R$32.078 em 2020 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R$42.186 na controladora e no consolidado, (R$40.865 e R$41.903 em 2020 na controladora e no consolidado, respectivamente) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não quitadas). b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R$9.097 e R$9.332 na controladora e consolidado, respectivamente (R$20.997 e R$22.100 em 2020, na controladora e consolidado, respectivamente avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$2.930 na controladora e no consolidado (R$3.558 e R$3.933 em 2020 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R$2.169 e R$ 3.583 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$5.916 e R$ 7.189 em 2020 Controladora e Consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R$2.476 Controladora e Consolidado (R$3.255 em 2020 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões. d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento. Entretanto, importante observar que não foram constituídas provisões considerando o montante de R$0 avaliado como perda provável na controladora. No consolidado, verifica-se o montante provisionado de R$2.797 (R$ 4.637 em 2020), referente a (i) contingências, de natureza tributária, identificadas nas controladas Elo Administradora de Benefícios Ltda. e APM Assessoria Comercial e Corretora de Seguros Ltda. cuja probabilidade de materialização foi avaliada como provável e (ii) autuações lavradas contra a controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda., avaliados como perda provável. **Contingência tributária sob auto de infração classificadas como possível:** A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R$ 668.437 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 645.947 em 2020), conforme detalhado a seguir: a. O valor total de R$ 120.666 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, envolvendo a amortização fiscal de ágio. Esses autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; b. O valor total de R$ 402.549 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, relativos aos anos-calendários de 2012 a 2014, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, envolvendo a amortização fiscal de ágio. Esses autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; c. O valor total de R$ 2.862 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014, acrescidas de juros de mora e de multa de ofício qualificada, entendidas como remuneração pela Receita Federal. Essas autuações estão pendentes de análise na esfera administrativa; d. O valor total de R$ 43.927 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e da Contribuição para o PIS/PASEP ("PIS"), cumuladas com multa de ofício qualificada e juros de mora, relativamente às atividades desenvolvidas pela incorporada Aliança Administradora Benefícios de Saúde S.A. nos anos-calendário de 2012 a 2014. Essas autuações estão pendentes de análise na esfera administrativa; e. O valor total de R$ 7.075 refere-se a auto de infração lavrado para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), relativamente às atividades desenvolvidas pela incorporada Aliança Administradora Benefícios de Saúde S.A. nos anos-calendário de 2012 a 2014. Essa autuação está pendente de análise na esfera administrativa; f. O valor total de R$ 78.976 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL), , cumulados com multa de ofício qualificada e juros de mora, relativamente às atividades desenvolvidas pela incorporada Aliança Administradora Benefícios de Saúde S.A. nos anos-calendário de 2013 e 2014. Essas autuações estão pendentes de análise na esfera administrativa; g. O valor de R$ 4.606 refere-se a autos de infração lavrados contra a Companhia, por meio dos quais são exigidas contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT), além de contribuições para outras entidades e fundos (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação), relativas ao mesmo ano-calendário de 2015, e relacionadas ao plano de *stock options*. h. O saldo residual de R$7.776 se refere a auto de infração lavrado para a cobrança de contribuições previdenciárias sobre rubricas da folha de pagamentos que seriam desprovidas de natureza remuneratória. **18 Patrimônio Líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 314.006 (R$ 276.366 em 2020) representado por 496.715.989 ações ordinárias pertencentes ao Grupo Qualicorp. A movimentação do capital social refere-se a Cisão parcial ocorrida na Companhia, conforme nota explicativa nº 1 b) iv) e pelo aumento de capital no montante de R$ 100.000 realizado pela Controladora em 9 de dezembro de 2021. Distribuição de resultados e outras reservas de lucros: O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Destinação do Lucro líquido	2021	2020
Lucro líquido do exercício	344.811	388.099
(–) Constituição de reserva legal	(17.241)	–
Base de cálculo dos dividendos	**327.570**	**388.099**
Dividendo mínimo obrigatório	3.276	3.881
Constituição de reserva de lucros	324.294	384.218

A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 30 de abril de 2022, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Proposto". Reserva legal: Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$ 60.042 (R$ 55.273 em 2020). **19. Programa de Ações Restritas:** O Grupo Qualicorp possui programa de outorga ações e ações restritas. São elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, a Companhia aprovou um plano de entrega ações restritas, o qual também é administrado pelo Conselho de Administração com poderes de tomar as medidas necessárias à sua manutenção dentro das diretrizes aprovadas. Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019 o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações ("Plano de entrega de ações restritas"). As principais características do novo plano são as seguintes: a) As ações restritas passarão a ser devida aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; b) O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria. c) O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. d) As ações poderão ser entregues como parte do Pagamento da participação dos resultados e lucros da Companhia; e e) O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga. Adicionalmente, em contrato celebrado em 26 de dezembro de 2019, foi constituída uma nova outorga de 516.000 ações restritas aos novos membros da administração da Companhia, nas mesmas características do plano outorgado em 9 de maio de 2019, com exceção do item a. cujo percentual foi de 33%. Em abril de 2021 a Companhia aprovou um novo Plano de Concessão de Ações Restritas, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) de 1 ano. Com outorgas anuais e de modo a promover o estímulo do desempenho dos potenciais beneficiários ano após ano, da permanência na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, bem como o alinhamento entre os interesses dos mesmos e dos acionistas da Companhia, esse novo Programa tem como principal objetivo garantir à Companhia um importante e dinâmico elemento no fomento da criação e fortalecimento de nossa cultura de meritocracia, garantindo que esses executivos estejam motivados a performar ano após ano, justificando assim sua potencial seleção ao recebimento de Ações Restritas. O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins deste Plano, foi o preço de cotação de cada ação restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga. Em 31 de dezembro de 2021, foram alocadas despesas de ações restritas outorgadas pela Companhia no montante total de R$12.190 alocados no patrimônio líquido (R$ 12.119 líquido de impostos). Até 31 de dezembro de 2021, a movimentação das ações restritas no exercício é a seguinte:

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	09/05/2023	5.700.000	807.019	(3.150.643)	(2.864.952)	491.924
26/12/2019	38,1	26/12/2022	516.000	29.427	(359.183)	–	186.244
01/04/2021	30,4	01/04/2022	170.000	–	(170.000)	–	–
			6.386.000	**836.446**	**(3.679.826)**	**(2.864.952)**	**677.668**

Para 31 de dezembro de 2021, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 457 dias (814 dias em 31 de dezembro de 2020). **20 Despesas por Natureza:** A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	96.981	97.019	106.522	103.926
Ganhos (Perdas) operacionais (b)	24.697	5.527	24.709	6.180
Aporte de sinistralidade (c)	15.437	13.687	15.437	13.687
Despesas Judiciais	(4.907)	14.098	(3.484)	14.272
Outros custos de serviços prestados	10.374	418	12.589	1.697
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde	**142.582**	**130.749**	**155.773**	**139.762**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de comercialização				
Comissão de Terceiros	6.324	5.177	27.832	5.176
Comissão de Terceiros (Vitalício)	2.829	10.016	10.237	14.961
Provisão Comissão	3.128	1.658	3.137	1.658
Comissão de Terceiros (Co-corretagem)	185	2.487	2.241	2.487
Outras despesas comerciais	1	–	4	–
Total de despesas de comercialização	**12.467**	**19.338**	**43.451**	**24.282**
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	145.874	138.755	169.404	151.473
Gastos com serviços de terceiros (d)	122.269	107.663	127.546	113.889
Depreciações e amortizações (e)	45.789	63.323	51.139	65.160
Processos Judiciais	20.532	19.421	20.867	19.942
Auto de infração ANS	5.939	10.843	6.360	12.445
Gastos com localização e funcionamento	11.570	8.736	20.951	12.031
Gastos com publicidade e propaganda	21.879	8.337	24.929	9.228
Outras despesas administrativas (f)	21.291	26.644	21.647	28.245
Total de despesas administrativas	**395.143**	**383.722**	**442.843**	**412.413**
Total despesas por natureza	**550.192**	**533.809**	**642.067**	**576.457**

a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão. b) Trata-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar. c) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras. d) Refere-se, substancialmente, a serviços de "call center", consultoria, advogados, auditoria, "service desk" e logística. e) Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações. f) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, seguros, patrocínios, taxas e contribuições.

(*) Para melhor comparabilidade, alguns saldos que compõe a nota explicativa de 2020 foram reclassificadas, sem alterar a posição patrimonial ou resultado do exercício.

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	34.463	14.759	35.737	15.914
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	27.445	25.545	31.984	27.245
Outras receitas	3.846	1.277	4.048	2.356
Total de receitas financeiras	**65.754**	**41.581**	**71.769**	**45.515**
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(18.785)	(18.315)	(25.224)	(23.796)
Descontos concedidos	(17.743)	(8.024)	(18.325)	(8.272)
Atualização monetária sobre debêntures	(9.738)	(11.336)	(9.738)	(11.336)
Desvalorização de Cotas de Fundo de Investimento (b)	–	(7.557)	–	(7.557)
Outras despesas	(938)	(5.422)	(1.933)	(6.043)
Total de despesas financeiras	**(47.204)**	**(50.654)**	**(55.220)**	**(57.004)**
Resultado financeiro	**18.550**	**(9.073)**	**16.549**	**(11.489)**

a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento. b) Refere-se a perda de marcação ao mercado de Fundo exclusivo e seus papéis. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e participações	**526.507**	**573.403**	**547.606**	**588.156**
Participações sobre o Lucro	(1.615)	(6.200)	(1.665)	(6.378)
Equivalência patrimonial	(23.442)	(29.554)	424	–
Subtotal	**501.450**	**537.649**	**546.365**	**581.778**
Alíquota vigente do IRPJ e da

☆ continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações individuais e consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da **Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o esempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes a ausência de reconhecimento de despesas com encargos sociais descritos na nota 2.III-a, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.III-a que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2020 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Anderson P. Constantino
Contador - CRC-1SP302726

EY Building a better working world

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária

INSTITUTO SOCIAL DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM INFORMÁTICA, inscrito no CNPJ/MF sob n. 29.208.827/0001-77, na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010:, através de sua presidente no exercício, Neusa Maria Correa Rocha, pelo presente EDITAL e na forma de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 18° e seguintes, do Estatuto Social, que se realizará na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010:, na cidade de São Paulo/SP, em 05 de Maio de 2022 em 1ª convocação às 18h00, em 2ª convocação às 19h00, e em 3ª e última convocação às 20h00, para deliberar a seguinte **ordem do dia: I-** Dissolução voluntaria Associação Privada; **II-** Nomeação liquidante. São Paulo, 30 de março de 2022. Neusa Maria Correa Rocha - Presidente

---

Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

CNPJ/ME nº 59.546.515/0001-34 - NIRE 35.212.627.367

Resolução de Única Sócia da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.
(nos termos do artigo 1.072, § 3º, do Código Civil e artigo 6º do Contrato Social)

Grupo SBF S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, 1º, 2º e 3º andares, CEP 05425-902, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.217.485/0001-11 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.390.458 ("Grupo SBF"), neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social por seus diretores, Srs. Gustavo de Lima Furtado, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 18.436.057-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 292.785.458-05, e José Luís Magalhães Salazar, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 60.453.560 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 902.518.577-00, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, 1º, 2º e 3º andares, CEP 05425-902, Pinheiros; Única sócia da sociedade empresária limitada **Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.**, com sede na Rua Werner Siemens, 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, Lapa de Baixo, CEP 05069-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.546.515/0001-34, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.212.627.367, em sessão de 03 de novembro de 1994 ("Sociedade"); decide, neste ato, sem quaisquer restrições: **(i.)** aprovar a redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo, no valor de R$ 88.141.574,00 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais) nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/02, conforme alterada ("Código Civil"), mediante cancelamento de 88.141.574 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e uma mil, quinhentas e setenta e quatro) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, e a consequente restituição do valor das quotas ora canceladas à única sócia, passando o capital social da Sociedade de R$ 1.552.998.261,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e um reais) para R$ 1.464.856.687,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais), dividido em 1.464.856.687 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e seis mil, seiscentas e oitenta e sete) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional; **(ii.)** determinar que o pagamento da restituição do valor das quotas canceladas se dará mediante compensação dos valores antecipados a título de antecipação para futura redução de capital, nos termos de contrato celebrado entre a Sociedade e a Grupo SBF; **(iii.)** determinar que os administradores da Sociedade ficam encarregados de providenciar a publicação da presente resolução, em atendimento ao art. 1.084, § 1º, do Código Civil, para eventual oposição de credores. O presente instrumento particular é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 30 de março de 2022. Única Sócia: **Grupo SBF S.A.** Por: Gustavo de Lima Furtado - Cargo: Diretor de Clientes; Por: José Luís Magalhães Salazar - Cargo: Diretor Financeiro.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 24902

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de A

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("AGOE" ou "Assembleia"), havendo quórum legal, a ser realizada em 29 de abril de 2022, às 09:30hrs. A Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622"), para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** (i) Apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; e (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** (i) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022 **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos**: Os acionistas que desejarem atender à Assembleia deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos descritos no presente edital de convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, com antecedência mínima de 2 dias em relação à data de realização da Assembleia **(ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2022)**, para (a) realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para sua representação e participação na respectiva Assembleia; e (b) especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à Assembleia. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia. Diante da realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da Assembleia. **Documentação de Representação**: Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da Assembleia dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406/2002, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital Microsoft Teams. Visando a segurança da Assembleia, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na Assembleia serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da Assembleia, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na Assembleia até às 17:00hrs do dia 28 de abril de 2022, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 21-C da ICVM 481: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem votar, tenha ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da Assembleia, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da Assembleia através da plataforma digital Microsoft Teams serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 21-V da ICVM 481. **Voto à Distância:** Nos termos da ICVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na Assembleia. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista (i) diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); (ii) ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou (iii) à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido até 7 (sete) dias corridos antes da data da Assembleia. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na Assembleia, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela ICVM 481. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. **Jorge Mitre -** Presidente do Conselho de Administração.

CPQ Brasil S.A.

Casa do Pão de Queijo

CNPJ nº 74.552.068/0001-10

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente estão disponíveis em sua íntegra na página da rede mundial de computadores da CPQ Brasil S.A.: www.cpqbrasil.com.br/demonstrativos.htm

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	957	1.557
Aplicações financeiras restritas	-	-
Contas a receber de clientes	4.054	3.509
Estoques	3.495	3.134
Ativos relacionados a clientes	226	278
Impostos a recuperar	598	587
Despesas antecipadas	932	799
Outras contas a receber	462	381
Total do ativo circulante	10.724	10.245
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	22.208	21.267
Ativos relacionados a clientes	194	359
Impostos a recuperar	3	11
Depósitos judiciais	65	1.424
Outras contas a receber	2	2
Despesas antecipadas	286	998
	22.758	24.062
Imobilizado	6.707	8.688
Intangível	1.573	1.589
Direito de Uso de Ativos	37.273	38.738
	45.553	49.015
	68.311	73.077
Total do ativo	79.035	83.322

Passivo	2021	2020
Passivo e passivo a descoberto		
Passivo circulante		
Fornecedores	3.944	4.524
Debêntures	2.487	692
Empréstimos e financiamentos a pagar	4.331	7.762
Impostos e contribuições a recolher	7.880	2.336
Tributos parcelados	398	1.150
Férias, encargos e bônus a funcionários	20.938	11.956
Passivo de arrendamento a pagar	15.297	14.133
Passivos relacionados a clientes	876	745
Outros passivos	9.539	9.482
IRPJ/CSLL a recolher	-	-
	65.690	52.780
Passivo não circulante		
Fornecedores	569	-
Debêntures	32.708	34.587
Empréstimos e financiamentos a pagar	17.686	17.494
Tributos parcelados	952	2.721
Provisão para contingências	879	1.263
Passivo de arrendamento a pagar	25.222	27.314
Passivos relacionados a clientes	4.602	5.577
Impostos diferidos	265	265
	82.883	89.221
Total do Passivo	148.573	142.001
Passivo a descoberto		
Capital social	12.839	12.839
Prejuízos acumulados	(82.377)	(71.518)
Total do passivo a descoberto	(69.538)	(58.679)
Total do passivo e patrimônio líquido	79.035	83.322

Demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas de vendas		
Receita líquida de vendas	65.454	50.484
Custo dos produtos vendidos	(31.514)	(29.031)
Lucro bruto	33.940	21.453
Despesas com vendas	(12.100)	(17.687)
Despesas gerais e administrativas	(21.136)	(18.597)
Outras receitas operacionais	765	656
	(32.471)	(35.628)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.469	(14.175)
Despesas financeiras	(13.830)	(11.194)
Receitas financeiras	1.502	695
	(12.328)	(10.499)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(10.859)	(24.674)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(81)
Prejuízo do período	(10.859)	(24.755)
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,94)	(2,15)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Resultado do período	(10.859)	(24.755)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	-	-
Resultado abrangente do período	(10.859)	(24.755)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de setembro de 2019 (reapresentado)	12.839	(46.763)	(33.924)
Prejuízo do período	-	(24.755)	(24.755)
Em 31 de dezembro de 2020	12.839	(71.518)	(58.679)
Prejuízo do período	-	(10.859)	(10.859)
Em 31 de dezembro de 2021	12.839	(82.377)	(69.538)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.859)	(24.674)
Ajustes		
Depreciação e amortização	14.620	19.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84	252
Juros e variações monetárias, líquidos	1.771	4.087
Reversão de provisão contingências	(383)	59
Amortização da passivos de contrato	(844)	(975)
Juros sobre passivo de arrendamento	2.731	3.282
Resultado na venda de ativo imobilizado	740	890
	7.860	2.227
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(629)	2.950
Estoques	(361)	216
Impostos a recuperar	(3)	128
Ativos relacionados a contrato de clientes	217	272
Despesas antecipadas e outros créditos	498	536
Depósito judicial	1.359	-
Fornecedores e outras contas a pagar	46	7.449
Férias, encargos e bônus a funcionários	8.982	5.323
Impostos a recolher	5.544	(443)
Tributos parcelados	(2.521)	711
Caixa gerado nas operações	20.992	19.369
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(2.498)	(2.401)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.494	16.968
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos para partes relacionadas	-	(1.793)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(528)	(950)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(528)	(2.743)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(4.125)	(7.959)
Pagamento de arrendamento	(15.029)	(19.127)
Captação de empréstimos e financiamentos	588	12.875
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(18.566)	(14.211)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(600)	14
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.557	1.543
No fim do período	957	1.557
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(600)	14

Opinião dos Auditores

Grant Thornton Auditores Independentes

Examinamos as demonstrações contábeis da CPQ do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito nas Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incorreu em prejuízo no montante de R$ 10.859 mil e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R$ 54.966 mil e o patrimônio negativo de R$ 69.538 mil. A administração da Companhia elaborou um plano de continuidade operacional no qual leva em consideração entre outros aspectos novos canais de distribuição de produtos, o aporte de recursos, entre outros aspectos. Dessa forma, a continuidade das operações da Companhia dependerá do sucesso no plano de continuidade operacional como vai se desdobrar os impactos da COVID-19 nas operações da Companhia. Esses fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Ênfase: Transações com partes relacionadas -** Conforme Nota Explicativa nº 23, a CPQ Brasil S.A. possui registrado no ativo não circulante na rubrica partes relacionadas, o montante de R$ 22.208 mil, referente a transações decorrentes de contratos de mútuo com seu controlador. Essas transações foram contratadas e registradas de acordo com as condições definidas entre as partes e a Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1

DIRETORIA

Alberto Carneiro Neto – Diretor-Presidente
Creuza Silva Brentel – Controller

CONTADORA

Adriana Raddatz Jönck – CRC SP-288887/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1000281-32.2020.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Vivian Labruna Catapani,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Angelina Marinelli Castelli,Marilda Costa Ribeiro,Ivai de Mendonça, Maria José de Souza, Maria Thereza Marinelli Scavone, esp. de Angelina Marinelli Castelli, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que José Roberto Costa ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Doutor Miranda de Azevedo,52-Vila Anglo Brasileira, São Paulo-SP, CEP: 05027-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[30,31]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0034311-76.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **SUN OK HONG LEE**, CPF 007.972.588-09, que por este Juízo tramitou a ação sob o nº 0230287-41.2009.8.26.0100, julgada procedente e ora em fase de Cumprimento de Sentença, sob o número supramencionado, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Estando a parte executada em lugar ignorado, foi deferida a **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o **PAGAMENTO** de R$ 44.843,70 (agosto/2021), sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mendado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021. 30 e 31.03

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A,** inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 7º, parágrafos 1 ao 3 do Estatuto Social e Medida Provisória no 931, de 30 março de 2020/Lei 14010 de 10 de Junho de 2020, a qual será realizada em **26 de abril de 2022 terça feira, às 14:30 horas através de videoconferência** na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975 - 2º Subsolo - Vila Andrade - São Paulo - SP - OPEN MALL PANAMBY, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. (I) Aprovação de Contas Exercício 2021; (II) Incremento de Capital, Acerto Allowance 2020; (III) Obras; (IV) Melhorias Operacionais; (V) Plano Estratégico; (VI) Comercialização; e (VII) Outros Assuntos de Inter

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/17FF-B972-8F6D-516E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 17FF-B972-8F6D-516E

Hash do Documento

4A346CD9B93A13E69EABBE9D68872012B37C95FB09666B089C7280191F7234A2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.

São Paulo, 28 de março de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**13.063**	18.973
Impostos e contribuições a recuperar		**14.750**	2.762
Partes relacionadas	6	**51.851**	59.795
Outros créditos		**1.589**	1.332
Total do ativo circulante		**81.253**	82.862
Não circulante			
Partes relacionadas	6	**2.987.229**	4.042.073
Investimentos	4	**3.657.760**	2.380.211
Intangível	5	**4.530**	6.129
Total do ativo não circulante		**6.649.519**	6.428.413
Total do ativo		**6.730.772**	6.511.275

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		**10.754**	10.033
Empréstimos e financiamentos	7	**207.635**	119.767
Debêntures	8	**16.544**	10.533
Salários, encargos sociais e benefícios		**17.715**	15.419
Impostos e contribuições a recolher		**14.338**	970
Partes relacionadas	6	**746.444**	316.945
Outras obrigações		**8**	–
Total do passivo circulante		**1.013.438**	473.667
Passivo não circulante			
Debêntures	8	**1.976.666**	2.976.666
Partes relacionadas	6	**262.455**	770.953
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9	**16.032**	15.587
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**80.287**	97.012
Provisão de remuneração variável de longo prazo	6	**6.834**	–
Total do passivo não circulante		**2.342.274**	3.860.218
Patrimônio líquido			
Capital social	10	**2.562.966**	2.562.966
Reserva de capital	10	**1.544.760**	1.544.760
Reserva de lucros	10	**1.005.283**	401.013
Ajuste de avaliação patrimonial		**(1.737.949)**	(2.331.349)
Total do patrimônio líquido		**3.375.060**	2.177.390
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.730.772**	6.511.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

		Patrimônio líquido							
				Reservas de lucros					
	Nota explicativa	Capital social	Reserva Capital	Reserva legal	Reserva de orçamento de capital	Transações com sócios	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**2.532.831**	**1.273.542**	**24.166**	**459.148**	**110.988**	**(1.217.874)**	**–**	**3.182.801**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(12.664)	(12.664)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	10	–	–	–	(12.664)	–	–	12.664	–
Aumento de capital	10	30.135	271.218	–	–	(182.268)	–	–	119.085
Transação com acionistas não controladores	10	–	–	–	–	1.643	–	–	1.643
Outros resultados abrangentes	4	–	–	–	–	–	(1.113.475)	–	(1.113.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**2.562.966**	**1.544.760**	**24.166**	**446.484**	**(69.637)**	**(2.331.349)**	**–**	**2.177.390**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	749.418	**749.418**
Alocação do lucro líquido para reserva de lucros	10	–	–	37.471	711.947	–	–	(749.418)	**–**
Transação com acionistas não controladores	4	**–**	**–**	**–**	**–**	(98.147)	–	**–**	**(98.147)**
Dividendos pagos a acionistas preferenciais	10	**–**	**–**	**–**	(47.001)		–	**–**	**(47.001)**
Outros resultados abrangentes	4	**–**	**–**	**–**	**–**	–	593.400	**–**	**593.400**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.562.966**	**1.544.760**	**61.637**	**1.111.430**	**(167.784)**	**(1.737.949)**	**–**	**3.375.060**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de serviços	12	**91.283**	38.337
Resultado de participações			
Resultado da equivalência patrimonial	4	**782.296**	(3.759)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	**(97.229)**	(116.126)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**776.350**	(81.548)
Resultado financeiro			
Variação cambial, líquida	14	**42**	186.328
Receitas financeiras	14	**235.662**	112.065
Despesas financeiras	14	**(269.640)**	(174.427)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**742.414**	42.418
Imposto de renda e contribuição social	11	**7.004**	(55.082)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**749.418**	(12.664)
Lucro (prejuízo) por ação - básico/diluído	15	**14,16**	(0,50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**749.418**	(12.664)
Outros resultados abrangentes			
Item que não será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado			
Benefícios a empregados	4	**1.859**	217
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária	2.2 e 4	**1.219.700**	495.181
Instrumentos financeiros de cobertura (hedge)	4	**5.143**	12.576
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	4	**(633.302)**	(1.621.449)
Resultado abrangente total do exercício		**1.342.818**	(1.126.139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**742.414**	42.418
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Juros e variações monetárias e cambiais		**13.199**	(139.372)
Resultado de equivalência patrimonial	4	**(782.296)**	3.759
Amortização do intangível	5	**1.599**	1.865
Constituição de provisão para contingências		**–**	15.172
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		**(11.975)**	(1.622)
Outros créditos		**(255)**	496
Partes relacionadas		**(22.121)**	(26.537)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		**721**	3.104
Salários e férias a pagar		**(1.955)**	1.647
Impostos e obrigações a pagar		**3.661**	825
Partes relacionadas		**704**	10.748
Outras obrigações e contas a pagar		**11.076**	–
Juros pagos	8	**(223.782)**	(86.515)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(269.010)**	(174.012)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de investimento	4	**–**	(468)
Partes relacionadas		**1.225.101**	(3.037.805)
Caixa oriundo de liquidação		**–**	327
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**1.225.101**	(3.037.946)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	7 e 8	**200.000**	3.091.666
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	7 e 8	**(1.115.000)**	–
Gastos com emissões de debêntures e notas promissórias	8	**–**	(49.234)
Partes relacionadas		**–**	130.107
Dividendos pagos	10	**(47.001)**	–
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**(962.001)**	3.172.539
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(5.910)**	(39.419)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**18.973**	58.392
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**13.063**	18.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A InterCement Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social a participação e investimentos em outras sociedades, sendo um grupo empresarial presente em cinco países ("ICP Grupo" ou "Grupo"). Sua controladora final é a Mover Participações S.A. ("Mover"). A Companhia, por meio de suas controladas tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar esses produtos. O Grupo possui 34 fábricas de cimento, 44 usinas de concreto, 6 usinas de agregados (todas localizadas no Brasil, na Argentina, no Egito, em Moçambique e na África do Sul). Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil S.A. possui participações societárias e ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor. Refinanciamento de dívidas: Em 8 de junho de 2020, o Grupo concluiu a emissão de debêntures no valor principal total de R$4.676.827, sendo R$2.976.666 pela Companhia e R$1.700.161 pela sua controlada indireta InterCement Brasil S.A. Os recursos foram integralmente utilizados para o pré-pagamento de dívidas existentes das controladas. Em 30 de setembro de 2021, a subsidiária brasileira, InterCement Brasil S.A., emitiu novas debêntures no valor de R$1.000.000, sendo que os recursos foram integralmente destinados à liquidação de parte das debêntures emitidas pela Companhia em 8 de junho de 2020 (*"push-down"* da dívida). A alavancagem consolidada do Grupo permaneceu a mesma. Outras considerações na nota 8. Venda das operações no Paraguai em 2020: Em 21 de agosto de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada argentina Loma Negra C.I.A.S.A. ("Loma Negra"), alienou a totalidade de sua participação na Yguazú Cementos S.A. ("Yguazú"), representada por 51.0017% do capital social da entidade. A venda foi feita para os acionistas locais da Yguazú. O objetivo da Companhia era buscar e executar projetos de alto potencial, por isso, após ter iniciado as operações de comercialização no Paraguai em 2000, construído e operado a fábrica desde 2013, e atingindo elevados padrões de produção e rentabilidade, a administração decidiu vender suas operações no Paraguai. A Companhia considera que o resultado obtido com esta operação é muito benéfico e está em linha com a intenção do Grupo de maximizar valor para os acionistas. A alienação resultou em um ganho antes do imposto de renda e da contribuição social de R$216.085 (incluindo a reversão de diferenças cambiais acumuladas negativas de R$40.479). O preço de venda da transação foi de US$107.000 mil (equivalente a R$599.893 na data da transação), dos quais US$100.000 mil (equivalente a R$560.647) foram pagos na data da transação, com pagamentos remanescentes mensais a partir de janeiro de 2021. A controlada indireta Loma Negra utilizou os recursos recebidos para antecipar a liquidação de algumas das dívidas existentes e para distribuir dividendos aos seus acionistas. Efeitos da pandemia de Coronavírus (COVID-19): No primeiro trimestre de 2020, um novo vírus (Coronavírus) se espalhou pelo globo e, para conter a disseminação, diversas ações foram realizadas por autoridades de diversos países. Entre outras, as ações tomadas restringiram viagens e qualquer tipo de aglomeração. O mercado global foi severamente impactado, resultando em volatilidade e incertezas em diversas perspectivas e também sobre o Produto Interno Bruto Global ("PIB") esperado para os próximos anos. A administração respondeu rapidamente à situação e criou comitês com o objetivo de prevenir a contaminação do trabalho e implementar medidas para mitigar ou reduzir o impacto nos negócios da Companhia, clientes, fornecedores, crédito e comunidade. Os comitês mantiveram comunicações constantes com a diretoria da Companhia e os impactos na economia e na sociedade foram acompanhados de perto por essa equipe multifuncional e as decisões foram tomadas conforme necessário. Em 2020, como consequência da pandemia e seguindo as restrições de cada região impostas pelo governo local na época, em março de 2020 fábricas na África do Sul, Brasil e Argentina paralisaram suas operações. As usinas brasileiras retornaram as operações no início de abril de 2020, após o governo local determinar que a indústria de cimento é um segmento essencial para a economia nacional. África do Sul e Argentina foram os dois segmentos mais impactados devido ao bloqueio completo em abril de 2020, cujas operações correspondentes retornaram apenas em maio de 2020. Em 2021, uma "segunda onda" da pandemia teve início em muitos países, inclusive naqueles onde o Grupo opera. No último trimestre de 2021, uma variante do vírus (Ômicron) foi identificada, trazendo mais uma vez incertezas sobre novas ondas e potencial necessidade de novos *lockdowns*. Não obstante, no ano corrente as operações não foram interrompidas em momento algum devido à COVID-19 e, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais, as operações não tiveram quaisquer restrições nem ocorreram *lockdowns* nos países em que atuamos. Além disso, alguns de nossos negócios estão apresentando resultados melhores do que o esperado, apesar da pandemia, uma vez que os segmentos de construção e cimento foram menos impactados na maioria das regiões. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração reavaliou os ativos de longo prazo (incluindo o ágio e impostos diferidos) da Companhia e de suas controladas, seus saldos com partes relacionadas e investimentos considerando possíveis impactos da pandemia, concluindo que não há necessidade de registro de provisões para não realização de seus ativos. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com o normativo de orientação contábil OCPC 07, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia optou em não preparar as demonstrações financeiras consolidadas para apresentação no Brasil, como requerido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final, Mover, irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC. Adicionalmente, em 16 de março de 2022, a Companhia emitiu suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, em dólares americanos, para fins de arquivamento em Cingapura, para cumprimento de requerimentos regulatórios e cumprimento de certas cláusulas restritivas (*covenants*). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. Impactos sobre os efeitos do ajuste de inflação nas demonstrações financeiras da controlada Loma Negra CIASA: A Argentina tem apresentado níveis elevados de inflação nos últimos anos e a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassou 100% sem a expectativa de uma redução significativa no curto prazo. Portanto, tal situação desencadeou a exigência de transição para que as demonstrações financeiras dessa controlada fossem preparadas de acordo com os requerimentos do pronunciamento "CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária". Tais ajustes foram registrados a partir de 1º de julho de 2018 (período em que a hiperinflação foi determinada). O CPC 42 exige que as demonstrações contábeis registradas em uma moeda hiperinflacionária sejam ajustadas a um índice geral de preços e expresso na unidade de medida (a moeda hiperinflacionária) atual no final do período de referência. O impacto dos efeitos da aplicação do CPC 42 nas demonstrações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$1.219.700 (R$495.181 em 31 de dezembro de 2020), reconhecido como outros resultados abrangentes, principalmente pela valorização do ativo imobilizado e intangível. **2.3. Novas e revisadas normas e interpretações:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Normas	Data de início
IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência	01 de janeiro de 2021
IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19	30 de junho de 2021

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2021 em função das respectivas adoções. **2.4. Normas emitidas, mais ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de início
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Finance iros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura	01 de janeiro de 2022
• Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e premissas que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras individuais, bem como os ganhos e as perdas. Essas estimativas são elaboradas com base no conhecimento existente no fim de cada exercício e nas ações que se planejam realizar, sendo periodicamente revisadas com base na informação disponível. As alterações nos fatos e nas circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, podendo os resultados reais futuros diferir daquelas estimativas. **2.6. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira:** As transações em outras moedas que não são em reais são registradas às taxas em vigor na data da transação. No fim de cada exercício, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de recebimento e pagamento ou nas datas dos balanços, são registradas como ganhos e perdas na demonstração do resultado do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários, cuja variação de justo valor é registrada diretamente em capital próprio ("ajuste de avaliação patrimonial"). **2.7. Classificação de balanço:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano das datas dos balanços são classificados, respectivamente, como ativos e passivos circulante. São ainda classificados como circulante os passivos sobre os quais a Companhia não possui direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos 12 meses após as datas dos balanços. **2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (b) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (c) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas nas datas dos balanços e são ajustadas para refletir a melhor estimativa a essa data. Quando uma das condições descritas não é preenchida, a Companhia procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que esses não são, por norma, objeto de divulgação. **2.9. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. Ativos financeiros: Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) valor justo por meio do resultado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. a) *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Ativos financeiros deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios é atingido ao receber os fluxos de caixa contratuais esperados e vender os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria. c) *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a receber de partes relacionadas. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) na transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado. a) *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar a fornecedores e partes relacionadas, além das notas promissórias comerciais e debêntures. b) *Valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais: A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado. **2.10. Ativos e passivos contingentes:** Um passivo contingente é: (a) uma possível obrigação resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (b) uma obrigação presente, resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a saída de caixa ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com confiabilidade. Os passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras são divulgados em nota explicativa, a menos que a possibilidade de uma saída de caixa futura seja remota, caso em que não são objeto de divulgação em nota explicativa. Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados em nota explicativa quando for certa a existência de recebimento de caixa futuro. **2.11. Investimentos:** Os investimentos encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação dessas empresas, reportado à data de aquisição e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis da Companhia. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação aos resultados das investidas por contrapartida de resultado líquido do exercício, conforme aplicável, e deduzido pelos dividendos recebidos. Quando a moeda funcional da empresa investida é diferente da moeda funcional da Companhia, os ganhos e as perdas decorrentes da variação cambial são registrados diretamente ao patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Nos casos de investidas em ambiente de hiperinflação, as demonstrações financeiras dessas controladas são preparadas de acordo com os requerimentos do pronunciamento "CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária", conforme demonstrado na nota explicativa 2.2. **2.12. Imposto sobre o lucro:** Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa e bancos	**266**	663
Aplicações financeiras	**12.797**	18.310
Total	**13.063**	18.973

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	2021	2020
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	**12.797**	9.039
Operações compromissadas (b)	**–**	8.096
Fundo de renda fixa (c)	**–**	1.175
Total	**12.797**	18.310

Aplicações financeiras são resgatáveis no curto prazo, com alta liquidez, vencíveis em até 90 dias contados da data de contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com risco insignificante de perda. (a) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem rentabilidade de 100,5% do CDI (99,5% em 2020). (b) Durante 2021, as operações compromissadas do CDI foram encerradas e resgatadas. Em 2021 e 2020, a rentabilidade foi de 70% do CDI. (c) Durante 2021, o fundo de renda fixa indexado ao CDI foi resgatado. Em 2021 e 2020 a rentabilidade foi de 82,91%.

4. Investimentos e provisão para perdas em controladas:

	31/12/2021							
	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ganhos (perdas) com alienação e efeitos na aquisição de acionistas não controladores (c)	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo do investimento
InterCement Portugal	**99,68**	2.722.337.918	3.616.153	785.283	(98.269)	593.897	782.769	3.604.581
InterCement Imobiliária	**100,00**	2.232.000	52.848	(222)	–	(497)	(222)	52.848
Companhia de Mineração Candiota	**2,77**	744.650	14.181	(8.506)	122	–	(251)	331
					(98.147)	**593.400**	**782.296**	**3.657.760**

	31/12/2020							
	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ganhos (perdas) com alienação e efeitos na aquisição de acionistas não controladores (c)	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo do investimento
InterCement Áustria Holding GmbH (b)	**–**	–	–	(2.995)	(182.268)	(1.113.475)	(2.995)	–
InterCement Portugal (b)	**99,68**	2.722.337.918	2.333.651	13.792	–	–	–	2.326.184
InterCement Imobiliária (b)	**100**	2.232.000	53.567	(7.346)	–	–	–	53.567
Companhia de Mineração Candiota	**3,49**	744.640	13.187	(5.925)	1.644	–	(764)	460
					(180.624)	**(1.113.475)**	**(3.759)**	**2.380.211**

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior e pelo o efeito da hiperinflação na subsidiária Loma Negra. (b) A InterCement Austria Holding GmbH foi liquidada em 31 de dezembro de 2020 e teve seu acervo líquido incorporado pela Companhia. Em consequência, a InterCement Portugal e a InterCement Imobiliária passaram a ser controladas diretas. (c) Vide item (a) para 2020 e item (d) para 2021 na movimentação demonstrada abaixo.

A movimentação dos investimentos e da provisão para perdas em controladas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.691.076**
Resultado de equivalência patrimonial	(3.759)
Aumento de capital (a) / (b)	1.007.838
Acervo líquido incorporado (c)	(20.843)
Efeitos da aquisição de ações de acionistas não controladores (a)	(180.624)
Efeitos da correção monetária de balanço na subsidiária Argentina	495.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo Circulante		Passivo não circulante
	Mútuos	Contas a pagar e outras obrigações (d)	Mútuos
Controladas:			
InterCement Financial Operation BV (b)	**728.232**	–	–
InterCement Brasil S.A.	–	**772**	–
InterCement Trading e Inversiones (c)	–	**5.978**	**262.455**
InterCement Portugal	–	**1.283**	–
Loma Negra	–	**9.618**	–
Outros	–	**561**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**728.232**	**18.212**	**262.455**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	305.786	11.159	770.953

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

	Receitas (d)	Despesas (d)	Receita (despesa) de encargos financeiros
Afiliada:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	–	**(721)**	–
Controladas:			
InterCement Financial Operation BV (a) (b)	–	–	**221.675**
InterCement Trading e Inversiones (c)	–	**(673)**	**(12.273)**
InterCement Brasil	**16.674**	**(11.831)**	–
Intercement Portugal	–	**(1.283)**	**44**
Intercement South Africa	**12.904**	–	**2**
Loma Negra	**33.402**	**(5.356)**	**(177)**
InterCement Amreyah Company (d)	**7.749**	–	**(59)**
Amreyah Cement Company (d)	**14.386**	–	**59**
Cimentos de Moçambique	**8.509**	–	–
Outros	–	**(1.134)**	**(167)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.624**	**(20.998)**	**209.104**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.595	(9.513)	290.807

(a) Ativo não circulante - InterCement Financial Operation BV: (i) Montante de R$1.010.562 (EUR159.873 mil) com juros de 2,5% ao ano, e vencimento em agosto de 2023. A Companhia considerou os saldos de juros como não circulante, por serem transações com sua controlada direta, cujo prazo de recebimento pode ser alterado ou postergado de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. Em 31 de Dezembro de 2020, o montante era de R$1.065.406 (EUR167.056 mil). (ii) Empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 à InterCement Austria Holdings GmbH no montante de R$2.987.078, sujeito a CDI mais juros de 3,75% ao ano, com vencimentos de juros semestrais e vencimento do principal em 08 de junho de 2027. Em decorrência da liquidação da controlada InterCement Austria Holding GmbH, foi firmado contrato de assunção de dívida em 18 de dezembro de 2020, onde a InterCement Financial Operation BV passou a ser a devedora. Em 30 de Setembro de 2021, InterCement Trading e Inversiones concedeu empréstimo à Companhia no montante de R$1.044.496, sendo esse empréstimo liquidado em 29 de novembro de 2021 através da cessão desse crédito pela InterCement Trading e Inversiones para InterCement Financial Operation BV como forma de compensação parcial de empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 concedido pela Companhia para a InterCement Financial Operation BV. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo remanescente desse contrato é de R$1.976.667 (R$2.987.078 em 2020). (b) Passivo circulante - InterCement Financial Operation BV: Empréstimo de mútuo originado em 2020, com juros de 2,57% ao ano e vencimento final em 31 de março de 2022. Em 31 de Dezembro de 2021, o montante, incluindo juros, é de R$728.232 (EUR115.208). Em 2020, o saldo era de R$722.322 (EUR113.253). (c) O passivo não circulante com a InterCement Trading e Inversiones, refere-se a empréstimos de mútuo: (i) de R$218.933 (EUR34.635 mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 07 de maio de 2024 (R$310.237 em 2020, equivalente a EUR56,000 mil); (ii) de R$25.258 (EUR3.996 mil), sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com parcelas anuais de juros e vencimento do principal em 23 de setembro de 2023 (R$25.708 em 2020, equivalente a EUR3.996 mil); e (iii) de R$18.264 (EUR2.889 mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com parcelas anuais de juros, sendo a primeira em 04 de dezembro de 2021 e a última junto ao vencimento do principal em 04 de dezembro de 2023 (R$18.472 em 2020, equivalente a EUR2.889 mil). (d) Referem-se substancialmente a prestação de serviços de *know-how e management fees*. Remuneração dos administradores: O montante incorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$26.692 (R$10.409 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo: (a) R$20.078 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios (R$10.310 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020); e (b) R$6.614 referentes a benefícios de longo prazo (R$99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 foi concedido plano de incentivo de longo prazo aos administradores com início em 2021 e fim em 2024. Esse incentivo é baseado, substancialmente, no atingimento de indicadores financeiros e operacionais. A obrigação construtiva em 31 de dezembro de 2021 é de R$6.834.

7. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Empréstimo de capital de giro	100% CDI mais 3% a.a.	Novembro de 2022	**101.148**	–
Notas promissórias comerciais (i)	100% CDI mais 3% a.a.	Março de 2022	**106.487**	119.767
			207.635	119.767

(i) Em 16 de março de 2021, a Companhia liquidou o montante devido referente as Notas Promissórias Comerciais de serie única ao valor unitário de R$5.000 emitidas em março de 2020, e novas Notas Promissórias foram emitidas no montante de R$100.000 com vencimento em março de 2022. Conforme cláusulas restritivas contratuais, Companhia é requerida a manter o nível de endividamento líquido consolidado sobre LAJIDA ("EBITDA") ajustado consolidado menor do que 5x em 31 de dezembro de 2021. A Companhia cumpriu referido índice nessa data. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**119.767**
Empréstimos e financiamentos obtidos	**200.000**
Apropriação juros	**8.992**
Pagamentos - juros	**(6.124)**
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(115.000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**207.635**

8. Debêntures

	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Debêntures	100% CDI mais 3,75% a.a.	Junho de 2027	**1.993.210**	2.987.199
			1.993.210	2.987.199
Classificados no circulante - juros			**16.544**	10.533
Classificados no não circulante			**1.976.666**	2.976.666

Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 2.976.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. As emissões das debentures incorreram gastos no montante de R$49.234 referentes a comissões bancárias que foram reconhecidas diretamente no resultado de 2020. O reconhecimento como despesa está de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. O instrumento de dívida é garantido pelas ações da controlada indireta Loma Negra. As debêntures serão resgatáveis em maio de 2024, caso o Grupo não refinancie as "Senior Notes" detidas pela controlada indireta da Companhia, InterCement Financial Operation BV. As debêntures possuem cláusulas restritivas que regem que em 31 de dezembro dos respectivos anos, a dívida liquida consolidada sobre o LAJIDA ("EBITDA") deve ser inferior a 5,85x (2021), 5,35x (2022), 4,85 (2023), 3,85x (2024) e 3,35x (de 2025 a 2027). Em 31 de dezembro de 2021, as cláusulas restritivas foram cumpridas e a próxima mensuração ocorrerá somente em 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado na nota explicativa 6, item (a), em 30 de setembro de 2021, InterCement Trading e Inversiones concedeu empréstimo à Companhia no montante de R$1.044.496, sendo esse montante utilizado integralmente para liquidação antecipada parcial das debêntures detidas pela Companhia. A movimentação das debêntures é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.987.199**
Apropriação juros	**213.506**
Pagamentos - juros	**(207.495)**
Pagamentos	**(1.000.000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.993.210**

Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Período	
2023	341.240
2024	389.989
2025	487.487
2026	487.487
2027	270.463
Total	1.976.666

9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A provisão para riscos é composta como segue:

	2021	2020
Tributários	**16.032**	15.587
Total	**16.032**	15.587

Refere-se a litígio sobre a cobrança de impostos sobre operações financeiras - IOF na compra e revenda de ações da InterCement Portugal ocorrida em 2014. A flutuação do período refere-se a juros e correção monetária apurados de acordo com a legislação vigente no Brasil. A Companhia possui incertezas tributárias em face da cobrança de IRPJ e CSLL no montante de R$1.282.327 (R$1.252.665 em 31 de dezembro de 2020), relativos ao ano-calendário de 2012, onde as autoridades fiscais questionam a existência de lucros auferidos no exterior que não teriam sido tributados. Os assessores jurídicos consideram o risco êxito mais provável do que o risco de perda *("more likely than not")*, portanto, não foi constituída provisão. **10. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R$2.562.966, representado por 55.279.765 ações nominativas e sem valor nominal, das quais 52.920.764 são ações ordinárias e 2.359.001 são ações preferenciais classe A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2020, os acionistas autorizaram a emissão de 30.233.325 ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de R$301.353, a qual foi integralmente subscrita e integralizada pela Mover Participações S.A. através da transferência para a Companhia de 131.719.069 ações da InterCement Portugal detidas pelo subscritor. O preço de emissão teve a seguinte destinação: R$30.135 para o capital social e R$271.218 destinados à conta "Reserva de capital". Reserva de capital - ações preferenciais: *Classe A:* As ações preferenciais (classe A) atribuem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não acúmulo de prejuízos, não têm direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia e podem ser resgatadas mediante deliberação do Conselho de Administração. Quaisquer obrigações e garantias contratuais são registradas no controlador; consequentemente, a Companhia não possui nenhuma obrigação contratual assumida com os detentores das ações preferenciais. Reserva de lucros: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram as seguintes movimentações: (a) Ganho na variação de participação referente as investidas Companhia de Mineração Candiota e InterCement Portugal, no montante de R$ 122 e R$ 7.095 respectivamente e perda na variação de participação referente a investida Loma Negra no montante de R$ 105.364 (vide nota explicativa 4); (b) Distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R$47.001, conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de abril de 2021, tendo sido pagos em 7 de maio de 2021; (c) Constituição de Reserva Legal no montante de R$37.471, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, conforme legislação aplicável no Brasil. (d) Conforme recomendado pelo o Conselho de Administração em 16 de março de 2022, foi constituído Reserva Orçamentaria de Capital ("Reserva de Lucros") no montante de R$711.947. Essa reserva faz-se necessária em razão do atual nível de endividamento da Companhia, onde precisará de caixa para liquidação do custo da dívida, bem como do principal, nos próximos anos. Tal destinação deverá ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes movimentações: (a) Ganho na variação de participação referente a investida Companhia de Mineração Candiota, no montante de R$1.643; (b) Conforme mencionado no item "Capital Social" acima, o aumento de capital pela controladora Mover Participações S.A. foi realizado mediante a transferência para a Companhia da sua participação indireta de 4,84% (131.719.069 ações) na InterCement Portugal anteriormente detida pela C.C. Cimentos Luxembourg (subsidiária integral da Mover). Consequentemente, como a InterCement Portugal investe direta ou indiretamente na maioria dos segmentos e entidades da Companhia, tal mudança resultou em um aumento no patrimônio líquido atribuível à Companhia de R$119.086. O impacto líquido na rubrica "Transações com sócios" em "Reservas de lucros" é uma redução de R$182.268. Dividendos: Aos detentores de ações é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, não foram propostos dividendos para os acionistas de ações ordinárias ou preferenciais em relação ao lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em razão do atual nível de endividamento da Companhia, conforme já comentado anteriormente, tendo sido constituído Reserva de orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro no exercício.

11. Imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**742.414**	42.418
Alíquotas (15% para imposto de renda, mais adicional de 10%, e 9% para contribuição social)	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	**(252.421)**	(14.422)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivo:		
Equivalência patrimonial	**265.981**	(1.278)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	**612**	(173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos ou revertidos	**(7.168)**	(39.209)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**7.004**	(55.082)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(9.721)**	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	**16.725**	(55.082)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**7.004**	(55.082)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite considerado passível de realização. O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos não constituídos somam R$1.202 (R$4.276 em 2020). Em 31 de Dezembro de 2021, ativos diferidos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias foram integralmente constituídos, visto ser considerado passível de realização integral. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	2021	2020
No ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	19.296	26.613
Provisão de participação nos lucros do exercício	3.920	3.505
Provisão remuneração variável de longo prazo	2.323	–
Provisão para contingências	5.451	5.300
Provisão de serviços prestados	3.019	6.152
Outros	400	7
Total do ativo	**34.409**	**41.577**
No passivo:		
Variação cambial	114.696	138.589
Total do passivo	**114.696**	**138.589**
Total líquido classificado no passivo não circulante	**80.287**	**97.012**

12. Receita líquida de serviços:

	2021	2020
Serviços prestados	**93.624**	38.595
Impostos sobre os serviços prestados	**(2.341)**	(258)
Total	**91.283**	38.337

13. Natureza das despesas na demonstração de resultados: As informações sobre a natureza das despesas são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Serviços de terceiros	**(24.368)**	(40.125)
Salários e benefícios a empregados	**(64.093)**	(52.631)
Amortização	**(1.599)**	(1.865)
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**–**	(15.587)
Despesas tributárias	**(735)**	(3.165)
Outras despesas	**(6.434)**	(2.753)
Total	**(97.229)**	(116.126)

14. Resultado financeiro:

	2021	2020
Variação cambial:		
Receita com variação cambial (a)	**321.279**	382.087
Despesa com variação cambial (a)	**(321.237)**	(195.759)
Total	**42**	186.328
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	**599**	1.467
Juros sobre operações com partes relacionadas (b)	**235.022**	110.550
Outras	**41**	48
Total	**235.662**	112.065
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações com partes relacionadas	**(40.892)**	(11.540)
Despesa com juros e encargos	**(222.320)**	(100.236)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	**(3.021)**	(11.659)
Variação monetária de contingências tributárias	**(445)**	(866)
Gasto com emissão de debêntures (c)	**–**	(49.234)
Outras	**(2.962)**	(892)
Total	**(269.640)**	(174.427)

(a) Refere-se substancialmente, as flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira, conforme nota explicativa 6. (b) Refere-se substancialmente a juros dos contratos de mútuos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6 e o montante bruto reduzido de Pis/Cofins incididos sobre os juros com partes relacionadas no montante de R$14.932 (R$5.465 em 2020). (c) Refere-se as comissões bancárias incorridas na emissão das debentures, vide nota 8. **15. Resultado por ação:** O quadro a seguir demonstra a reconciliação do prejuízo de cada período com os montantes utilizados para cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**749.418**	(12.664)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído às ações ordinárias	**749.418**	(12.664)
Média ponderada de ações ordinárias	**52.920.764**	25.206.883
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação ordinária (em Reais)	**14,16**	(0,50)

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam diluir os resultados por ação. **16. Seguros:** O Grupo é coberto por seguradora internacionalmente reconhecida através de contrato guarda-chuva. Esse contrato prevê cobertura a todo o sinistro em propriedades, estoques e lucros suspensos com indenização limite de até R$920.247 (€150.000 mil) e risco de terceiros até R$158.023 (€25.000 mil). As controladas na área de negócio na Argentina e Brasil têm política de cobertura de seguros para risco de terceiros e estoques de acordo com a avaliação da Administração. O escopo do trabalho de auditoria não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, o qual é determinada pela Administração e é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros. **17. Avais e fianças:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia forneceu fiança às suas controladas para assegurar o cumprimento integral das obrigações decorrentes da dívida financeira até o montante de aproximadamente R$6.088 (R$8.252 em 2020). **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos, quando necessário. Essas contratações são apresentadas pela Companhia em suas informações consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") e apresentadas em dólares americanos (vide nota 2.1); portanto, essa nota explicativa deve ser analisada em conjunto com essas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais são apresentadas separadamente. **18.1. Gestão do risco de capital:** A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos captados pelas controladas, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, dessas controladas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados). **18.2. Administração dos riscos financeiros:** A Diretoria da área de Tesouraria Corporativa gerencia os riscos financeiros, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros, monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como os riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez. **18.3. Categorias de instrumentos financeiros:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros - custo amortizado		
Partes relacionadas (Nota 6)	**3.039.080**	4.101.868
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (nível 2) (Nota 3)	**12.797**	18.310
Passivos financeiros - custo amortizado		
Fornecedores	**10.754**	10.033
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	**207.635**	119.767
Debentures (Nota 8)	**1.993.210**	2.987.199
Partes relacionadas (Nota 6)	**1.008.899**	1.087.898

18.4. Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às taxas de juros nas aplicações financeiras que são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI e do Sistema Especial de Liquidação e nas Debentures e notas promissórias. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Ativo:		
CDI	**1.989.464**	3.005.388
Total do ativo	**1.989.464**	3.005.388
Passivo:		
CDI	**(2.200.845)**	(3.107.166)
Total do Passivo	**(2.200.845)**	(3.107.166)
Exposição líquida	**(211.381)**	(101.778)

18.5. Exposição a riscos de taxas de câmbio: A Companhia está exposta a taxas de câmbios, principalmente relacionados a desvalorização do Real frente ao EUR. A exposição está demonstrada abaixo:

Exposição ao EUR	2021	2020
Ativo:		
Partes relacionadas (EUR159.873 mil)	1.010.562	1.065.406
Passivo:		
Partes relacionadas (EUR156.728 mil)	(990.687)	(1.076.738)
Exposição líquida	**19.875**	(11.332)

18.6. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações do CDI é conforme segue:

		Cenários		
Operação	**Risco**	**1**	**2**	**3**
Exposição a índices variáveis				
CDI	Aumento do índice	**2.114**	**4.228**	**6.341**

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado financeiro caso haja um aumento da taxa CDI de 1%, 2% e 3%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações cambial do euro é conforme segue:

		Cenários		
Operação	**Risco**	**1**	**2**	**3**
Exposição a risco cambial				
Euro	Desvalorização do real	**999**	**1.992**	**2.986**

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado da Companhia caso ocorra uma desvalorização da moeda brasileira (Real - R$) frente ao EURO de 5%, 10% e 15%, respectivamente. **19. Evento subsequente:** Pagamento de juros de títulos: Em 17 de Janeiro de 2022, a subsidiaria integral InterCement BV, pagou juros das Senior Notes no valor líquido de R$88.434 (U$$15,847 mil). Pagamento de empréstimos: Em 31 de Janeiro de 2022, a subsidiaria integral InterCement Trading Inversiones liquidou empréstimos no montante de R$78.127 (US$14.000 mil) e a unidade de negócio de Moçambique liquidou empréstimo no montante de R$32.651 (US$5,851 mil). Refinanciamento Notas Promissórias: Em 23 de março de 2022, a Companhia emitiu novas Notas Promissórias no montante de R$70.000, com vencimento em março de 2023 e taxas de juros anuais de 100% CDI + 3%. Adicionalmente, a Companhia liquidou as Notas Promissórias no montante de R$100.000 emitidas em março de 2021. Contrato de mútuo com controlada indireta - InterCement Brasil S.A.: Em 15 de março de 2022, a Companhia (tomador) assinou um contrato de mútuo com sua controlada indireta InterCement Brasil S.A. (cedente) na modalidade de *"revolving"* com um limite de crédito de até R$100.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. O valor do crédito concedido nesta data foi de R$30.000. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida da taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em 15 de março de 2023. **20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** Na reunião da Diretoria realizada em 28 de março de 2022, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CAIO ISMAEL DE CAMPOS SILVA - CRC 1SP257072/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
InterCement Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da InterCement Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1121524-06.2021.8.26.0100 A MMª. Juíza de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. FLAVIA POYARES MIRANDA, na forma da Lei, FAZ SABER a terceiros e eventuais interessados que Martin Christoph Bosshart, CPF 059.580.268-01, RNE W217004-E, ajuizou Ação de Procedimento Comum, objetivando a administração provisória do Lar Comunitário São Gabriel, CNPJ 55.218.317/0001-90, com sede à Rua Marituba, 137, Chácara Monte Alegre, São Paulo, SP, até que os atos sociais sejam devidamente registrados. Estando os terceiros e eventuais interessados em lugar ignorado, expede-se o edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste(m) o feito, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022.

15ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 15º Ofício Cível. Processo Digital nº: **0012079-70.2021.8.26.0100**. Classe - Assunto Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Santa Ifigenia Grill Restaurante Ltda Me. Juiz(a) de Direito: Dr(a). CELINA DIETRICH E TRIGUEIROS TEIXEIRA PINTO Valor: R$ 29.796,54. Na forma do artigo 513, §2º, IV, do Código de Processo Civil, a publicação desta decisão pela imprensa oficial servirá como EDITAL para fins de intimação do(s) executado(s) Santa Ifigenia Grill Restaurante Ltda Me para que, no prazo processual de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Dispensa-se outras publicações do edital além do diário oficial para evitar custo excessivo ao credor, nos termos da norma flexibilizadora do art. 139, IV, do CPC e Enunciado nº 35 da ENFAN sobre o novo CPC. O prazo do edital será de 20 dias, e o advogado nomeado na fase de conhecimento como curador continuará responsável pela defesa do executado nesta fase de cumprimento de sentença, nos termos do convênio Defensoria-OAB. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%. Outrossim, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada. Para a maior celeridade processual, o exequente deverá especificar corretamente os seguintes dados do executado: a) nome, firma ou denominação; b) CPF/MF ou CNPJ/MF; c) valor atualizado, acrescido da multa e honorários. Transcorrido o prazo de pagamento do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º (inclusão em cadastro de inadimplentes), todos do Código de Processo Civil. Se não forem encontrados bens, desde já fica deferida a suspensão do feito nos termos do art. 921, III, do CPC, bem como o arquivamento dos autos. Se a qualquer momento as partes informarem a existência de acordo para cumprimento voluntário da obrigação de forma parcelada, fica desde já deferida a suspensão do processo, bem como o arquivamento durante o prazo de cumprimento (art. 922 do CPC), devendo a serventia judicial expedir o ato ordinatório correspondente. Caso o ac

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FC83-8EA1-641A-F114 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FC83-8EA1-641A-F114

Hash do Documento

7E1DE202498CEBD85666D82732F94A678A6C414BCAF60F70D96CFCD2EC059851

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ (MF) 61.723.847/0001-99

Demonstrações Financeiras no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R$ 1.000)

Balanço Patrimonial	Notas	31/12/21	31/12/20
Ativo/Circulante		**2.499**	**1.931**
Disponibilidades	**4**	**2.469**	**1.875**
Outros Ativos		**30**	**56**
Outros créditos - Diversos	**8**	30	54
Despesas antecipadas		–	2
Não Circulante		**77**	**2.495**
Instrumentos Financeiros		**–**	**2.351**
Títulos e valores mobiliários	**5**	–	2.351
Imobilizado De Uso	**9**	**54**	**90**
Outras imobilizações de uso		2.966	2.966
(Depreciações acumuladas)		(2.912)	(2.876)
Intangível	**10**	**23**	**54**
Ativos Intangíveis		183	183
(Amortização acumulada)		(160)	(129)
Total do Ativo		**2.576**	**4.426**

Balanço Patrimonial	Notas	31/12/21	31/12/20
Passivo/Circulante		**268**	**546**
Instrumentos Financeiros		**28**	**26**
Depósitos	**6**	28	–
Negociação e intermediação de valores	**7**	–	26
Outros Passivos		**240**	**520**
Fiscais e previdenciárias	**11**	101	405
Diversas	**12**	139	115
Patrimônio Líquido		**2.308**	**3.880**
Capital:	**14**	40.668	38.668
De Domiciliados no país		40.668	38.672
(Redução de Capital)		–	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	(16)
(Prejuízos acumulados)		(38.360)	(34.772)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.576**	**4.426**

Demonstrações dos Resultados	Notas	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Receitas de Intermediação Financeira		**57**	**87**	**163**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		57	87	163
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**57**	**87**	**163**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais		**(2.010)**	**(3.675)**	**(4.395)**
Receitas de prestação de serviços	**17.a**	6	6	114
Despesas de pessoal	**17.b**	(902)	(1.797)	(2.312)
Outras despesas administrativas	**17.c**	(934)	(1.654)	(2.778)
Despesas tributárias	**17.d**	(154)	(206)	(200)
Despesas com provisões		–	–	6
Outras receitas operacionais	**17.e**	3	5	801
Outras despesas operacionais		(29)	(29)	(26)
Resultado Operacional		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**15**	(1.953)	(3.588)	(4.232)
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Nº de ações		**27.889.500**	**27.889.500**	**18.398.232**
Prejuízo por ação (R$)		**(0,07)**	**(0,13)**	**(0,230)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	2º/Sem/21	31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	32	67	73
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	–	–	(6)
	(1.921)	(3.521)	(4.165)
Variação de Ativos e Obrigações	2.446	2.115	61
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.398	2.367	(76)
(Aumento) redução de outros ativos	40	26	964
(Aumento) redução de outros valores e bens	–	–	4
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1	2	–
Aumento (redução) em outros passivos	7	(280)	(831)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**525**	**(1.406)**	**(4.104)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em: Imobilizado de uso	–	–	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(1)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	–	2.000	–
Pagamentos pela redução de capital	–	–	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**–**	**2.000**	**(4)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**525**	**594**	**(4.109)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.944	1.875	5.984
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	2.469	2.469	1.875

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Realizado	Redução de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Semestre de 01/07/21 a 31/12/21					
Saldos no Início do Semestre em 01/07/21	40.672	(4)	(27)	(36.407)	4.234
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	27	–	27
Prejuízo do semestre	–	–	–	(1.953)	(1.953)
Destinações:	(4)	4	–	–	–
Reserva Legal/Estatutária	(4)	4	–	–	–
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/21	40.668	–	–	(38.360)	2.308
Mutações do Semestre:	(4)	4	27	(1.953)	(1.926)
Exercício de 01/01/21 a 31/12/21					
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	38.672	(4)	(16)	(34.772)	3.880
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	16	–	16
Aumento de capital	2.000	–	–	–	2.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.588)	(3.588)
Destinações:	(4)	4	–	–	–
Reserva Legal/Estatutária	(4)	4	–	–	–
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	40.668	–	–	(38.360)	2.308
Mutações do Exercício:	1.996	4	16	(3.588)	(1.572)
Exercício de 01/01/20 a 31/12/20					
Saldos no Início do Exercício em 01/01/20	38.672	–	10	(30.540)	8.142
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	(26)	–	(26)
Redução de capital	–	(4)	–	–	(4)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.232)	(4.232)
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/20	38.672	(4)	(16)	(34.772)	3.880
Mutações do Exercício:	–	(4)	(26)	(4.232)	(4.262)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado Abrangente	**27**	**16**	**(26)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	27	16	(26)
Ajuste TVM	27	16	(26)
Resultado Abrangente Total	**(1.926)**	**(3.572)**	**(4.258)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), foi constituída em 15 de outubro de 1968, por seu sócio fundador Raymundo Magliano, o qual era corretor membro da Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, desde 1927 recebendo o título membro de nº 1 quando da transformação para Bolsa de Valores de São Paulo. Ao longo desses 94 anos de atuação no mercado financeiro, a Corretora por meio de seus fundadores e acionistas, procurou elevar cada vez mais o nível de profissionalismo, transparência e divulgação do mercado de valores mobiliários. A Corretora busca o constante aperfeiçoamento e expansão no mercado de valores mobiliários por meio dos diversos programas de divulgação e promoção junto ao público. A Corretora tem por objeto social operar em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros e exercer demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em julho de 2018 firmamos o acordo operacional com a GUIDE INVEST, realizamos a primeira operação de migração da carteira de clientes, e que foi considerada positiva tanto pela Magliano Corretora como pela Guide Invest. Em 12 de setembro de 2019, a Magliano Corretora assinou a segunda parte da operação com a Guide Invest, já prevista no Acordo Operacional anterior. Para essa segunda operação, a carteira remanescente de clientes e os fundos/clubes/carteiras foram migrados para a Guide Invest no segundo semestre de 2019. Com a migração da segunda operação, todas as atividades operacionais geradora de caixa foram migradas para a Guide Invest, a Magliano Corretora atualmente encontra-se sem atividade operacional geradora de receita, porém cumpre rigorosamente com suas obrigações acessórias junto aos reguladores, com o propósito de que, esteja apta à realização da alienação da sua estrutura remanescente. Conforme informações veiculadas em diversas mídias, em julho de 2020 a Corretora foi adquirida pela empresa Neon Pagamentos ("NEON"), uma fintech voltada ao seguimento financeiro e de capitais, que conta com potenciais investidores, que apesar de tão pouco tempo de criação, conta com uma base de clientes na ordem de 9 milhões de contas digitais. Esse número representa 3 vezes o número de investidores vinculados a B3 atualmente. A filosofia da NEON em atender as camadas C e D da sociedade agradou aos sócios da Corretora, que vislumbrou a possibilidade de ver um antigo sonho ter continuidade. O sócio majoritário **Raymundo Magliano Filho,** que quando presidente da antiga BOVESPA, implantou o programa **"Bolsa Vai Até Você"**, visitando na ocasião diversas fábricas e locais públicos com o intuito de levar conhecimento, educação e acesso ao ambiente de negociação, quebrando a mística de que a "BOLSA é um local para poucos". Neste sentido, a continuidade operacional da Corretora está sujeita aos planos e estratégias a serem definidos pela nova administração da Corretora, sendo que, o processo de transferência do controle acionário foi aprovado pelo BACEN, conforme descrito na nota explicativa nº 20.3. **Eventos:** Em 30 de abril de 2020 houve a cisão parcial da Corretora, com acervo líquido à nova Sociedade a ser constituída, reduzindo o capital social de R$38.672 para R$38.668, sendo que o montante de R$ 4 foi destinado para a nova Sociedade constituída denominada "RMagli Participações Ltda.". Em 15 de julho de 2021 o Banco Central do Brasil aprovou o cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio; e, a mudança da denominação social para Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Em 14 de fevereiro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a eleição de membros da diretoria, bem como a mudança de denominação social para Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Em 15 de fevereiro de 2022 foi aprovada pelo Banco Central do Brasil a transferência de controle societário da Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para os Senhores Pedro Henrique de Souza Conrade, Jean Martin Sigrist Júnior e Norberto Lanzara Giangrande Júnior. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), quando aplicáveis, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular BACEN nº 3.959/19. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável, "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas em reais mil, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Corretora em 07 de março de 2022. **3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a) Apuração de resultado -** O regime de apuração do resultado é o de competência. **b) Disponibilidades -** As disponibilidades são representadas por recursos em moeda nacional, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** São registradas pelo valor de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários -** Os títulos e valores mobiliários são classificados em suas respectivas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação", são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado. Os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período. **e) Negociação e intermediação de valores -** É demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **f) Imobilizado de uso -** O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados e Transportes"; e, 10% a.a. para as demais contas. O intangível está representado por "Software" sendo amortizado a taxa de 20% a.a. **g) Demais ativos circulantes e não circulantes -** Os demais ativos são registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. As provisões são reconhecidas no balanço quando. Há uma obrigação legal, ou constituída, como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Provisão para imposto de renda e contribuição social -** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R$ 240 no ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Não foram reconhecidos créditos sobre prejuízos fiscais ou adições temporárias em atendimento à Resolução 3.059/02 do BACEN. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** As contingências ativas e passivas e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente, da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **k) Resultado por Ações -** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/21	31/12/20
Disponibilidades	**2.469**	**1.875**
Depósitos bancários	2.466	1.836
Reservas livres	3	39
Total caixa e equivalentes de caixa	**2.469**	**1.875**

5. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em "Títulos Disponíveis para Venda", demonstrados a:

		31/12/21		31/12/20	
	Vencimento	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Longo Prazo					
Carteira Própria		–	–	2.367	2.351
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	–	–	2.367	2.351
Vinculados ao Banco Central		–	–	–	–
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025			–	–
Total				2.367	2.351

Em 31 de dezembro de 2021 a corretora não possuía saldo de títulos disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2020, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R$ 16 e foram reconhecidos em contrapartida no patrimônio líquido. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora não possui posição em margem de garantia. **6. Depósitos -** Em 31 de dezembro de 2021 os Depósitos estão representados por recursos disponíveis de clientes no montante de R$ 28. **7. Negociação e intermediação de valores:**

	Créditos		Obrigações	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Devedores/credores - conta liquidação	–	–	–	26
pendentes	–	–	–	**26**

As negociações e intermediações de valores correspondem às operações financeiras realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão especificamente as operações efetuadas nos três últimos pregões a serem liquidadas em D+1 e D+2. **8. Outros créditos - diversos:**

Circulante	31/12/21	31/12/20
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	–	32
Impostos e contribuições a compensar	30	22
	30	**54**

9. Imobilizado de uso:

		31/12/21			31/12/20
	Taxa deprec.	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	10%	258	(254)	4	7
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.192	(1.158)	34	56
Sistema de comunicação	10%	238	(236)	2	–
Sistema de processamento de dados	20%	1.267	(1.253)	14	25
Sistema de segurança	10%	11	(11)	–	2
		2.966	**(2.912)**	**54**	**90**

10. Intangível:

	31/12/21			31/12/20
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Software	183	(160)	23	54
	183	**(160)**	**23**	**54**

Outros ativos intangíveis correspondem às licenças e direitos de uso de softwares diversos adquiridos, quando passou a vigorar a Carta Circular nº 3.357 que restringiu o registro destes valores no ativo diferido.

11. Fiscais e previdenciárias:

Curto prazo	31/12/21	31/12/20
IRRF sobre folha de pagamento	45	27
INSS	40	38
FGTS	4	4
IRRF sobre renda fixa	–	329
Demais impostos e contribuições	12	7
	101	**405**

As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se aos impostos e contribuições sobre o lucro e as retenções sobre fornecedores, clientes e terceiros a serem recolhidos de acordo com os prazos previstos nas legislações vigentes.

12. Obrigações diversas:

Curto prazo	31/12/21	31/12/20
Provisão trabalhista	84	78
Provisões administrativas	54	15
Credores diversos	1	22
	139	**115**

13. Contingências: 13.1. Contingências prováveis: Os processos judiciais que foram objeto de constituição de provisão para contingências, no valor de R$ 321 saldo em 31 de dezembro de 2019, foram baixados no primeiro semestre de 2020 conforme deliberação da AGE de 30/04/2020, este processo foi transferido na redução de capital do acervo cindido sobre a cisão parcial da Corretora (ver NE 1 - Eventos). **13.2. Contingências possíveis:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora não era parte em ações de natureza cível, fiscal e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. **14. Patrimônio Líquido - a) Capital social:** O capital social é de R$ 40.668 (R$ 38.668 em 31 de dezembro de 2020), divididos em 27.889.500 ações, sendo 18.690.384 ações ordinárias e 9.199.116 ações preferenciais (18.398.232 ações, sendo 9.199.116 ações ordinárias e 9.199.116 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital. Em 08 de abril de 2021 foi deliberado pelos acionistas a alteração do Capital social de R$ 38.668 para R$ 40.668, no montante de R$ 2.000 mediante a emissão de 9.491.268 novas ações. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 01 de julho de 2021. Em 30 de abril de 2020 houve a cisão parcial da Corretora, com acervo líquido à nova Sociedade a ser constituída, reduzindo o capital social de R$38.672 para R$38.668, sendo que o montante de R$ 4 foi destinado para a nova Sociedade constituída denominada "RMagli Participações Ltda.".**15. Demonstração do cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social e composição das contas de resultado:**

Descrição	IRPJ de 31/12/21	CSLL de 31/12/21	IRPJ de 31/12/20	CSSL de 31/12/20
Resultado antes dos impostos	**(3.588)**	**(3.588)**	**(4.232)**	**(4.232)**
Adições				
Desp. refeição/cartão crédito diretores	–	–	2	2
Doações indedutíveis	–	–	20	20
Doações filantrópicas - excesso de limite	–	–	5	5
Demais benefícios e gratificações a Diretores	62	–	60	–
Outras despesas não dedutíveis	–	–	23	23
Atualização de passivos fiscais contingentes	–	–	5	5
Exclusões				
Reversão de provisões de devedores duvidosos	–	–	(5)	(5)
Atualização de depósitos judiciais	–	–	(5)	(5)
Apropriação de gastos com diferidos	(55)	(55)	(55)	(55)
Prejuízo fiscal do período	**(3.581)**	**(3.643)**	**(4.182)**	**(4.242)**

Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora apresentava prejuízos fiscais no montante de R$ 38.296 (R$ 34.715 em 31 de dezembro de 2020), e base negativa da contribuição social no montante de R$ 38.685 (R$ 35.042 em 31 de dezembro de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras em virtude da ausência de histórico de rentabilidade exigidos pela Resolução 3.355/06. **16. Transações com partes relacionadas - Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 795 (R$ 765 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo. **17. Demonstração do resultado: a) Receitas de prestação de serviços:** São representadas por:

	2°semestre/21	31/12/21	31/12/20
Administração de fundos de investimentos/taxa performance	–	–	113
Comissões de colocação de títulos	6	6	1
	6	**6**	**114**

b) Despesas de pessoal: São representadas por:

	2°semestre/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários	(432)	(795)	(765)
Despesas de benefícios	(47)	(170)	(558)
Despesas de encargos sociais	(181)	(343)	(384)
Despesas de proventos	(242)	(489)	(603)
Despesas de remuneração de estagiários/treinamentos	–	–	(2)
	(902)	**(1.797)**	**(2.312)**

c) Outras despesas administrativas: São representadas por:

	2°semestre/21	31/12/2021	31/12/20
Despesas de energia e gás			–
Despesas de aluguel	(8)	(14)	(331)
Despesas de comunicação	(157)	(295)	(282)
Despesas de processamento de dados	(150)	(317)	(456)
Despesas de promoções e relações públicas	–	(40)	(7)
Despesas com publicações	(20)	(66)	–
Despesas do sistema financeiro	(29)	(61)	(85)
Despesas de serviços técnicos especializados	(481)	(683)	(1.176)
Outras despesas administrativas	(57)	(111)	(368)
Despesas de amortização e depreciação	(32)	(67)	(73)
	(934)	**(1.654)**	**(2.778)**

d) Despesas tributárias: São representadas por:

	2°semestre/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de ISS	–	–	(2)
Despesas de COFINS	(3)	(4)	(43)
Despesas de PIS	–	(1)	(7)
Outras despesas tributárias	(151)	(201)	(148)
	(154)	**(206)**	**(200)**

e) Outras receitas operacionais: São representados por:

	2º sem/20	31/12/21	31/12/20
Atualização de depósitos judiciais	–	–	5
Ajustes de liquidação financeira		–	93
Venda de carteira de clientes		–	670
Outras	3	5	33
	3	**5**	**801**

18. Gerenciamento de risco - 18.1. Estrutura de gerenciamento de risco: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Corretora. Por isso, a Corretora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas e ainda possui 3 comitês não estatutários (Gestão de Risco e de Capital, Sistema de Controles Internos e de Compliance) que reportam a administração. As principais políticas e códigos da Corretora estão disponíveis através da rede mundial de computadores no endereço www.magliano.com.br. **18.2. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** A Corretora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. Os riscos inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. **18.3. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Corretora. A Corretora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. **18.4. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a Corretora honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Corretora gerência o risco de liquidez por meio do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017. **18.5. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora considera risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Na Corretora, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração. **18.6. Estrutura de gerenciamento de capital:** Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Corretora, o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Corretora, capaz de suportar riscos não sistêmicos. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Corretora está sujeita, é monitorado pelo comitê formado pelas áreas de Compliance, Controladoria, Custódia e sob Supervisão do Diretor de operações. Essas avaliações consideram os objetivos estratégicos da Corretora conforme cenários pré-avaliados. No gerenciamento de capital, a Corretora mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital, e poderá a qualquer tempo convocar os acionistas a realizarem aportes ou reestabelecer planejamento estratégico de curto prazo, decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. **18.7. Relatórios de risco de mercado de riscos operacionais:** Os relatórios com as descrições das estruturas de gerenciamento dos riscos de mercado e dos riscos operacionais encontram-se disponíveis na Sede da Corretora situada na Rua Hungria, 1.400 - Jardim Europa, 4°andar - conjunto 42, São Paulo - SP. **19. Limites operacionais (Acordo de Basileia):** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora encontrava-se enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar. O índice de Basileia da Corretora em 31 de dezembro de 2021 é de 36,76% (30,36% em 31 de dezembro de 2020):

	31/12/21	31/12/20
Parcela de risco de crédito	**43**	**39**
Parcelas de risco de mercado	**0,17**	**0,21**
Parcela de risco operacional	**453**	**968**
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	**497**	**1.008**
Patrimônio de Referência (PR)	**2.284**	**3.825**
Fator de risco - 8% sobre o Patrimônio de Referência (PR)	**183**	**306**
Índice de Basileia (% fator de risco/PRE)	**36,76%**	**30,36%**

20. Outras informações: 20.1. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional, a Instituição, no exercício, somente contratou a RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Instituição. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **20.2. COVID-19:** Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença que estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras. Nesse momento, a Administração ainda não pôde mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19). **20.3. Troca do controle acionário da Corretora:** Conforme mencionando na nota explicativa nº 1, a Corretora passou o controle acionário para a empresa NEON. A aprovação da transferência do controle acionário pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 15 de fevereiro de 2022, conforme ofício 3.677/2022-BCB/DEORF/GTSP3. A NEON, por sua vez, pretende desenvolver e oferecer produtos e serviços para sua atual base de clientes. Por essência a NEON é uma empresa digital e pretende colocar à disposição do mercado o que há de mais moderno, seguro e confiável de forma totalmente digital.

A Diretoria

Contador - Reinaldo Dantas - CRC 1 SP 110330/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos: Acionistas e Administradores da **Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada fíResponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Corret

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BFEA-C7FF-627F-3B15 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BFEA-C7FF-627F-3B15

Hash do Documento

449AB651ABD371AF0045529050E0EEC057CEF7D515732AC3D834A8247589AD4E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Travessia Holding S.A.

CNPJ/MF nº 39.809.063/0001-29 – NIRE 35.300.394.020

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração**. (31/03, 01 e 02/04/2022)

Auren Energia S.A.

(nova denominação da VTRM Energia Participações S.A.)

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35300508271 | Código CVM nº 026620

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Auren Energia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481/09"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: a. demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e d. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do comitê de auditoria estatutário para o exercício de 2022. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: a. alteração do artigo 5º, *caput*, do estatuto social, para ajustar o valor do capital social e o número de ações ordinárias representativas do capital social; b. a exclusão do parágrafo 2º do art. 5º, com a consequente renumeração, e a alteração do art. 51 do estatuto social, de forma a excluir as provisões relativas a ações preferenciais; c. a consolidação do estatuto social da Companhia; e d. a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Para participação na Assembleia, o acionista deverá realizar seu cadastro na plataforma *"Ten Meetings"* ("Plataforma Digital"), conforme link disponível no Manual e Proposta da Administração ("Manual e Proposta"), e realizar o upload dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo descritos, até **26 de abril de 2022** ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia. Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia 26 de abril de 2022, não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@aurenenergia.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual e Proposta. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas (e.g., instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista, entre outros) que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Informações e orientações adicionais acerca dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e manifestação do acionista por meio da Plataforma Digital, encontram-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas por conselho profissional e carteiras funcionais expedidas pela Administração Pública); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensados para os documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a sua tradução livre para o português. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (ri.aurenenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 29 de março de 2022. **Mateus Gomes Ferreira -** Presidente do Conselho de Administração.

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 29 de março de 2022. Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial pela Instrução da CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("Instrução CVM 481"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 29 de abril 2022, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para atualizar o seu capital social, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais**: **(I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Instrução CVM 481. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 22 de abril de 2022, conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=04D5DBEADA19, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 27 de abril de 2022),** não poderão participar da **AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da Plataforma somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O *link* e senha recebidos serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h00 do dia 28 de abril de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 28 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais**: **III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 27 de abril de 2022, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128)) comunica que será realizado o leilão de arte 25507 nos dias 29 de março e 02 de abril www.gmleiloes.com.br diretoria@gmleiloes.com.br (11)944-350642 e Leilão 25964 no dia 02 de abril www.arteabstrataleiloes.com.br (11)2589-1522, arteabstrataleiloes@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1099197-38.2019.8.26.0100. O Doutor Guilherme Madeira Dezem, MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Clarisse Benício Peixoto, Brasileira, CPF 120.696.827-30, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., alegando em síntese, a cobrança de R$ 3.665,91 (dezembro/2019), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei, sendo este Fórum localizado na Praça João Mendes, S/N, 14º andar, sala 1425, Centro – CEP 01501-900, São Paulo-SP. **NADA MAIS**. São Paulo, 04 de outubro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1021944-37.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). MICHELLE FABIOLA DITTERT PUPULIM, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Marcelo Freitas de Almeida, CPF/CNPJ 08986896869, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – SUPERO, objetivando receber a quantia de R$ 35.840,93. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia supra, devidamente corrigida e acrescida de honorários advocatícios de 5%, o que o(a) tornará isento(a) das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de se constituir título executivo judicial (artigos 701/702 do CPC), presumindo-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0047188-48.2021.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Rita de Cássia Fernandes de Melo Figueiredo, CPF 118.458.038-33, e Moacyr Figueiredo Neto, CPF 390.167.144-72**, que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por **SOCIEDADE UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – SUPERO LTDA**. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito de R$ 143.061,64 (novembro/2021), devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de janeiro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1050238-75.2015.8.26.0100** (u 601) A Dra. Juliana Forster Fulfaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Adão Ramiro Vieira e s/m Maria Noêmia Cavalcante Vieira, Tetsuo Shimohirao, Síndico/Administrador do Condomínio Edifício Vila Verde, Espólio de Cristiano de Almeida Castanho e de Maria Doutilha de V. Almeida na pessoa do inventariante Cláudio Garcia Castanho de Almeida, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Antonio Idalino Monteiro ajuizou (aram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Cristiano Castanho de Almeida, nº 101, Saúde, São Paulo-SP, com área de 124,00 m² e contribuinte sob nº 042.135.0083-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[31/3,1/4]**

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII

CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	31/12/2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Total do ativo circulante		1
Total do ativo		1
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2021**
Patrimônio líquido		
Capital social	4.1	1
Total do patrimônio líquido		1
Total do passivo e patrimônio líquido		1

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Lucros e Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais		–	–	-
Integralização de capital	4.1	1	–	1
Resultado líquido do período		–	–	-
Saldos em 31/12/2021		1	–	1

Demonstração dos fluxos de caixa

	De 21/01/2021 a 31/12/2021
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	-
Aumento/(redução) no passivo:	
Contas a pagar	-
Obrigações tributárias	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-
Das atividades de financiamento com sócios	
Integralização de capital	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **1.1 Impactos do COVID-19 -** Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras. A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas - 2.1. Autorização -** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 14 de março de 2022. **2.2. Base de apresentação -** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado -** A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo apresentado, até a presente data, resultado operacional. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas**--Continuação - **2.4. Imposto de renda e Contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa -** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas**--Continuação - 2.7. **Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento -** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis -** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas**--Continuação - **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC -** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a a períodos Anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificção de Passvivos como Circulantes ou não Circulanets	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrututal Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020	Alteraçãoes à IFRS 1 Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros IFRS 16 - Arrendamentos	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. - Caixa e equivalentes de caixa -

Descrição	31/12/2021
Caixa	1
Total	**1**

4. Patrimônio líquido - 4.1. - Capital Social - O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A., em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **4.2. - Reserva legal -** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **4. Patrimônio líquido**--Continuação - **4.3. Dividendos propostos -** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: · 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; · 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; · O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **5. Provisão para contingências -** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou no período de 21 de janeiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **6. Instrumentos financeiros -** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrim

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/57FA-942D-0620-30AE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 57FA-942D-0620-30AE

Hash do Documento

BC6018E332993CDB4A3CAE80B1ADC45256D78932D9896004637DEAF862913306

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação social da ISEC Securitizadora S.A.) - C.N.P.J nº 08.769.451/0001-08

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contexto Econômico: O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos. Além dos efeitos das medidas adotadas pela quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na linha sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requereram das autoridades monetárias a adoção de medidas fiscais e monetárias voltadas a atenuar os efeitos junto as suas respectivas economias, cujo resultado tenderá a mitigar apenas parcialmente os efeitos observados. No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a economia brasileira em três frentes: a primeira, decorre de um choque de oferta derivado da interrupção das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tenderá a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque nos custos de produção, como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez – no curto prazo – tenderá a ser deflacionária; e, o terceiro, deverá gerar uma retração na demanda interna e externa, proveniente das incertezas e das restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Com uma postura mais austera o Banco Central do Brasil (BCB), via Copom, optou por iniciar retomada gradativa das taxas de juros culminando na volta aos patamares observados em 2013 quando a taxa básica de juros brasileira se apresentava como das mais elevadas do mundo. Com isso, os principais indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada da economia. Esses indicadores, exceto os de nível inflacionário, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos períodos, ainda que por motivos diferentes daqueles observados anteriormente, permitiram ao Banco Central dar continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos seus níveis mais baixos. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do BCB apresenta aumento de 4,50% no acumulado dos últimos 12 meses, até 31 de dezembro de 2021. Demonstrando que embora os efeitos da pandemia ainda sejam claramente observáveis os agentes econômicos demonstram grande capacidade de adaptação e superação de questões macroeconômicas. À médio e longo prazos, a construção civil e, em especial, o mercado de imóveis residenciais, a exemplo do ocorrido nos últimos anos deverá retomar a sua condição de um dos vetores de indução e de suporte do crescimento na economia nacional. Superados os impactos da pandemia, e com a elevação das tensões devido ao conflito Rússia–Ucrânia espera-se um aumento do fluxo de investimentos e capital estrangeiro no Brasil, aliado a isso a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e do agronegócio para os próximos anos, com elevação da sua representatividade em relação ao PIB nacional, aumenta a importância da securitização como fonte alternativa de funding para esses setores. No que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de unidades comercializadas, parte delas não atendidas pelo setor de crédito bancário, transfere para as securitizadoras o desafio de captar investidores com capacidade de carregamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que irão prover parte dos recursos necessários à continuidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades de securitização ao permitir que as securitizadoras de recebíveis agreguem a sua expertise na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor.

Contexto Operacional: O exercício de 2021 mostrou-se repleto de mudanças e grandes metas alcançadas das quais podemos destacar o início dos serviços de emissão para securitizações financeiras e de outros ativos ampliando de forma estratégica as opções de produtos ofertadas pela Companhia aos seus clientes e parceiros. Assim como a criação da Corporate Venture Capital visando acelerar inovação e desenvolvimento de negócios e tecnologia alavancando parceiros e criando um ambiente de negócios fomentando o aumento do volume de capital captado e devolvido ao mercado em forma de investimentos diretos na economia real brasileira. Em 2021 também se concretizou o lançamento da nova marca (Virgo) reforçando o posicionamento e projeto de futuro da Companhia como infraestrutura de acesso ao capital para empresas de médio porte. Aliado as iniciativas de marketing e reposicionamento da marca, a Companhia lançou o portal de informações para investidores consolidando as principais informações das operações geradas a partir do Galaxia com calculadora de preços das operações, com essa iniciativa busca-se fomentar ainda mais um ambiente de transparência no mercado financeiro para que todos os principais envolvidos sintam maior segurança ao alocar e controlar seu capital. Em agosto de 2021 anunciamos a primeira rodada de investimentos (Series A), liderado pela XP Inc, onde a Companhia levantou R$ 40 milhões acelerando investimentos em pessoas e tecnologia e aumentando a parceria comercial na indicação de negócios pela XP à virgo. Parte dos recursos levantados foram utilizados na melhora da estrutura de capital da Companhia com a quitação de dívidas contraídas em exercícios anteriores pela Virgo II (anteriormente denominada CIBRASEC). Em dezembro/21 a Companhia assumiu a liderança nos mercados de securitização imobiliária e agro com 38% de *marketshare* e R$ 22 bilhões de títulos emitidos, sendo R$ 1,2 bilhões oriundos de 39 operações contratadas via estratégia de acesso a capital. Em 2021 observamos diferentes momentos em relação à pandemia do Coronavírus, sendo que no início do referido ano observou-se grande aumento de casos gerando a necessidade de restrições de movimentação e aglomerações, considerando isso a administração seguiu sua estratégia, adotada desde meados de 2020 (início da pandemia), de trabalho híbrido com os times trabalhando de forma remota e restringindo totalmente o acesso as dependências da Companhia durante os períodos de maior volume de infecções e, consequentemente, internações. Após o primeiro trimestre de 2021, com boa parcela da população com esquema vacinal completo e com o surgimento de variantes mais contagiosas, porém menos letais, a sociedade começou a ensaiar uma volta à normalidade com reduções das restrições incialmente impostas pelas autoridades sanitárias. Em 2021 a Companhia adquiriu recebíveis imobiliários em 117 (cento e dezessete) operações, os quais viabilizaram a emissão de novos CRIs, no valor total de R$ 9,5 bilhões. Em sentido semelhante, no que se refere a CRA, em 2021, a Virgo Companhia de Securitização adquiriu recebíveis do agronegócio em 45 (quarenta e cinco) operações, cuja aquisição viabilizou a emissão novos CRAs, que totalizaram um volume emitido na ordem de R$ 11,9 bilhões. Apenas no quarto trimestre foram 33 CRIs e 23 CRAs totalizando liberações de recursos para a economia real nos montantes de R$ 3 bilhões e R$ 4,2 bilhões, respectivamente. A companhia registrou prejuízo de R$ 6,3 milhões no último trimestre de 2021, apresentando resultado negativo acumulado de R$ 6,4 milhões até 31 de dezembro de 2021 com a elevação das receitas operacionais e da contenção de despesas administrativas, esse resultado foi influenciado pelos gastos vinculados a readequação da sua estrutura operacional à sua estratégia de atuação, bem com pelos custos relacionados ao processo de financiamento das suas atividades empresariais. A administração da Companhia está ciente dos resultados contábeis apresentados e destaca que parcela relevante do prejuízo apresentado (R$ 4.757 mil) refere-se a baixa de créditos tributários, esses valores ainda serão recuperados na medida que a Companhia voltar a apresentar resultado, uma vez que a Administração acredita fortemente na retomada dos resultados devido aos vários acordo fechados de parceria ao longo do exercício de 2021, bem como captação de recursos junto à renomado participante do mercado financeiro brasileiro proporcionando novas oportunidades, visibilidade e recursos. A convicção de que 2022 deverá se mostrar como um ano com resultados muito mais próximos do projetado é clara. **Outras informações: Relacionamento com auditores independentes:** A partir do exercício 2017, em decorrência de aspectos exclusivamente comerciais, a BDO RCS Auditores Independentes que vinha prestando os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras desde o exercício 2013 foi substituída pela **BLB BRASIL Auditores Independentes**, que, em consequência, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia. Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que – exceto pela contratação pontual da BLB BRASIL com a finalidade de elaboração dos laudos de avaliação necessários à incorporação de duas outras empresas integrantes do grupo - não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BLB BRASIL Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanços Patrimoniais - em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ATIVO					
Circulante		**15.115**	**11.991**	**27.439**	**25.637**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.679	6.013	8.797	9.971
Caixa		-	1	-	1
Bancos conta movimento		60	431	821	573
Aplicações financeiras de liquidez imediata		4.619	5.581	7.976	9.397
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	83
Aplicações financeiras ao custo amortizado		-	-	-	83
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado		-	-	-	-
Operações de crédito		-	-	-	-
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		-	-	-	-
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários com regime fiduciário		-	-	-	-
Recebíveis imobiliários em carteira própria		-	-	-	-
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários em carteira própria		-	-	-	-
Saldo de operação com regime fiduciário pleno		-	-	-	-
(-) Provisão para créditos duvidosos		-	-	-	-
Outros créditos		10.350	5.892	18.556	15.497
Adiantamentos concedidos		6	1	484	437
Impostos e contribuições a compensar	6	6.928	2.766	12.105	8.521
Valores a receber de sociedade coligada		736	652	-	-
Devedores diversos	9	2.680	1.014	4.932	3.622
Imóveis adjudicados		-	-	569	992
Créditos Tributários	7	-	1.459	466	1.925
Despesas antecipadas		86	86	86	86
Ativo Não Circulante		**35.037**	**38.757**	**19.437**	**18.141**
Realizável a Longo Prazo		**1.342**	**5.019**	**17.937**	**16.264**
Operações de crédito		-	-	12.932	8.469
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		-	-	10.357	9.868
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários com regime fiduciário		-	-	-	(5.221)
Recebíveis imobiliários em carteira própria		-	-	-	-
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários sem regime fiduciário		-	-	-	-
Saldo de operação com regime fiduciário pleno		-	-	2.575	3.822
Outros créditos		1.342	5.019	5.005	7.795
Crédito tributário	7	-	3.298	1.644	4.971
Valores a receber de sociedades ligadas		1.342	1.721	3.361	2.824
Investimento		**32.301**	**32.030**	**15**	**15**
Investimento em Coligadas e Controladas	10	32.286	32.015	-	-
Outros Investimentos		15	15	15	15
Arrendamentos		**556**	**1.061**	**556**	**1.061**
Direitos de uso sobre imóveis alugados	8	556	1.061	556	1.061
Imobilizado	11	**838**	**647**	**929**	**801**
Imobilizado de uso		1.671	1.377	4.410	4.113
(-) Depreciação Acumulada de imobilizado de uso		(833)	(730)	(3.481)	(3.312)
Total do Ativo		**50.152**	**50.748**	**46.876**	**43.778**

	Nota Explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PASSIVO					
Circulante		**10.387**	**10.002**	**17.958**	**13.528**
Captação de recursos		3.481	5.319	3.481	5.320
Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		-	-	-	-
Obrigações vinculadas a cotas de Fundo de Investimento Imobiliário		-	-	-	-
Obrigações por empréstimos	12	3.481	4.204	3.481	4.205
Obrigações por debêntures emitidas	13	-	1.115	-	1.115
Outras obrigações		6.906	4.683	14.477	8.208
Juros sobre capital próprio a pagar		-	-	21	21
Dividendos a pagar		64	64	80	81
Provisão bônus por desempenho		-	-	-	-
Fiscais e previdenciárias		1.632	641	1.746	1.019
Provisão para pagamentos a efetuar	14	574	923	677	1.465
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	15	365	411	365	411
Provisão para cobertura de passivos contingentes		-	-	71	-
Credores diversos	16	4.271	2.644	5.743	4.434
Obrigações na aquisição de recebíveis		-	-	369	777
Obrigações por operações vinculadas a cessão		-	-	5.405	-
Passivo Não Circulante		**26.758**	**37.138**	**15.911**	**26.642**
Captação de recursos		5.251	15.044	15.608	24.912
Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		-	-	10.357	9.868
Obrigações por emissão de CRI sem regime fiduciário		-	-	-	-
Obrigações por debêntures emitidas	13	-	9.805	-	9.805
Obrigações por empréstimos	12	5.251	5.239	5.251	5.239
Outras obrigações		21.507	22.094	303	1.730
Mútuo com controladas		21.233	20.364	29	-
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	15	274	690	274	690
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	1.040	-	1.040
Patrimônio Líquido	17	**13.007**	**3.608**	**13.007**	**3.608**
Capital social		7.671	7.671	7.671	7.671
Adiantamento para futuro aumento de capital social		15.736	-	15.736	-
Reservas de lucros		1.175	1.175	1.175	1.175
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado		-	-	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		(11.575)	(5.238)	(11.575)	(5.238)
Total do Passivo		**50.152**	**50.748**	**46.876**	**43.778**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas da Intermediação Financeira					
Operações de crédito	18.1	21.292	14.212	24.157	16.196
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário e sem coobrigação		714	244	1.679	4.339
Total das receitas da intermediação financeira		**22.006**	**14.456**	**25.836**	**20.535**
Despesas da Intermediação Financeira					
Captação no mercado		(166)	(15)	(1.753)	(498)
Total das despesas da intermediação financeira		**(166)**	**(15)**	**(1.753)**	**(498)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**21.840**	**14.441**	**24.083**	**20.037**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com pessoal		(8.032)	(2.176)	(8.728)	(4.747)
Outras despesas administrativas	18.2	(11.964)	(12.092)	(13.172)	(14.080)
Despesas tributárias		(2.565)	(884)	(2.721)	(1.026)
Resultado de participação em controlada		354	2.743	-	-
Resultado financeiro		(2.479)	(4.479)	(2.405)	(5.178)
Outras receitas operacionais	18.3	2.323	1.392	2.838	5.431
Outras despesas operacionais	18.3	(1.056)	(970)	(1.342)	(1.094)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		**(23.419)**	**(16.466)**	**(25.530)**	**(20.694)**
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		**(1.579)**	**(2.025)**	**(1.447)**	**(657)**
Contribuição social e imposto de renda	18.4	(4.758)	1.601	(4.890)	233
Lucro Líquido do Exercício		**(6.337)**	**(424)**	**(6.337)**	**(424)**
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Em R$)					
Ordinárias		(0,82608)	(0,05527)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro Líquido do Exercício	**(6.337)**	**(424)**	**(6.337)**	**(424)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(6.337)**	**(424)**	**(6.337)**	**(424)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para Futuro aumento de capital	Reserva de lucros Legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2020		**7.671**	**-**	**1.175**	**(4.814)**	**4.032**
Aumentos de capital social - incorporação de empresas		-	-	-	-	
Prejuízo do exercício		-	-	-	(424)	(424)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**7.671**	**-**	**1.175**	**(5.238)**	**3.608**
Saldos em 01 de Janeiro de 2021		**7.671**	**-**	**1.175**	**(5.238)**	**3.608**
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	15.736	-	-	15.736
Resultado do exercício		-	-	-	(6.337)	(6.337)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**7.671**	**15.736**	**1.175**	**(11.575)**	**13.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		(1.579)	(2.025)	(1.447)	(657)
Ajustes por					
Reversão de provisão para créditos duvidosos		-	-	-	-
Crédito tributário		-	-	-	-
Provisões para demandas judiciais		-	-	(71)	-
Redução (Aumento) no Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(4.758)	-	(4.758)	(262)
Depreciação		449	360	540	451
Resultado de participação em controlada		(354)	(2.743)	-	-
Lucro líquido ajustado		(6.242)	(4.408)	(5.736)	(468)
Impostos e contribuições próprias pagos no período		-	-	-	-
Redução (aumento) em Títulos a Valor Justo por Meio do resultado		-	-	83	4.036
Redução (aumento) em Operações de crédito		-	288	(4.463)	3.049
Redução (aumento) em Outros créditos		(781)	(1.019)	(1.221)	(16.761)
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	(70)	-	(70)
Aumento em Captação de recursos		-	-	488	-
(Redução) aumento em Outras obrigações		1.965	2.837	6.035	961
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		**(5.058)**	**(2.372)**	**(4.814)**	**(9.253)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento					
Adição do Imobilizado		(294)	(530)	(294)	1.076
Adição em investimentos		-	-	-	-
Adição em contratos de arrendamento		-	(629)	-	(629)
Dividendos recebidos		84	651	-	-
Recursos Líquidos Provenientes das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		**(210)**	**(508)**	**(294)**	**447**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento					
Pagamentos					
Redução de capital		-	-	-	-
Empréstimos		(10.762)	7.149	(10.762)	13.054
Dividendos pagos	15	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	15	-	-	-	-
Recebimentos					
Aumento de capital		-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		14.696	-	14.696	-
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento		**3.934**	**7.149**	**3.934**	**13.054**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		(1.334)	4.269	(1.174)	4.248
Caixa e equivalentes no início do exercício		6.013	1.744	9.971	5.723
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	4.679	6.013	8.797	9.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas Totais		**22.006**	**14.456**	**25.836**	**20.535**
Receitas de operações		22.006	14.456	25.836	20.535
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(12.737)**	**(12.717)**	**(15.727)**	**(15.221)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(12.571)	(12.702)	(13.974)	(14.723)
Custo da captação no mercado		(166)	(15)	(1.753)	(498)
Valor Adicionado Bruto		**9.269**	**1.739**	**10.109**	**5.314**
Retenções		**(449)**	**(360)**	**(540)**	**(451)**
Depreciação	11	(449)	(360)	(540)	(451)
Valor Adicionado Líquido		**8.820**	**1.379**	**9.569**	**4.863**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**3.150**	**4.182**	**3.385**	**5.552**
Resultado de participação em controlada		354	2.743	-	-
Receitas financeiras		473	47	547	121
Outras Receitas		2.323	1.392	2.838	5.431
Valor Adicionado Total a Distribuir		**11.970**	**5.561**	**12.954**	**10.415**
Distribuição do Valor Adicionado		**11.970**	**5.561**	**12.954**	**10.415**
Pessoal e encargos (sem INSS)		7.165	2.176	7.861	4.747
Impostos, taxas e contribuições (com INSS)		8.190	(717)	8.478	793
Juros pagos a terceiros		2.952	4.526	2.952	5.299
Reserva Legal		-	-	-	-
Movimentação em prejuízo do período		(6.337)	(424)	(6.337)	(424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A., alterado na AGE de 14 de junho de 2021) ("VIRGO" ou "Companhia"), é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Tabapuã, 1.123 no bairro do Itaim Bibi. A **Companhia**, constituída em 5 de março de 2007, tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Cerificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio. A Companhia obteve a homologação de seu registro em 02 de julho de 2007, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios. As atividades operacionais da Companhia tiveram seu início no ano de 2013, e ao longo dos anos subsequentes a Companhia implementou a sua estratégia de aumento de participação no mercado de securitização de créditos. Ao final dos exercícios de 2016 e 2017, respectivamente, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da SCCI Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. e BRASIL PLURAL Securitizadora S.A., ambas já incorporadas, como forma de aumentar a sua participação no mercado. Em 24 de julho de 2019, a VIRGO informou, mediante divulgação de Fato Relevante em conjunto com a CIBRASEC Companhia Brasileira de Securitização, atualmente denominada VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, a rescisão do acordo de acionistas da Cibrasec, vigente até essa data, e a celebração, por parte da VIRGO, do contrato definitivo para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Cibrasec, passando a VIRGO, nessa data, a ser a controladora direta da Cibrasec. Em complemento, a VIRGO informou ainda que não tinha a intenção de promover o cancelamento do registro de companhia aberta da Cibrasec junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Conforme fato relevante de 30 de outubro de 2019, na respectiva data a Companhia incorporou suas subsidiárias integrais BETA Securitizadora S.A e NOVA Securitização S.A, de forma promover uma melhor organização societária dentre as companhias do mesmo grupo. As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, abrangem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas – indicadas a seguir -, sendo apresentadas de forma individual e consolidada: • VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, controlada direta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs – Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs – e de outros títulos de crédito; (d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as suas atividades • Cibrasec Administradora de Recursos Ltda., controlada indireta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a administração da carteira de títulos e valores mobiliários, fundos de investimentos ou outros ativos, próprios ou de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil ou no exterior; e (b) a prestação de serviços em geral referentes à administração dos ativos acima mencionados. • Cibrasec Serviços Financeiros Ltda., controlada indireta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a prestação de serviços especializados de apoio administrativo relacionado ao setor de crédito imobiliário, originados por instituições ou empreendedores do mercado imobiliário em geral, em especial auditoria de carteiras, administração de créditos; e (b) monitoramento de títulos e valores mobiliários a eles relacionados. • Cibrasec Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vencimento indeterminado, do qual as 4.615 cotas subordinadas emitidas e que foram adquiridas pela Companhia, estão sujeitas a remuneração mensal pela variação do IGP-M adicionados da remuneração que exceder ao percentual de 7% atribuído à cota sênior, depois de deduzidas as despesas e eventuais perdas incorridas pelo fundo. As demonstrações financeiras desse fundo deixaram de ser consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia desde o exercício de 2020 em decorrência da avaliação por parte da Administração de que, uma vez as quotas liquidadas, como de fato estão, não se verifica mais a existência de retenção significativa de riscos e benefícios. Para melhor compreensão dos índices de liquidez da Companhia, o analista deve considerar as demonstrações consolidadas, uma vez que o capital circulante líquido nas demonstrações individuais não leva em consideração ativos líquidos que estão em sua controlada VIRGO II, podendo induzir ao entendimento de que as debêntures emitidas pela Companhia, apresentadas nos balanços patrimoniais individuais e consolidados, não tenham lastro de liquidez para os vencimentos de curto prazo.

2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC): As Demonstrações Financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International - Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB). Essas Demonstrações Financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas. As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB)). **a) Base de mensuração** - As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. Os membros do Conselho de Administração, em 29 de março de 2022, aprovaram as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas da Companhia e autorizaram a sua divulgação.

3. Principais Práticas Contábeis: 3.1. Base para consolidação: As informações contábeis da controladora e de suas controladas, estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir ou a retenção de riscos e benefícios deixe de ser significativa. Não existem empresas coligadas ou controladas cujo controle seja compartilhado com outras empresas.

	Participação	
Nome	**Direta**	**Indireta**
VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	100,00%	00,00%
CIBRASEC Administradora de Recursos Ltda.	00,01%	99,99%
CIBRASEC Serviços Financeiros Ltda.	00,01%	99,99%

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Moeda Estrangeira:** No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **3.4. Instrumentos financeiros: 3.4.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. **Ativos financeiros registrados

...continuação

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - (nova denominação social da ISEC Securitizadora S.A.) - C.N.P.J nº 08.769.451/0001-08

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

16. Credores Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores retidos em venda de participação acionária	25	25	25	25
Parcelas de recebíveis em processo de baixa	1.928	2.168	3.334	3.888
Outros	2.318	451	2.383	521
	4.271	**2.644**	**5.742**	**4.434**

17. Patrimônio Líquido e Resultado do Período: O Capital Social está representado por 7.671.132 (sete milhões, seiscentos e setenta e um mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, com direito a voto, estando integralizadas em 31 de dezembro de 2021. O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) refere-se aos valores aportados pela controladora VIRGO HOLDING S.A., no montante de R$ 15.736. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um prejuízo de R$ 6.337, dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 7.671.132 ações, representou um prejuízo de R$ 0,82608 por ação.

18. Principais Contas de Resultado do Período: 18.1. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

18.2. Despesas Administrativas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Serviços de terceiros	306	308	410	616
Comunicações	24	7	32	64
Processamento de dados	1.177	224	1.591	665
Serviços técnicos especializados	8.315	9.690	8.631	10.132
Aluguéis e condomínios	493	297	493	374
Publicações e publicidade	293	118	423	239
Tarifas de serviços bancários e financeiros	159	409	310	782
Materiais de consumo	27	19	27	25
Seguros	150	-	150	-
Outras	1.020	1.021	1.105	1.183
Total	**11.964**	**12.092**	**13.172**	**14.080**

18.3. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Depreciação e Amortização	(743)	(706)	(806)	(797)
Resultado na venda de bens	-	-	-	3.455
Outras (i)	2.010	1.128	2.302	1.679
Total	**1.267**	**422**	**1.496**	**4.337**

(i) Refere-se, substancialmente ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

18.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.579)	(2.025)	(1.447)	(657)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	-	688	492	223
Efeito sobre equivalência patrimonial	-	933	-	-
Outros ajustes	-	(20)	(624)	10
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(4.758)**	**1.601**	**(4.758)**	**233**
Imposto de renda e contribuição social do período	**-**	**-**	**(132)**	**-**

Embora a Companhia vislumbre resultados futuros capazes de permitir o aproveitamento dos prejuízos fiscais, não há histórico de resultados tributáveis nos últimos 5 exercícios, consequentemente houve a baixa em seus ativos dos créditos tributários correspondentes, em um total de R$ 4.758.

19. Valorização dos Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Títulos e valores mobiliários:** O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço; • **Empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são empréstimos e financiamentos, debentures, contas a pagar com controladas e credores diversos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados**.**

20. Partes Relacionadas: a) Transações com partes relacionadas Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. A companhia realizou no período transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes Relacionadas ativo				
Pagamentos a ressarcir de controlador (i)	1.271	1.490	3.261	3.480
Pagamentos a ressarcir de coligadas (ii)	71	231	100	231
Dividendos a receber de coligadas	736	652	-	-
	2.078	2.373	3.361	3.711

(i) refere-se a pagamentos de despesas por conta e ordem do Controlador que serão ressarcidos no próximo ano (R$ 1.271), além de adiantamentos de R$ 1.990 a membro da administração do Controlador. (ii) refere-se a pagamentos de despesas por conta e ordem de empresas ligadas que serão ressarcidos no início do próximo ano.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes Relacionadas passivo				
Valores a pagar a coligadas (i)	29	887	29	887
Valores a pagar a coligadas (ii)	21.204	19.477	-	-
	21.233	20.364	29	887

(i) Pagamentos realizados por terceiros por conta e ordem da companhia, e que serão ressarcidos no curto prazo. (ii) Refere-se a operações de mútuo com a controlada, sem cláusula de remuneração.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercíco findo em 31 de dezembro de 2021, os administradores foram remunerados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego ou oferece programas de opção de compra de ações da Companhia.

21. Gerenciamento de Risco Financeiro: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários (nota explicativa n° 22). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

31/12/2021

	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	4.679	8.797
Ativos financeiros – Custo amortizado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	12.932
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	8.732	19.089

31/12/2020

	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	6.013	9.971
Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	83
Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	8.469
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	20.363	30.232

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	4.679	4.679	8.797	8.797
Total	4.679	4.679	8.797	8.797
	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	6.013	6.013	9.971	9.971
Total	6.013	6.013	9.971	9.971

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Além desses procedimentos, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras:

Consolidado:

Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
	Até 12 meses	-	-	-
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário e coobrigação	Acima de 12 meses	10.357	-	10.357
	Total	**10.357**	**-**	**10.357**

d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro.

e) Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado na nota explicativa nº 22. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia. Por sua vez, no que se refere ao fundo CIBRASEC Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujas cotas subordinadas foram adquiridas pela VIRGO II, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos. Isso se deve a estrutura de seleção dos ativos que constituem o fundo, bem como o nível de garantia a eles associado.

22. Benefícios a Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são compostos, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por bônus vinculados ao desempenho individual, por planos de assistência médica, de seguro de vida em grupo e de prestação de serviços de alimentação integrante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

23. Demandas Judiciais: A Controladora não possui demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e com relação as demonstrações consolidadas, existem processos trabalhistas, cujos assessores jurídicos avaliaram os processos com risco provável que totalizam o valor de R$ 71, o qual a companhia mantém provisões no montante integral.

Os processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam R$ 477.

24. Informações sobre a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, Emitidos em Regime Fiduciário.: Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de Demonstrações Financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as Demonstrações Financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela insntituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquelas datas.

25. Divulgação de Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

26. Declaração dos Diretores sobre a Publicação das Demonstrações Financeiras: Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes realizada em 29 de março de 2022.

A Diretoria

Sérgio Ferraz - Contador - CRCSP - 179881/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Virgo Companhia de Securitização - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de intermediação financeiras - Conforme notas explicativas nº 3.10 e 18.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** conciliação contábil das receitas; **(ii)** análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; **iii)** verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; **iv)** revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; **v)** avalição da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto.Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfases: 1. Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto**.** Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conteve a mesma ênfase**.**

2. Prejuízos acumulados: A Companhia vem apresentando prejuízos antes da tributação, originado principalmente pelas despesas financeiras das atualizações de seu passivo financeiro; e acumula prejuízos acumulados no montante de R$ 11.575 mil. O desenvolvimento normal das atividades da Companhia está diretamente relacionado ao sucesso na execução dos planos de negócios propostos pela Administração.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2022.

BLB Auditores Independentes CRC 2SP023165/O-2 — **Rodrigo Garcia Giroldo** CRC 1SP222658/O-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **Cooperativa de Trabalho das Costureiras Bordadeiras e Confeccionistas da Zona Norte de São Paulo CNPJ 07.484.760/0001-60,** convoca todos os seus cooperados em condições de votar na assembleia geral ordinária que se realizará em sua sede, na rua sete cachoeiras nº 94 Jardim Peri - SP às dezessete horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois em primeira convocação ou às dezoito horas em segunda convocação com quaisquer quóruns, com as **seguintes pautas: 1-** Prestação de contas (apresentação do Balanço Patrimonial); **2-** Eleição do novo conselho fiscal para o biênio 2022/2023; **3-** Saída e/ou entrada de cooperados. Anastácia C. de Lima, Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1008967-23.2019.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Boulangerie e Patesserie Chez Moná Comercio de Doces Ltda. e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008967-23.2019.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Bannitz Baccala da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BOULANGERIE E PATESSERIE CHEZ MONÁ COMERCIO DE DOCES LTDA., CNPJ 17.003.587/0001-95 e CAMILA SALZEDAS, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF/MF nº 367.790.528-17, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, encontrando-se as executadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, do BLOQUEIO JUDICIAL no valor de R$ 660,82, realizado pelo Sistema SISBAJUD em contas de titularidade das executadas, bem como da penhora e transferência de referido valor para conta judicial vinculada a este Juízo, conforme extrato/certidão disponibilizado na internet, e ainda do prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 854 do Código de Processo Civil, a fluir após 20 dias do decurso do prazo do presente edital, apresente impugnação. Não sendo impugnado as rés serão consideradas reveis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1011084-50.2020.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Pallito Comercio Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011084-50.2020.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ferraz Musa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PALLITO COMERCIO LTDA, CNPJ 19.777.323/0001-14, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, alegando, em síntese, que é credor dos executados da quantia de R$ 9.633,04, inerente ao saldo devedor representadas pelos respectivos Instrumentos de Protesto, notas fiscais, bem como canhotos de entrega de produtos adquiridos pela requerida. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D2F6-43D7-D0E9-65E3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D2F6-43D7-D0E9-65E3

Hash do Documento

F46C20273161E1ECEA40413B8E876B9EFF00692FF628D6EDB9ED5C050AE4884C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(nova denominação social da CIBRASEC Companhia Brasileira de Securitização)*

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402 - UMA EMPRESA DO GRUPO VIRGO

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contexto Econômico: O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos. Além dos efeitos das medidas adotadas pela quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na linha sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requereram das autoridades monetárias a adoção de medidas fiscais e monetárias voltadas a atenuar os efeitos junto as suas respectivas economias, cujo resultado tenderá a mitigar apenas parcialmente os efeitos observados. No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a economia brasileira em três frentes: a primeira, decorre de um choque de oferta derivado da interrupção das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tenderá a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque nos custos de produção, como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez - no curto prazo - tenderá a ser deflacionária; e, o terceiro, deverá gerar uma retração na demanda interna e externa, proveniente das incertezas e das restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Com uma postura mais austera o Banco Central do Brasil (BCB), via Copom, optou por iniciar retomada gradativa das taxas de juros culminando na volta aos patamares observados em 2013 quando a taxa básica de juros brasileira se apresentava como das mais elevadas do mundo. Com isso, os principais indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada da economia. Esses indicadores, exceto os de nível inflacionário, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos períodos, ainda que por motivos diferentes daqueles observados anteriormente, permitiram ao Banco Central dar continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos seus níveis mais baixos. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do BCB apresenta aumento de 4,50% no acumulado dos últimos 12 meses, até 31 de dezembro de 2021. Demonstrando que embora os efeitos da pandemia ainda sejam claramente observáveis os agentes econômicos demonstram grande capacidade de adaptação e superação de questões macroeconômicas. À médio e longo prazos, a construção civil e, em especial, o mercado de imóveis residenciais, a exemplo do ocorrido nos últimos anos deverá retomar a sua condição de um dos vetores de indução e de suporte do crescimento na economia nacional. Superados os impactos da pandemia, e com a elevação das tensões devido ao conflito Rússia-Ucrânia espera-se um aumento do fluxo de investimentos e capital estrangeiro no Brasil, aliado a isso a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e do agronegócio para os próximos anos, com elevação da sua representatividade em relação ao PIB nacional, aumenta a importância da securitização como fonte alternativa de funding para esses setores. No que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de unidades comercializadas, parte delas não atendidas pelo setor de crédito bancário, transfere para as securitizadoras o desafio de captar investidores com capacidade de carregamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que irão prover parte dos recursos necessários à continuidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades de securitização ao permitir que as securitizadoras de recebíveis agreguem a sua expertise na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor.

Contexto Operacional: O exercício de 2021 mostrou-se repleto de mudanças e grandes metas alcançadas das quais podemos destacar o início dos serviços de emissão para securitizações financeiras e de outros ativos ampliando de forma estratégica as opções de produtos ofertadas pela Companhia aos seus clientes e parceiros. Assim como a criação da Corporate Venture Capital visando acelerar inovação e desenvolvimento de negócios e tecnologia alavancando parceiros e criando um ambiente de negócios fomentando o aumento do volume de capital captado e devolvido ao mercado em forma de investimentos diretos na economia real brasileira. Em 2021 também se concretizou o lançamento da nova marca (Virgo) reforçando o posicionamento e projeto de futuro da Companhia como infraestrutura de acesso ao capital para empresas de médio porte. Aliado as iniciativas de marketing e reposicionamento da marca, a Companhia lançou o portal de informações para investidores consolidando as principais informações das operações geradas a partir do Galaxia com calculadora de preços das operações, com essa iniciativa busca-se fomentar ainda mais um ambiente de transparência no mercado financeiro para que todos os principais envolvidos sintam maior segurança ao alocar e controlar seu capital. Em agosto de 2021 anunciamos a primeira rodada de investimentos (Séries A), liderado pela XP Inc, onde a Companhia levantou R$ 40 milhões acelerando investimentos em pessoas e tecnologia e aumentando a parceria comercial na indicação de negócios pela XP à Virgo. Parte dos recursos levantados foram utilizados na melhora da estrutura de capital da Companhia com a quitação de dívidas contraídas em exercícios anteriores pela Virgo II (anteriormente denominada CIBRASEC). Em dezembro/21 a Companhia assumiu a liderança nos mercados de securitização imobiliária e agro com 38% de *marketshare* e R$ 22 bilhões de títulos emitidos, sendo R$ 1,2 bilhões oriundos de 39 operações contratadas via estratégia de acesso a capital. Em 2021 observamos diferentes momentos em relação à pandemia do Coronavírus, sendo que no início do referido ano observou-se grande aumento de casos gerando a necessidade de restrições de movimentação e aglomerações, considerando isso a administração seguiu sua estratégia, adotada desde meados de 2020 (início da pandemia), de trabalho híbrido com os times trabalhando de forma remota e restringindo totalmente o acesso as dependências da Companhia durante os períodos de maior volume de infecções e, consequentemente, internações. Após o primeiro trimestre de 2021, com boa parcela da população com esquema vacinal completo e com o surgimento de variantes mais contagiosas, porém menos letais, a sociedade começou a ensaiar uma volta à normalidade com reduções das restrições incialmente impostas pelas autoridades sanitárias. Em 2021 a Companhia manteve a gestão das operações em carteira e não emitiu novos títulos. A companhia registrou Lucro de R$ 761 mil no último trimestre de 2021, apresentando resultado positivo acumulado de R$ 354 mil até 31 de dezembro de 2021 com a elevação das receitas operacionais e da contenção de despesas administrativas.

Outras informações: Relacionamento com auditores independentes: Em decorrência de aspectos exclusivamente comerciais, em nada relacionados a qualidade dos serviços prestados, a Virgo II ratifica que efetuou a substituição da empresa GRANT THORNTON Auditores Independentes, que desenvolveu os serviços de auditoria externa das suas demonstrações financeiras, no exercício 2019, pela BLB Auditores Independentes, que, em consequência, passou a realizar, a partir de 2020, esses serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia. Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo II, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BLB Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Os elementos acima descritos permitem à Virgo II, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Circulante		**12.405**	**13.744**	**13.060**	**14.298**
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.843	3.760	4.118	3.958
Bancos conta movimento		761	67	761	142
Aplicações financeiras de liquidez imediata		3.082	3.693	3.357	3.816
Títulos e valores mobiliários		**-**	**83**	**-**	**83**
Aplicações financeiras ao custo amortizado	5	-	83	-	83
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado		-	-	-	-
Operações de crédito		**-**	**-**	**-**	**-**
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário	6	-	-	-	-
Recebíveis imobiliários em carteira própria	6	-	-	-	-
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários em carteira própria		-	-	-	-
Saldo de operação com regime fiduciário pleno	6	-	-	-	-
(-) Provisão para créditos duvidosos	6	-	-	-	-
Outros créditos		**8.562**	**9.901**	**8.942**	**10.257**
Adiantamentos concedidos		478	436	478	436
Impostos e contribuições a compensar	7	4.984	5.567	5.177	5.755
Devedores diversos	9	2.219	2.594	2.252	2.608
Imóveis adjudicados		569	992	569	992
Créditos Tributários	10	312	312	466	466
Ativo Não Circulante		**38.540**	**32.309**	**37.890**	**31.763**
Realizável a Longo Prazo		**37.316**	**31.059**	**37.799**	**31.609**
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-
Aplicações financeiras ao custo amortizado		-	-	-	-
Operações de crédito		**12.932**	**8.469**	**12.932**	**8.469**
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário	6	10.357	9.868	10.357	9.868
Ajuste a valor presente de recebíveis imobiliários em carteira própria		-	(5.221)	-	(5.221)
Saldo de operação com regime fiduciário pleno	6	2.575	3.822	2.575	3.822
Outros créditos		**24.384**	**22.590**	**24.867**	**23.140**
Crédito tributário	10	1.094	1.123	1.644	1.673
Valores a receber de sociedades ligadas	8	23.290	21.467	23.223	21.467
Investimento	**11**	**1.133**	**1.096**	**-**	**-**
Investimento em Controladas		1.133	1.096	-	-
Imobilizado	**12**	**91**	**154**	**91**	**154**
Imobilizado de uso		2.716	2.716	2.739	2.736
(-) Depreciação Acumulada		(2.625)	(2.562)	(2.648)	(2.582)
Total do Ativo		**50.945**	**46.053**	**50.950**	**46.061**

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Circulante		**8.302**	**4.170**	**8.307**	**4.178**
Captação de recursos		**-**	**1**	**-**	**1**
Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário	13	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a cotas de Fundo de Investimento Imobiliário		-	-	-	-
Obrigações por empréstimos		-	1	-	1
Outras obrigações	**14**	**8.302**	**4.169**	**8.307**	**4.177**
Juros sobre capital próprio a pagar		21	21	21	21
Dividendos a pagar		753	669	753	669
Fiscais e previdenciárias		112	374	114	378
Provisão para pagamentos a efetuar		101	540	103	542
Provisão para cobertura de passivos contingentes	14.a	71	-	71	-
Credores diversos	14.b	1.470	1.788	1.471	1.790
Obrigações na aquisição de recebíveis	14.c	369	777	369	777
Obrigações por operações vinculadas a cessão	14.d	5.405	-	5.405	-
Passivo não Circulante		**10.357**	**9.868**	**10.357**	**9.868**
Captação de recursos		**10.357**	**9.868**	**10.357**	**9.868**
Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário	13	10.357	9.868	10.357	9.868
Patrimônio Líquido		**32.286**	**32.015**	**32.286**	**32.015**
Capital social	16 a	25.385	25.385	25.385	25.385
Reservas de lucros	16 b	4.693	4.675	4.693	4.675
Lucros (Prejuízos) acumulados		2.208	1.955	2.208	1.955
Total do Passivo		**50.945**	**46.053**	**50.950**	**46.061**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas da Intermediação Financeira					
Operações de crédito		2.790	1.825	2.865	1.984
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário e sem coobrigação		965	4.095	965	4.095
Total das receitas da intermediação financeira	22	**3.755**	**5.920**	**3.830**	**6.079**
Despesas da Intermediação Financeira					
Captação no mercado		(1.587)	(483)	(1.587)	(483)
Total das despesas da intermediação financeira		**(1.587)**	**(483)**	**(1.587)**	**(483)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**2.168**	**5.437**	**2.243**	**5.596**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com pessoal		(696)	(2.571)	(696)	(2.571)
Outras despesas administrativas		(1.180)	(1.941)	(1.208)	(1.988)
Despesas tributárias		(142)	(122)	(156)	(142)
Resultado de participação em controlada		37	97	-	-
Resultado financeiro		69	(702)	74	(699)
Outras receitas operacionais	19	509	4.034	515	4.039
Outras despesas operacionais		(286)	(124)	(286)	(124)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		**(1.689)**	**(1.329)**	**(1.757)**	**(1.485)**
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		**479**	**4.108**	**486**	**4.111**
Contribuição social e imposto de renda	17	(125)	(1.365)	(132)	(1.368)
Lucro Líquido do Exercício		**354**	**2.743**	**354**	**2.743**
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (em R$)					
Ordinárias		5,36	41,56	5,36	41,56
Preferenciais		536,34	4.155,87	536,34	4.155,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro Líquido do Exercício	**354**	**2.743**	**354**	**2.743**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**354**	**2.743**	**354**	**2.743**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas Totais		**3.755**	**5.920**	**3.830**	**6.079**
Receitas de operações		2.790	1.825	2.865	1.984
Resultado de operação sujeitas a Regime Fiduciário Sem Coobrigação		965	4.095	965	4.095
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(2.767)**	**(2.424)**	**(2.795)**	**(2.471)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.180)	(1.941)	(1.208)	(1.988)
Custo da captação no mercado		(1.587)	(483)	(1.587)	(483)
Valor Adicionado Bruto		**988**	**3.496**	**1.035**	**3.608**
Retenções		**(63)**	**(91)**	**(63)**	**(91)**
Depreciação	12	(63)	(91)	(63)	(91)
Valor Adicionado Líquido		**925**	**3.405**	**972**	**3.517**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**392**	**4.169**	**366**	**4.080**
Resultado de participação em controlada		37	97	-	-
Receitas financeiras		69	71	74	74
Outras Receitas		286	4.001	292	4.006
Valor Adicionado Total a Distribuir		**1.317**	**7.574**	**1.338**	**7.597**
Distribuição do Valor Adicionado		**1.317**	**7.574**	**1.338**	**7.597**
Pessoal e encargos (sem INSS)		793	2.205	793	2.205
Impostos, taxas e contribuições (com INSS)		170	1.853	191	1.876
Juros sobre o capital próprio e dividendos		84	651	84	651
Reserva Legal		17	137	17	137
Juros pagos a terceiros		-	773	-	773
Constituição de Reservas de Lucros		253	1.955	253	1.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**479**	**4.108**	**486**	**4.111**
Ajustes por					
Aumento (Redução) no passivo de imposto de renda e contribuição social diferido		-	(262)	-	(262)
Provisões para demandas judiciais		(71)	-	(71)	-
Redução (Aumento) no ativo diferido de imposto de renda e contribuição social		28	1.438	28	1.428
Depreciação		63	91	63	91
Resultado de participação em controlada		(37)	(97)	-	-
Lucro líquido ajustado		**462**	**5.278**	**506**	**5.368**
Redução em Títulos e valores mobiliários		83	866	83	4.036
Redução em Operações de crédito		(4.463)	2.761	(4.463)	2.761
Aumento em Outros créditos		(483)	(17.047)	(440)	(16.994)
Aumento (Redução) em Captação de recursos		488	9.360	488	5.905
(Redução) aumento em Outras obrigações		4.080	(1.590)	4.070	(1.876)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		**167**	**(372)**	**244**	**(800)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento					
Baixas (Adições) do Imobilizado		-	1.606	-	1.606
Recursos Líquidos Provenientes das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		**-**	**1.606**	**-**	**1.606**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento					
Pagamentos					
Dividendos pagos		(84)	(651)	(84)	(651)
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento		**(84)**	**(651)**	**(84)**	**(651)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		**83**	**583**	**160**	**155**
Caixa e equivalentes no início do exercício		3.760	3.177	3.958	3.803
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	3.843	3.760	4.118	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2020		**25.385**	**6.486**	**(1.948)**	**29.923**
Redução de capital social		-	-	-	-
Compensação de prejuízos		-	(1.948)	1.948	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		-	-	2.744	2.744
Destinações:					
Reserva Legal		-	137	(137)	-
Dividendo mínimo obrigatório - Juros sobre o capital próprio - R$ 9,86 por ação ON	16	-	-	(651)	(651)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**25.385**	**4.675**	**1.956**	**32.016**
Saldos em 01 de janeiro de 2021		**25.385**	**4.675**	**1.956**	**32.016**
Redução de capital social		-	-	-	-
Compensação de prejuízos		-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		-	-	354	354
Destinações:					
Reserva Legal	16	-	18	(18)	-
Dividendo mínimo obrigatório - Juros sobre o capital próprio - R$ 9,86 por ação ON	16	-	-	(84)	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**25.385**	**4.693**	**2.208**	**32.286**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais - R$)*

1. Contexto Operacional: A VIRGO II Companhia de Securitização (nova denominação da Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, alterado na AGE de 14 de junho de 2021) ("VIRGO II" ou "Companhia") é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Tabapuã, 1.123 no bairro do Itaim Bibi. A Companhia iniciou suas atividades em 31 de julho de 1997, e atualmente tem como principais objetivos sociais: (a) a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs - Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs - e de outros títulos de crédito; (d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as suas atividades. Suportado pelos instrumentos de governança corporativa instituídos para a Companhia, não é identificada a figura de instituição controladora dentre seus acionistas. Em 24 de julho de 2019, os controladores da Companhia em conjunto com a VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC Securitizadora S/A), celebraram, o contrato definitivo para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da VIRGO II, passando a VIRGO, naquela data, a ser a controladora direta da Companhia. As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, abrangem a Companhia e suas controladas diretas. • Cibrasec Administradora de Recursos Ltda., cujo objeto social se constitui pela: (a) a administração da carteira de títulos e valores mobiliários, fundos de investimentos ou outros ativos, próprios ou de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil ou no exterior; e (b) a prestação de serviços em geral referentes à administração dos ativos acima mencionados. • Cibrasec Serviços Financeiros Ltda., cujo objeto social se constitui pela: (a) a prestação de serviços especializados de apoio administrativo relacionado ao setor de crédito imobiliário, originados por instituições ou empreendedores do mercado imobiliário em geral, em especial auditoria de carteiras, administração de créditos; e (b) monitoramento de títulos e valores mobiliários a eles relacionados. • Cibrasec Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vencimento indeterminado, do qual as 4.615 cotas subordinadas emitidas e que foram adquiridas pela Companhia, estavam sujeitas a remuneração mensal pela variação do IGP-M adicionados da remuneração que excedesse ao percentual de 7% atribuído à cota sênior, depois de deduzidas as despesas e eventuais perdas incorridas pelo fundo. As demonstrações financeiras desse fundo deixaram de ser consolidadas às demonstrações financeiras da Companhia desde o exercício de 2020, em decorrência da avaliação por parte da Administração de que, uma vez as quotas liquidadas, como de fato estão, não se verifica mais a existência de retenção significativa de riscos e benefícios.

2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC): As Demonstrações Financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB)). A emissão das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022. **a) Base de mensuração**: As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamento**s: A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1. Base para consolidação:** As informações contábeis da controladora e de suas controladas, estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir ou a retenção de riscos e benefícios deixe de ser significativa. Não existem empresas coligadas ou controladas cujo controle seja compartilhado com outras empresas.

Nome	Participação
CIBRASEC Administradora de Recursos Ltda.	99,99%
CIBRASEC Serviços Financeiros Ltda.	99,99%

Nas Demonstrações Financeiras, individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação**: Saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Moeda estrangeira:** No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **3.4. Instrumentos financeiros: 3.4.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. **Ativos financeiros registrados ao custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **3.4.2. Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem as contas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **3.5. Capital social: Ações ordinárias e ações preferenciais**: Ações ordinárias e ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.6. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** São mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.7. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **3.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar em função de serviço prestado pelo empregado. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. **Provisões para risco:** São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. **Passivos contingentes:** São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Passivos dessa natureza não são provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível; e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota. **3.10. Resultado: Receita operacional**: A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária auferidas nas carteiras de

continuação

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(nova denominação social da CIBRASEC Companhia Brasileira de Securitização)*

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais - R$)*

-se integralmente a garantias retidas para suprir futuras inadimplências das operações sem regime fiduciário. **d) Obrigações por operações vinculadas a cessão:** Refere-se as obrigações na cessão de direitos creditórios com coobrigação de pagamento que constitui obrigação da Companhia na data do balanço, caso os créditos cedidos se tornem inadimplentes. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo individual e consolidado é de R$ 5.405.

15. Operações com Partes Relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. Até o mês de julho de 2019, a Companhia realizou operações de compra de recebíveis imobiliários, assim como a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e do agronegócio (CRAs), junto a empresas integrantes do seu corpo acionário. Em decorrência dos dispositivos internos de governança corporativa aplicáveis ao relacionamento da Companhia no desenvolvimento de suas atividades junto a seus acionistas, foram realizadas operações em condições semelhantes - em termos de taxas, prazos, indexadores, entre outros - àquelas que seriam consideradas em operações firmadas com terceiros. A Companhia possui saldo a receber de operação de mútuo com o controlador de R$ 19.993 (R$ 19.477 em 2020) realizado com recursos de liquidez excedentes, os quais não possui encargos financeiros; e adiantamento de recursos de R$ 1.990 para membro da administração da Companhia Controladora. No segundo trimestre de 2020, a Companhia realizou a venda, pelo valor de mercado e para pessoa física vinculada, de um imóvel que era utilizado como sede própria até 2019, pelo valor de R$ 5.060, cujo valor líquido contábil do imóvel era R$ 1.605 (custo de aquisição de R$ 2.956 e depreciação acumulada de R$ 1.351), auferindo um resultado bruto de R$ 3.455 (no segundo trimestre de 2020), cujos valores a receber foram liquidados no mês de julho de 2020. **Operações com pessoal-chave da administração**: **Remuneração de pessoal-chave da Administração**: No período findo em 31 de Dezembro de 2021, não houve remuneração de administradores na Companhia. A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego ou oferece programas de opção de compra de ações da Companhia.

16. Patrimônio Líquido e Dividendos: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 25.385, dividido em 41.403 ações ordinárias e 246 ações preferenciais Classe A, todas sem valor nominal, da forma nominativa. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2021 o saldo de reserva legal é de R$ 4.693. **c) Dividendos:** Está assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual e, não havendo destinação à constituição de reserva para contingência, será assegurado pagamento de dividendos adicionais. **d) Juros sobre o capital próprio:** Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 não foram atribuídos juros sobre o capital próprio a título de dividendos sobre o período.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	479	4.108	486	4.111
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(163)	(1.396)	(165)	(1.398)
Efeito sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Efeito sobre IRPJ diferido sobre ajuste a valor de mercado de títulos	-	-	-	-
Efeito sobre equivalência patrimonial	13	33	-	-
Despesas indedutíveis	-	1	-	1
Outros ajustes	25	(3)	33	(29)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(125)**	(1.365)	**(132)**	(1.368)

18. Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários (notas explicativas nº 6 e nº 13. As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

31/12/2021

	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	3.843	4.118
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	7.527	7.527
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	10.357	10.357

31/12/2020

	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	3.760	3.958
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	8.469	8.469
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	9.868	9.868

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de Dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	3.843	3.843	4.118	4.118
Total	3.843	3.843	4.118	4.118
	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	3.760	3.760	3.958	3.958
Total	3.760	3.760	3.958	3.958

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Além desses procedimentos, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras:

Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário	Até 12 meses	-	-	-
	Acima de 12 meses	12.812	(5.285)	7.527
Total		**12.812**	**(5.285)**	**7.527**

d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 13. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia. Por sua vez, no que se refere ao fundo CIBRASEC Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujas cotas subordinadas foram adquiridas pela VIRGO II, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos. Isso se deve a estrutura de seleção dos ativos que constituem o fundo, bem como o nível de garantia a eles associado.

19. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação**.**

20. Benefícios a Administradores e Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são compostos, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por bônus vinculados ao desempenho individual, por planos de assistência médica, de seguro de vida em grupo e de prestação de serviços de alimentação integrante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

21. Informações Complementares Acerca da Emissão de CRI e CRA: Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro, para todos os patrimônios separados ativos.

22. Serviços Prestados pelo Auditor: Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, a Companhia, VIRGO II Companhia de Securitização, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situado na Rua Tabapuã, 1123, Itaim Bibi, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23 no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BLB Auditores Independentes relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

23. Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

24. Declaração dos Diretores sobre a Publicação das Informações Financeiras Trimestrais: Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes realizada em 29 de março de 2022.

A Diretoria — **Sérgio Ferraz** - Contador CRCSP - 179881/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de intermediação financeiras - Conforme notas explicativas nº 3.10 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** conciliação contábil das receitas; **(ii)** análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; **iii)** verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; **iv)** revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; **v)** avalição da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa 15, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto**.** Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conteve a mesma ênfase**.**

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2022.

BLB AUDITORES CONSULTORES — BLB Auditores Independentes CRC 2SP023165/O-2 — Rodrigo Garcia Giroldo CRC 1SP222658/O-9

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11.04.2022, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, 500 São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2021, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis.

Baumer S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Mogi Mirim/SP, 29/03/2022

MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ N. 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de abril de 2022

O Conselho de Administração da **Moinho Progresso S/A** convida os Srs. (as) acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132 da Lei 6404/76, em sua sede social à Rua Emílio Goeldi n. 95, às 11 horas do dia 12 de abril de 2022, para deliberarem sobre: leitura, discussão e votação das contas e relatórios relativos ao exercício findo em 31/12/2021 e destinação do lucro; eleição do Conselho de Administração para o próximo biênio e valor total anual para remuneração dos administradores da companhia nos termos do artigo 8º, inciso VIII do Estatuto Social da mesma. A documentação completa referente a esta assembleia foi publicada no dia 09 de março de 2022 nos jornais "O Dia – SP" e Diário Oficial do Estado de SP. AVISO GERAIS – Os documentos a serem aprovados podem ser também requeridos junto à companhia pelo e-mail: admin@moinhoprogresso.com.br, endereçado à Sra. Adriane, com identificação do acionista requisitante. Os acionistas podem ser representados por procuradores devidamente mandatados, atendendo aos critérios legais do artigo 126 da lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta. São Paulo, 29 de abril de 2022, **Yung Chu Ching** – Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04)

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.PJ/MF.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E:- 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2021; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 29 de março de 2022.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

NOVERDE TECNOLOGIA E PAGAMENTOS S/A

CNPJ nº 23.698.063/0001-69

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - ***(Valores em moeda corrente Real)***

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**12.706.463,37**	**4.618.141,95**
Caixa e equivalente de caixa	11.142.427,27	2.977.024,26
Contas a receber de clientes	6.147,20	10.697,55
Fornecedores	26.924,40	762.023,89
Créditos Fiscais	1.437.876,40	832.048,63
Outros Créditos	93.088,10	29.347,62
Caução Aluguel	-	7.000,00
Não Circulante	**2.914.516,10**	**2.062.792,79**
Empréstimos de mútuo	857.779,95	790.055,32
Depósitos Judiciais	1.928.404,05	1.115.560,49
Caução Aluguel	31.125,00	31.125,00
Imobilizado	97.207,10	126.051,98
Total do Ativo	**15.620.979,47**	**6.680.934,74**

Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**3.263.711,86**	**2.676.037,55**
Fornecedores	206.847,18	245.070,18
Obrigações trabalhistas	715.015,69	870.803,63
Obrigações tributárias	2.334.076,43	1.533.108,44
Adiantamento de Clientes	7.772,56	27.055,30
Não Circulante	**32.444.344,41**	**6.547.540,64**
Debêntures	17.822.454,91	6.102.672,36
Empréstimos e Financiamentos	14.230.994,01	-
Impostos parcelados	390.895,49	444.868,28
Patrimônio Líquido	**(20.087.076,80)**	**(2.542.643,45)**
Capital Social	2.677.876,62	2.677.876,62
Capital social a integralizar	-	(29.074,74)
Prejuízos Acumulados	(22.764.953,42)	(5.191.445,33)
Total do passivo e patrimônio líquido	**15.620.979,47**	**6.680.934,74**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Capital a Integralizar	Ações em Tesouraria	Prejuizos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**2.677.876,62**	**-29.074,74**	**-**	**-5.191.445,33**	**-2.542.643,45**
Capital a Integralizar	-	29.074,74	**-**	**-**	**29.074,74**
Resultado do Exercício	-	-	-	-17.516.149,91	**-17.516.149,91**
Ações em Tesouraria	-	-	-57.358,18	**-**	**-57.358,18**
Saldo em 31/12/2021	**2.677.876,62**	**0,00**	**-57.358,18**	**-22.707.595,24**	**-20.087.076,80**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021

1) Contexto Operacional: A empresa **Noverde Tecnologia e Pagamentos S/A** é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social a (i) criação e gestão de contas eletrônicas de pagamento pré-pagas; (ii) prestação de serviços de correspondente bancário; (iii) gestão de direitos creditórios; (iv) gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) cobranças e captação de créditos em atraso; (vi) consultoria e elaboração de análises financeiras, relatórios e ferramentas de gestão; (vii) cadastramento, manutenção e gerenciamento de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7617-FB23-D39A-9645 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7617-FB23-D39A-9645

Hash do Documento

8C8535D9A5BE14E063E28822E991F549BBF3D5048E1EC1AAF1F322FF3B0278FD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Cotistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de março de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.612	19.463
Aplicações financeiras	6	1.626	8.160
Contas a receber	7	10.962	18.190
Contas a receber - partes relacionadas	9	222	268
Tributos a recuperar		1.424	1.357
Despesas antecipadas e outras		376	274
Total do ativo circulante		24.222	47.712
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	11.272	30.607
Tributos diferidos	8b	25.967	26.042
Outros créditos		1.825	515
		39.064	57.164
Imobilizado	10	78.582	64.761
Intangível	11	55.772	82.948
Direito de uso em arrendamento	12a	33.983	4.029
Total do ativo não circulante		207.401	208.902
Total do ativo		231.623	256.614

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Notas promissórias	13	36.634	43.908
Fornecedores	14	10.339	17.225
Fornecedores - partes relacionadas	9	11.279	9.927
Impostos e contribuições a recolher		2.478	2.740
Impostos parcelados		52	62
Obrigações sociais e trabalhistas		5.448	2.982
Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	1.501	6.683
Passivo de arrendamento	12b	9.675	2.138
Outras contas a pagar		144	108
Total do passivo circulante		77.550	85.773
Não circulante			
Fornecedores	14	26.040	47.968
Fornecedores - partes relacionadas	9	13.943	18.526
Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	18.213	34.255
Impostos parcelados		141	199
Passivo de arrendamento	12b	24.090	1.411
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	15	253	49
Outras contas a pagar		-	20
Total do passivo não circulante		82.680	102.428
Patrimônio líquido			
Capital social	16	109.701	109.701
Prejuízos acumulados		(38.308)	(41.288)
		71.393	68.413
Total do passivo e patrimônio líquido		231.623	256.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	78.516	84.348
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(5.956)	(5.498)
Serviços		(682)	(484)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(45.928)	(44.093)
Materiais, equipamentos e veículos		(374)	(318)
Comunicação de dados - internet		(1.143)	(2.714)
Direito de passagem		(1.887)	(2.636)
Outros		(370)	(1.084)
		(56.340)	(56.827)
Lucro bruto		22.176	27.521
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.599)	(7.675)
Serviços		(1.896)	(1.833)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(421)	(472)
Materiais equipamentos e veículos		(66)	(89)
Aluguel de imóveis e condomínios		(950)	(866)
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos	7	(129)	(177)
Outros		(1.120)	(731)
		(12.181)	(11.843)
Outros resultados operacionais		(5)	97
Lucro antes do resultado financeiro		9.990	15.775
Resultado financeiro	18	(5.329)	(6.276)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.661	9.499
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(1.681)	(3.477)
Lucro líquido do exercício		2.980	6.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.980	6.022
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.980	6.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	109.701	(47.310)	62.391
Lucro líquido do exercício	-	6.022	6.022
Saldos em 31 de dezembro de 2020	109.701	(41.288)	68.413
Lucro líquido do exercício	-	2.980	2.980
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.701	(38.308)	71.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.980**	**6.022**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75	(1.230)
Depreciação e amortização	40.619	42.148
Baixa do ativo imobilizado e intangível	19	-
Outros do ativo intangível	13.149	-
Juros sobre notas promissórias	2.280	1.780
Capitalização de custos dos empréstimos	(629)	(387)
Constituição provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	186	85
Atualização monetária para riscos cíveis e trabalhistas	18	4
Provisão para perda esperada - Contas a receber e outros créditos	129	177
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil	740	231
Depreciação arrendamento mercantil	5.730	2.417
Ajuste a valor presente - contratos	1.795	2.936
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	2.258	2.417
Juros sobre impostos parcelados	5	7
	66.374	50.585
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	26.434	(10.792)
Contas a receber - partes relacionadas	46	(182)
Impostos a recuperar	(1.038)	(344)
Despesas antecipadas e outros créditos	(1.412)	(214)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores - partes relacionadas	(5.489)	(8.855)
Fornecedores	(31.836)	(12.124)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.466	(1.865)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	1.681	3.779
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(2.016)	(4.838)
Pagamentos com obrigações cíveis e trabalhistas	-	(40)
Obrigações de entrega	(21.862)	15.833
Outras contas a pagar	16	77
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.344	37.042
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(26.641)	(18.719)
Adição ao ativo intangível	(10.964)	(3.786)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6.534	4.914
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(31.071)	(17.591)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Notas promissórias		
Captações	34.782	42.697
Pagamentos de principal	(43.000)	(40.000)
Pagamentos de juros	(1.336)	(2.320)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos (principal e juros)	(5.570)	(2.953)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(15.124)	(2.576)
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa	(9.851)	16.875
Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.463	2.588
No final do exercício	9.612	19.463
	(9.851)	16.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Empresa acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Empresa. A Empresa possui carta suporte financeiro de sua Controladora indireta CCR S.A. de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto à duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Empresa.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico (Data Samm e IP Corporate) ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***e) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***f) Ativos intangíveis:*** A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis: • Cessão de fibra óptica e radiofrequência: São demonstrados ao custo de aquisição, equivalentes aos valores contratuais ajustados a valor presente, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais. • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. ***g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***h) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***i) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício, recomposições dos ajustes a valor presente e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***j) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***k) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente da atividade operacional da Empresa, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***l) Arrendamento mercantil:*** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de uso em arrendamento" e "Passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. ***m) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 01 de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substitu

continuação

SAMM – SOCIEDADE DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTDA.

b. Passivo em arrendamento

	2020	2021				
	Saldo Inicial	Adições/ Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo Final
Circulante	2.138	9.582	1.028	(6.208)	3.135	9.675
Não circulante	1.411	26.102	(288)	-	(3.135)	24.090
	3.549	35.684	740	(6.208)	-	33.765

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a.. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R$ 51 (R$ 193 em 31 de dezembro de 2020), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

2023	8.274
2024	8.193
2025	7.590
2026	7
2027 em diante	26
	24.090

13. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2021	Vencimento final	2021	2020
	CDI + 0,90%	1,4914%			Abril de		
1. 12ª Emissão	a.a.	(a)	251	-	2021	-	43.908 (b)
	CDI + 1,30%	1,7897%			Abril de		
2. 13ª Emissão	a.a.	(a)	168	73	2022	36.634	- (b)
Total geral				73		36.634	43.908
Circulante							
Notas promissórias						36.707	44.010
Custos de transação						(73)	(102)
						36.634	43.908

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. **1.** Em 6 de abril de 2021, esta emissão foi liquidada. **2.** Em 5 de abril de 2021, foi realizada a 13ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para liquidação da 12ª emissão de notas promissórias. O valor da emissão foi de R$ 35.000, com custo de CDI + 1,30% a.a. e vencimento em 5 de abril de 2022. Esta emissão conta com aval da CCR. Neste exercício de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R$ 43.000 e de juros no valor de R$ 1.336, conforme cláusulas do contrato.

14. Fornecedores

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	1.471	1.250
Fornecedores de fibra óptica (b)	6.271	13.569
Fornecedores de conectividade (d)	1.828	1.884
Fornecedores de rádio frequência (c)	769	522
	10.339	17.225
Não Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	344	-
Fornecedores de fibra óptica (b)	24.409	45.818
Fornecedores de conectividade (d)	1.200	1.517
Fornecedores de rádio frequência (c)	87	633
	26.040	47.968

(a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos; (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 42.691 (R$ 82.005 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses; (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 839 (R$ 1.305 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 12 a 48 meses; e (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 3.178 (R$ 3.702 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2020 e 2021 são de 6,49% e 7,08%, respectivamente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Empresa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020	2021		
	Saldo inicial	Constituição	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante				
Cíveis e administrativos	-	54	9	63
Trabalhistas	49	132	9	190
	49	186	18	253

A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2021	2020
Cíveis e administrativos	-	-
Trabalhistas e previdenciários	-	120
Tributárias	-	55
	-	175

16. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada.

Sócios	Quotas	Participação
CCR S.A.	109.591.299	99,9%
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	109.701	0,1%
	109.701.000	**100,00%**

	2021	2020
17. Receitas		
Receitas de Data Samm	72.359	79.316
Receitas de IP Corporate	12.414	13.459
Receitas de locação de fibra óptica	16.168	16.431
Receitas de direito de uso Cogent	535	183
Receita bruta	101.476	109.389
Impostos sobre receitas	(22.253)	(24.815)
Descontos concedidos e cancelamentos	(707)	(226)
Deduções das receitas brutas	(22.960)	(25.041)
Receita líquida	78.516	84.348
18. Resultado financeiro	**2021**	**2020**
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente - contratos	(6.079)	(7.277)
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	(2.258)	(2.417)
Juros sobre notas promissórias	(2.280)	(1.780)
Capitalização de custos dos empréstimos	629	387
Juros sobre impostos parcelados	(5)	(7)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(991)	(231)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(83)	(44)
	(11.067)	(11.369)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	868	492
Ajuste a valor presente - contratos	4.284	4.341
Variação monetária sobre outros ativos	346	7
Juros e outras receitas financeiras	240	253
	5.738	5.093
Resultado financeiro	(5.329)	(6.276)

19. Instrumentos financeiros: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa. Para apoio da Empresa, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Empresa, acompanha e informa o Conselho de Administração da Controladora sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Empresa não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	692	-	-	409	-	-
Aplicações financeiras	10.546	-	-	27.214	-	-
Contas a receber e outros créditos	-	22.234	-	-	48.797	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	222	-	-	268	-
Passivos						
Notas promissórias (a)	-	-	(36.634)	-	-	(43.908)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(56.237)	-	-	(72.711)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(25.222)	-	-	(28.453)
Passivo de arrendamento	-	-	(33.765)	-	-	(3.549)
	11.238	22.456	(151.858)	27.623	49.065	(148.621)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber e outros créditos, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas. • **Passivo de arrendamento -** Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fontes de financiamento específica. • **Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado -** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Nota promissória (a)	36.707	36.824	44.010	44.108

(a) Valores brutos dos custos de transação. **Hierarquia de valor justo:** A Empresa possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2021	2020
Nível 2		
Aplicações financeiras	10.546	27.214

Os diferentes níveis de hierarquia são: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. A Empresa adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (5) (8)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
		Abril de				
Notas Promissórias - 11ª Emissão	CDI (2)	2022	36.707	(964)	(1.166)	(1.365)
Aplicação financeira (Menkar II) (4)	CDI (2)		10.546	949	1.186	1.423
Parcelamento ICMS	Selic (3)		134	(12)	(15)	(18)
ISS Parcelado	Selic (3)		70	(6)	(8)	(10)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(33)	(3)	30
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			9,15%	11,43%	13,72%
	Selic (3)			9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; e nas investidas onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses. Nas investidas onde as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, diminuímos a taxa do CDI para calcular os cenários estresses; (3) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil; (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e Selic).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa: a. Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício de 2021 e 2020:

	2021	2020
Tributos a recuperar	971	34
Obrigações de entrega	(219)	219
Fornecedores	(24.935)	26.162
Fornecedores partes relacionadas	(3.569)	3.569
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(27.752)	29.984
Outros de ativo imobilizado e intangível	(971)	(34)
Aquisição de ativo intangível	28.723	(29.950)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	27.752	(29.984)

b. A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento:

	Notas promissórias	Passivo de arrendamento	Total
Saldo Inicial	(43.908)	(3.549)	(47.457)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(34.782)	-	(34.782)
Pagamentos de principal e juros	44.336	5.570	49.906
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**9.554**	**5.570**	**15.124**
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(2.280)	-	(2.280)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(35.046)	(35.046)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(740)	(740)
Total das outras variações	**(2.280)**	**(35.786)**	**(38.066)**
Saldo Final	(36.634)	(33.765)	(70.399)

21. Evento subsequente: Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 14ª emissão de até 50 notas promissórias, no valor nominal unitário de R$ 1.000 em série única, totalizando o montante de R$ 50.000 em notas comerciais. A emissão das notas comerciais será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, com garantia total e contarão com aval da CCR S.A., controladora da Emissora.

Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes — Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo — Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas e Diretores da **SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.**
São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 2(k) e 8 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Empresa fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Empresa, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios e orçamentos disponibilizados pela Empresa. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Empresa foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela Empresa são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento aprovado pela Administração da Empresa; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela Empresa estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos: (i) se as adições e exclusões estão de acordo com a legislação tributária; (ii) recalculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. — Fernanda A. Tessari da Silva
CRC 2SP-014428/O-6 — Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Vendas da indústria de máquinas têm queda de 2,9% em fevereiro

As vendas da indústria brasileira de máquinas e equipamentos totalizaram em fevereiro R$ 21,8 bilhões, uma queda de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Em comparação a janeiro, no entanto, houve elevação de 8,5%.

No acumulado do ano, janeiro e fevereiro, as vendas somaram R$ 41,9 bilhões, 3,9% abaixo do registrado no mesmo período de 2021. Os dados, divulgados na quarta-feira (30), são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

"Os números observados no primeiro bimestre do ano indicam que a desaceleração da atividade industrial, iniciada no último trimestre de 2021, principalmente nos setores ligados ao consumo das famílias, continuam impactando negativamente os investimentos produtivos de alguns segmentos", destacou a entidade no balanço divulgado.

O setor vendeu ao exterior, no mês de fevereiro, R$ 878,5 milhões em equipamentos, montante 37,8% superior ao registrado no mesmo mês de 2021. Em relação a janeiro, as exportações foram 22,3% maiores. No acumulado do ano, janeiro e fevereiro, as vendas ao exterior somaram R$1,59 bilhão, 31,7% acima do registrado no mesmo período do ano passado.

"O setor fabricante de máquinas e equipamentos, com tradição exportadora, recuperou com a desvalorização da real parte da competitividade anulada pelo 'custo Brasil', e registrou importante crescimento das suas exportações".

A América Latina foi o principal destino das exportações brasileiras de máquinas e equipamento em 2022, com participação de 28,5%; seguido pelos Estados Unidos (23,2%), e Europa (17,4%). (Agencia Brasil)

Dólar sobe para R$ 4,78 após aumento de ataques russos

O agravamento das tensões entre Rússia e Ucrânia e a proximidade do fim de trimestre provocaram nervosismo no mercado financeiro na quarta-feira (30). O dólar aproximou-se de R$ 4,80, após iniciar o dia em baixa. A bolsa de valores resistiu ao mercado internacional e fechou em leve alta, com apoio de empresas de commodities (bens primários com cotação internacional).

O dólar comercial encerrou a quarta-feira vendido a R$ 4,78, com alta de R$ 0,029 (+0,62%). Após operar em queda durante quase toda a manhã, a cotação disparou à tarde, pressionada pela guerra e pela compra de dólares por grandes empresas que querem fechar o caixa no fim de trimestre.

Mesmo com a alta da quarta-feira, a divisa acumula queda de 7,15% em março. Em 2022, o recuo chega a 14,15%.

O mercado de ações resistiu mais às pressões externas. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 120.260 pontos, com alta de 0,2%. Pressionado pela queda nas bolsas norte-americanas, o indicador alternou altas e baixas ao longo do dia, mas encerrou em leve alta apoiado pelas ações da Petrobras, os papéis mais negociados, e de mineradoras.

O avanço do preço das commodities decorrente da guerra entre Rússia e Ucrânia tem garantido a entrada de divisas em países latino-americanos, segurando a fuga de capitais em dias de maior tensão, como na quarta-feira. Os juros altos, como a taxa Selic a 11,75% ao ano, também ajudam a manter recursos financeiros no Brasil.

Na quarta-feira, a Rússia intensificou os ataques em diversos pontos da Ucrânia, apesar da promessa feita na terça-feira (29) de que o país diminuiria as incursões para concentrar-se na defesa de regiões separatistas do leste ucraniano. (Agencia Brasil)

Governo leiloa terminais portuários em Santos, Paranaguá e Suape

O governo federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), leiloou na quarta-feira (30) os terminais portuários STS11, no Porto Organizado de Santos (SP), e o SUA07, no Porto de Suape (PE). Nos dois casos, o prazo contratual previsto é de 25 anos e o critério de leilão foi o de maior outorga ofertada.

Por meio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) foi leiloado também o terminal PAR32 no Porto Organizado de Paranaguá (PR), que terá período contratual de dez anos. O critério de leilão também foi o maior valor de outorga.

O terminal STS11, em Santos, foi arrematado pela Cofco Internacional Brasil, com lance de R$ 10 milhões. A companhia, a única a participar do certame, terá de realizar investimentos de R$ 764,8 milhões e ampliar a capacidade do terminal para 14,3 milhões de toneladas por ano. A licitação do terminal prevê o contrato de arrendamento para movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente açúcar, grãos de soja, milho e farelo de soja.

O terminal está localizado na região do Paquetá, na margem direita do Complexo Portuário de Santos, sob jurisdição da Santos Port Authority (SPA), e deverá chegar, ao final das obras previstas, a 98.159 m², contando com dois berços exclusivos. Segundo a Antaq, estima-se a geração de 1.182 empregos ao longo do contrato de arrendamento, entre diretos, indiretos e efeito-renda.

O SUA07, em Suape, foi arrendado pelo consócio Sua Granéis, com proposta de R$ 15 mil. A licitação prevê a operação de um terminal multipropósito, com a movimentação e armazenagem de granéis vegetais, granéis minerais e carga geral. O consórcio, o único participante do certame, deverá realizar investimentos de R$ 59,8 milhões.

A capacidade do terminal deverá ser expandida, pela empresa vencedora, para realizar a movimentação de 910 mil toneladas por ano de granéis minerais; 220 mil toneladas por ano de granéis vegetais e 90 mil toneladas por ano de açúcar ensacado.

O terminal PAR32, em Paranaguá, foi arrematado pela FTS Participações, com valor de outorga de R$ 30 milhões. O certame teve duas empresas participantes. O terminal será destinado à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente açúcar ensacado, e está localizado dentro do porto organizado de Paranaguá. A companhia vencedora deverá investir R$ 4,17 milhões. (Agencia Brasil)

LinkedIn passa a permitir anúncio de vagas com políticas afirmativas

Após receber questionamentos do Procon de São Paulo e do Ministério Público Federal (MPF), a plataforma LinkedIn mudou a política que não permitia anúncio de vagas de emprego com políticas afirmativas.

"No Brasil, agora são permitidas vagas afirmativas, inclusive para pessoas negras e indígenas", diz o comunicado da rede social que tem como foco o mercado de trabalho, com perfis de profissionais, empresas e divulgação de oportunidades.

A plataforma havia excluído um anúncio de uma vaga de emprego, feito pelo Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut), em que seria dada preferência a candidatos negros e indígenas. Na ocasião, o LinkedIn disse, pelo Twitter, que as ofertas não deveriam especificar "preferências ou requisitos relacionados a características individuais, como idade, sexo, religião, etnia, raça ou orientação sexual".

O MPF considerou que a medida contrariava os esforços para inclusão de grupos que sofreram violências históricas no Brasil. "No âmbito público, é obrigação constitucional do Estado promover as ações afirmativas, como as cotas nas universidades públicas. Já no setor privado, não há obrigatoriedade, mas é cada vez maior o número de empresas que adotam medidas inclusivas", disse a procuradoria em nota divulgada na semana passada.

Novo posicionamento

Em nova manifestação, a plataforma anunciou ter mudado o posicionamento sobre o tema. "Atualizamos nossa política global de anúncios de vagas para permitir a divulgação de publicações que expressem preferência por profissionais de grupos historicamente desfavorecidos na contratação em países onde esta prática é considerada legal", diz a nota do LinkedIn.

A rede social reconheceu que a mudança foi motivada pelos questionamentos recebidos de órgãos públicos e dos usuários brasileiros.

"No Brasil, agora são permitidas vagas afirmativas, inclusive para pessoas negras e indígenas. Agradecemos o feedback que recebemos da nossa comunidade no Brasil. Fazer a coisa certa é importante e estamos comprometidos em continuar aprendendo e melhorando", acrescenta o comunicado.

Empresas apoiam mudança

Empresas e diversos usuários se mostraram satisfeitos com a mudança de posicionamento do LinkedIn. Em um posicionamento conjunto, o varejista Magazine Luiza, o Nu Bank e a plataforma de entrega de refeições Ifood celebraram a nova política. "Recebemos com mu

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/444B-2755-A40C-A1C2 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 444B-2755-A40C-A1C2

Hash do Documento

6E32EBC89BBA6592B3C50723B770FD7F1D697D024FD4CB4DD15B683579268E3A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária das Linha 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 03 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 - Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas). **1.3 Contrato de Concessão:** O Contrato de Concessão foi assinado em 05 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A Concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional** - iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (05 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia. **Fase I** - Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 04 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II -** Iniciou-se em 08 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do estado, porém, sem previsão de término. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27/01/2020 e atualmente encontra-se em andamento pela Companhia. Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **1.4 Destaques de 2021:** Em 2021, a Companhia seguiu promovendo ações voltadas à conscientização de todos no combate ao coronavírus, como uso de máscara e vacinação. No dia 29 de setembro de 2021, a Companhia concluiu com sucesso a auditoria externa no modelo da ISO 14001:2015 conquistando a certificação de Gestão Ambiental. Em outubro de 2021, foi lançado o projeto '*Breaking* no Capão', que prevê a instalação do primeiro centro de treinamento e convivência do Brasil, voltado à formação de uma equipe que irá disputar uma vaga nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ Mil	2021	2020	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	390.979	357.681	9,31%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	353.948	311.630	13,58%
Deduções da receita bruta	(7.113)	(6.277)	13,32%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	346.835	305.353	13,58%
(+) Receita de construção	37.031	46.051	-19,59%
Custos e despesas (a)	(311.435)	(299.222)	4,08%
- Depreciação e amortização	(34.331)	(31.608)	8,61%
- Serviços de terceiros	(61.695)	(54.629)	12,93%
- Custo da outorga	(3.539)	(3.116)	13,58%
- Custo com pessoal	(96.256)	(90.382)	6,50%
- Custo de construção	(37.031)	(46.051)	-19,59%
- Outros custos e resultados operacionais	(78.583)	(73.436)	7,01%
EBIT ajustado	72.431	52.182	38,80%
Margem EBIT ajustada (b)	20,88%	17,09%	22,20%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	14.615	9.105	58,78%
EBIT (c)	86.888	61.287	41,77%
Margem EBIT	18,87%	14,85%	27,07%
(+) Depreciação e amortização	34.331	31.608	8,61%
EBITDA (b)	121.219	92.895	30,49%
Margem EBITDA	31,58%	26,44%	19,46%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(14.615)	(9.105)	58,78%
EBITDA ajustado	106.762	83.790	27,42%
Margem EBITDA ajustada (d)	30,78%	27,44%	12,18%
Resultado financeiro líquido	(40.089)	(48.627)	-17,56%
Resultado de equivalência patrimonial	14.615	9.105	58,78%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.957	12.660	269,66%
Imposto de renda e contribuição social	(9.804)	(1.865)	425,68%
Lucro líquido do exercício	37.153	10.795	242,70%
Endividamento bruto (e)	692.877	778.674	-11,02%
Investimentos (caixa)	46.369	51.456	-9,89%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita Líquida:** O crescimento da receita líquida reflete o impacto da retomada da demanda transportada em 2021 (ainda gradual), porém muito reduzida em 2020 em função da pandemia do COVID-19 e da necessidade de isolamento social. O reajuste das tarifas é feito pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano. Em 2021, o reajuste foi de 6,19%. **Custos e Despesas:** A Companhia adotou medidas para manter os custos em bases controladas, em virtude do momento de pandemia. **Resultado Financeiro Líquido:** A variação positiva em resultado financeiro foi em virtude do pagamento integral em 2020 do *Fee* para a captação proposta na ocasião (emissão de debêntures em abril de 2020). **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Maior apuração de impostos decorrente do crescimento dos resultados, impactados pela retomada da demanda e consequente crescimento da receita líquida. **Investimentos:** Principal investimento proposto para 2021 é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro. **2.1 Dividendos propostos:** Em 2021 a Companhia distribuiu um total de R$ 3.813 na forma de juros sobre capital próprio aos seus acionistas (R$ 6.202 em 2020).

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa: A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 47 novas Soluções de Aprendizagem e aplicou 123 temas na totalidade, atingindo 1.159 colaboradores durante o ano de 2021.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 é responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em http://www.institutoccr.com.br. **4.3 Prêmios e reconhecimentos:** Prêmio UITP - União Internacional de Transportes Públicos: Em 2021, o Grupo CCR S.A. recebeu o Prêmio UITP, da União Internacional de Transportes Públicos, na categoria Valores Institucionais. O case apresentado foi "Novo Propósito & Cultura - Viva Seu Caminho", que traz iniciativas da ViaMobilidade 5 e 17, e de outras concessionárias do Grupo CCR, voltadas à saúde mental e a qualificação de empreendedores de periferia. Uma importante conquista por uma mobilidade mais humana. Pesquisa de Satisfação: Visando evitar aglomerações e auxiliando no combate ao COVID 19, não foi realizada a pesquisa do índice de Satisfação do Usuário (ISU) em 2021. Em alinhamento com o Poder Concedente e após decreto do Governo Estadual sobre a pandemia , foi determinado para efeitos contratuais a manutenção do índice apontado em outubro de 2019. O levantamento desta pesquisa havia apontado 84,4% no ISU - Índice de Satisfação do Usuário. Além do bom atendimento dos colaboradores e da rapidez na viagem, a pesquisa ressaltou que a inauguração de novas estações impactou positivamente a percepção de melhorias.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos: A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 30 de março de 2022.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	109.574	85.126
Contas a receber	7	2.394	41.731
Contas a receber - partes relacionadas	10	8.001	1.395
Ativo financeiro	8	31.405	-
Tributos a recuperar		2.286	6.943
Despesas antecipadas		7.783	4.813
Contas a receber - operações com derivativos	20	-	39.329
Dividendos à receber	10	3.596	2.163
Adiantamento a fornecedores		299	133
Estoques (materiais sobressalentes)		34.758	29.883
Outros créditos		199	234
Total do ativo circulante		200.295	211.750
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	9b	5.669	1.640
Contas a receber - operações com derivativos	20	-	33.619
Depósitos judiciais		87	53
Estoques (materiais sobressalentes)		17.854	6.772
Tributos a recuperar		2.788	-
Despesas antecipadas		51	-
		26.449	42.084
Investimentos	11a	24.828	25.176
Imobilizado	12	16.196	15.492
Intangível	13	591.065	573.469
Infraestrutura em construção	13	54.906	58.916
Total do ativo não circulante		713.444	715.137
Total do ativo		913.739	926.887

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Debêntures	14	120.310	64.990
Fornecedores		23.806	19.278
Fornecedores - partes relacionadas	10	1.122	1.579
Impostos e contribuições a recolher		2.368	796
Obrigações com poder concedente	21c	1.333	1.159
Obrigações sociais e trabalhistas	15	16.975	14.087
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras		19.845	11.319
Contas a pagar - operações com derivativos	20	13.696	-
Dividendos a pagar		9.152	-
Outras contas a pagar		14	8
Total do passivo circulante		208.621	113.216
Não circulante			
Debêntures	14	572.567	713.684
Fornecedores		128	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	541	70
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	16	48	259
Contas a pagar - operações com derivativos	20	8.661	-
Total do passivo não circulante		581.945	714.013
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	89.000	89.000
Reserva de lucros	17b e 17c	34.173	6.517
Dividendos adicional proposto	17d	-	4.141
		123.173	99.658
Total do passivo e patrimônio líquido		913.739	926.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		89.000	2.621	-	3.444	-	95.065
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2020		-	-	-	(3.444)	-	(3.444)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.795	10.795
Destinações:							
Distribuições de dividendos intermediários em 23 de dezembro de 2020		-	-	-	-	(2.758)	(2.758)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	4.141	(4.141)	-
Reserva legal		-	540	-	-	(540)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	3.356	-	(3.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		89.000	3.161	3.356	4.141	-	99.658
Distribuição de dividendos em 30 de abril de 2021		-	-	-	(4.141)	-	(4.141)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.153	37.153
Destinações:							
Reserva legal	17b	-	1.858	-	-	(1.858)	-
Juros sobre capital próprio (líquido)	17e	-	-	-	-	(3.813)	(3.813)
Juros sobre capital próprio (IRRF)	17e	-	-	-	-	(673)	(673)
Dividendo mínimo obrigatório	17d	-	-	-	-	(5.011)	(5.011)
Reserva de retenção de lucros	17c	-	-	25.798	-	(25.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		89.000	5.019	29.154	-	-	123.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	383.866	351.404
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(37.031)	(46.051)
Serviços		(48.416)	(43.710)
Custos com poder concedente		(3.539)	(3.116)
Depreciação e amortização	12 e 13	(32.045)	(29.850)
Custo com pessoal		(85.872)	(76.285)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.763)	(8.904)
Água, telefone e internet		(1.918)	(2.161)
Energia elétrica		(43.740)	(41.533)
IPTU		(5.326)	(6.605)
Seguros		(5.733)	(6.284)
Outros		(8.027)	(3.807)
		(281.410)	(268.306)
Lucro bruto		102.456	83.098
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(13.279)	(10.919)
Depreciação e amortização	12 e 13	(2.286)	(1.758)
Despesas com pessoal		(10.384)	(14.097)
Materiais, equipamentos e veículos		(600)	(955)
Gastos com viagens e estadias		(30)	(1)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(259)	(461)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(137)	(206)
Despesas legais e judiciais		(96)	(97)
Reversão (provisão) para riscos trabalhistas e previdenciários	16	211	(259)
Água, telefone e internet		(896)	(956)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(85)	(123)
Outros		(755)	(765)
		(28.596)	(30.597)
Outros resultados operacionais		(1.438)	(319)
Resultado de equivalência patrimonial	11a	14.615	9.105
Outros resultados operacionais		9	-
Resultado antes do resultado financeiro		87.046	61.287
Resultado financeiro	19	(40.089)	(48.627)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		46.957	12.660
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9a	(9.804)	(1.865)
Lucro líquido do exercício		37.153	10.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.153	10.795
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	37.153	10.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.153	10.795
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.029)	1.865
Depreciação e amortização	34.331	31.608
Baixa do ativo imobilizado	23	69
Equivalência patrimonial	(14.615)	(9.105)
Variação cambial fornecedores estrangeiros	(4)	10
Juros sobre debêntures	66.459	62.247
Resultado de operações com derivativos	59.916	(92.216)
Valor justo sobre debêntures (*fair value option*)	(85.798)	62.452
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	8.526	6.919
Atualização monetária para riscos trabalhistas e previdenciários	4	3
Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	207	353
Capitalização de custos de debêntures	(4.471)	(4.012)
Rendimento de aplicação financeira	4.097	-
	101.799	70.988
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	39.337	(32.852)
Contas a receber - partes relacionadas	(6.606)	(1.229)
Dividendos recebidos	13.530	3.449
Tributos a recuperar	1.869	(5.540)
Estoques	(15.957)	(18.932)
Adiantamento a fornecedores	(166)	93
Depósitos judiciais	(34)	(44)
Despesas antecipadas e outros créditos	(2.986)	1.123
Ativo financeiro	(156.507)	-
Recebimento ativo financeiro	125.102	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	4.660	4.619
Fornecedores - partes relacionadas	(457)	743
Obrigações sociais e trabalhistas	3.359	(4.208)
Obrigações com poder concedente	174	331
Impostos e contribuições a recolher	7.375	1.237
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(5.803)	(5.815)
Pagamento de riscos trabalhistas e previdenciários	(422)	(97)
Outras contas a pagar	6	(3.978)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	108.273	9.888
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.525)	(2.627)
Adição de ativo intangível	(39.648)	(48.828)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(4.097)	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(48.270)	25.445
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	35.389	19.268
Debêntures		
Captações	-	700.000
Pagamentos de principal	-	(600.000)
Pagamentos de juros	(66.458)	(76.980)
Juros sobre capital próprio pagos	(4.486)	(6.202)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(35.555)	36.086
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	24.448	71.419
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	85.126	13.707
No final do exercício	109.574	85.126
	24.448	71.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária"), domiciliada na Estrada de Itapecerica, nº 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Companhia foi constituída em 07 de março de 2018 e assinou o contrato de Concessão em 05 de abril de 2018. A Five Trilhos - Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos"), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas acessórias da Companhia. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, que ocorreu em 04 de agosto de 2018. **Termo Aditivo nº 1:** Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia. **1.2. Outras informações relevantes: i. Nulidade da Concorrência Internacional nº 002/2016 e do Contrato de Concessão nº 003/2018 (Ação Popular nº 1012890-622018.8.26.0053):** A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Sr. Geraldo Alckmin e o Sr. Clodoaldo Pelissioni. Posteriormente, foi determinada a inclusão da CCR S.A (controladora da Companhia) no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a Controladora CCR S.A. ou a Companhia não são Parte. Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão nº 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois "empresas sócias majoritárias da CCR" estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão. A Controladora CCR S.A. foi citada nos autos da Ação Popular apenas em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegitima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados. Em 17 de dezembro de 2020, sobreveio decisão que concedeu vista dos autos aos autores populares, para que se manifestem sobre a contestação da Controladora CCR S.A.. Em 10 de março de 2021, os autores populares peticionaram para reiterar as razões expostas na petição inicial e para informar não ter interesse na produção de provas adicionais. Processo ainda não está em termos para saneamento ou sentença, permanecendo na fase de instrução. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ***b) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. ***c) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***d) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativam

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	126.838	130.745	119.326	82.420	588.574
Fornecedores e outras contas a pagar	23.820	128	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	1.122	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	2.368	-	-	-	-
Contas a pagar com operações de derivativos	13.696	11.123	2.915	3.129	8.505
Dividendos a pagar	9.152	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa e bancos	4.383	178
Aplicações financeiras		
CDB	105.191	84.948
	109.574	85.126

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,27% do CDI, equivalente a 4,36% a.a. (101,27% do CDI, equivalente a 2,80% a.a., em média, 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber:

Circulante	2021	2020
Receitas tarifárias (a)	2.394	41.731
	2.394	41.731

(a) Crédito a receber da SPTrans - São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários.

8. Ativo financeiro:

	2020	2021			
	Saldo inicial	Saldo de transferência (b)	Adições	Recebimento	Saldo final
Circulante					
Mitigação de demanda (a)	-	29.509	126.998	(125.102)	31.405
Total geral	-	29.509	126.998	(125.102)	31.405

(a) Refere-se a saldo de receita de mitigação de demanda, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente ao reconhecimento.. (b) Valores apresentados anteriormente como contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social: ***a.*** **Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.957	12.660
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(15.965)	(4.304)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	4.969	3.096
Despesas indedutíveis	(624)	(332)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(71)	(325)
Juros sobre capital próprio	1.525	-
Incentivos relativos ao imposto de renda	337	-
Outros ajustes tributários	25	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.804)	(1.865)
Impostos correntes	(13.833)	-
Impostos diferidos	4.029	(1.865)
	(9.804)	(1.865)
Alíquota efetiva do imposto	20,88%	14,73%

b. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	1.537	(1.537)	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	337	1.333	1.670	1.670	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	88	(71)	17	17	-
Resultado de operações com derivativos	(3.569)	3.233	(336)	-	(336)
Despesas pré-operacionais	1.001	(387)	614	614	-
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	3.849	2.898	6.747	6.747	-
Custos de debêntures capitalizados	(1.815)	(1.426)	(3.241)	-	(3.241)
Outros	212	(14)	198	198	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	1.640	4.029	5.669	9.246	(3.577)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.577)	3.577
Imposto líquido ativos (passivos)	1.640	4.029	5.669	5.669	-

	2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	1.537	1.537	1.537	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.063	(1.726)	337	337	-
Amortização custo de transação	(1.057)	1.057	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	-	88	88	88	-
Resultado de operações com derivativos	-	(3.569)	(3.569)	-	(3.569)
Despesas pré-operacionais	1.389	(388)	1.001	1.001	-
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	1.496	2.353	3.849	3.849	-
Custos de debêntures capitalizados	(476)	(1.339)	(1.815)	-	(1.815)
Outros	90	122	212	212	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	3.505	(1.865)	1.640	7.024	(5.384)
Compensação de imposto	-	-	-	(5.384)	5.384
Imposto líquido ativos (passivos)	3.505	(1.865)	1.640	1.640	-

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações 2021			Saldos 2021		
				Ativo		Passivo
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Contas a receber	Dividendos a Receber	Fornecedores
Controladora						
CCR	3.114 (a) (g)	-	-	19 (c)	-	344 (a)
Controlada						
Five Trilhos	-	-	-	-	3.596 (e)	-
Outras partes relacionadas						
CIIS	-	-	117 (c)	-	-	-
ViaOeste	-	2 (f)	-	-	-	3 (f)
ViaQuatro	2.753 (c)	-	793 (c)	132 (c)	-	296 (c)
Rodoanel Oeste	-	34 (f)	-	5 (c)	-	5 (c)
CPC	783 (b)	-	-	-	-	-
Samm	42 (d)	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	-	251 (c)	3 (c)	-	-
Bloco Central	-	-	-	2 (c)	-	7 (c)
Linhas 8 e 9	-	-	-	7.840 (c)	-	467 (c)
Total	6.692	36	(425)	8.001	3.596	1.122

	Transações 2020		Saldos 2020		
			Ativo		Passivo
	Despesas/custos com serviços prestados	Repasse de custos e despesas de pessoal	Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores
Controladora					
CCR	2.848 (a)	-	552 (c)	-	240 (a)
Controlada					
Five Trilhos	-	-	-	2.163 (e)	-
Outras partes relacionadas					
ViaOeste	-	-	18 (c)	-	10 (c)
ViaQuatro	3.183 (c)	-	458 (c)	-	544 (c)
CPC	1.611 (b)	-	29 (c)	-	712 (b)
Samm	99 (d)	-	-	-	9 (d)
Metrô Bahia	-	-	-	-	24 (c)
CIIS	-	21 (c)	26 (c)	-	25 (c)
ViaSul	-	-	1 (c)	-	15 (c)
Linha 15	-	-	311 (c)	-	-
Total	7.741	21	1.395	2.163	1.579

Despesas com profissionais chaves da administração

	2021	2020
Remuneração (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	967	1.173
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	990	171
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	34	1.010
Previdência privada	73	59
Seguro de vida	2	3
	2.066	2.416

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (h)	1.087	255

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 1.800. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (*Global Business Services)*, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês do faturamento; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (d) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento; (e) Refere-se a dividendos a receber da controlada Five Trilhos; (f) Refere-se à compra de ativo imobilizado; (g) Em dezembro de 2021, foi firmado contrato de contragarantia entre a CCR e a Companhia, por meio do qual a CCR passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissão de dívida da Companhia. A taxa de remuneração e o valor faturado em 2021, está descrito abaixo:

Investida	Valor faturado	Taxa de remuneração
ViaMobilidade	6.557	1,1% a.a.

h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Investimentos: a) Composição dos investimentos:

	Participação	Patrimônio Líquido da investida		Investimentos		Resultado líquido do período		Resultado de equivalência patrimonial	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Five Trilhos	100%	24.828	25.176	24.828	25.176	14.615	9.105	14.615	9.105
Total		24.828	25.176	24.828	25.176	14.615	9.105	14.615	9.105

b) Informações financeiras resumidas

	2021				2020			
	Participação	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro do período	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro do período
Five Trilhos	100%	31.331	6.504	23.051	14.615	28.403	3.228	11.057	9.105

c) Movimentação do investimento

	2020	2021		
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Saldo final
Five Trilhos	25.176	14.615	(14.963)	24.828

12. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.136	-	-	293	3.429
Máquinas e equipamentos		11.667	-	-	1.429	13.096
Veículos		2.814	-	(44)	-	2.770
Imobilizações em andamento		1.852	4.654	(11)	(3.056)	3.439
Total custo		19.469	4.654	(55)	(1.334)	22.734
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(524)	(332)	-	-	(856)
Máquinas e equipamentos	11%	(2.241)	(1.593)	-	-	(3.834)
Veículos	23%	(1.212)	(668)	32	-	(1.848)
Total depreciação		(3.977)	(2.593)	32	-	(6.538)
Total geral		15.492	2.061	(23)	(1.334)	16.196

	Taxa média anual de depreciação %	2019 Saldo inicial	2020 Adições	Baixa	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		2.801	-	-	335	3.136
Máquinas e equipamentos		8.995	-	-	2.672	11.667
Veículos		2.814	-	-	-	2.814
Imobilizações em andamento		2.403	2.797	(6)	(3.342)	1.852
Total custo		17.013	2.797	(6)	(335)	19.469
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(222)	(302)	-	-	(524)
Máquinas e equipamentos	12%	(835)	(1.406)	-	-	(2.241)
Veículos	23%	(543)	(669)	-	-	(1.212)
Total depreciação		(1.600)	(2.377)	-	-	(3.977)
Total geral		15.413	420	(6)	(335)	15.492

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 129 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 150 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 9,03% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 7,64% a.a. em 2020.

13. Intangível e infraestrutura em construção:

	Taxa média anual de amortização %	2020 Saldo inicial	Adições	2021 Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura		72.208	-	47.149	119.357
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.589	-	1.532	5.121
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1	653	-	654
Direitos da concessão		554.268	-	-	554.268
Total do custo		630.066	653	48.681	679.400
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(4.932)	(5.099)		(10.031)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20%	(735)	(980)	-	(1.715)
Direitos da concessão	(b)	(50.930)	(25.659)	-	(76.589)
Total amortização		(56.597)	(31.738)	-	(88.335)
Total intangível		573.469	(31.085)	48.681	591.065
Infraestrutura em construção (c)		58.916	43.337	(47.347)	54.906

	Taxa média anual de amortização %	2019 Saldo inicial	Adições	Baixa	2020 Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		55.943	-	-	16.265	72.208
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.673	-	-	1.916	3.589
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		439	1.317	(63)	(1.692)	1
Direitos da concessão		554.268	-	-	-	554.268
Total do custo		612.323	1.317	(63)	16.489	630.066
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(1.777)	(3.155)	-	-	(4.932)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20%	(206)	(529)	-	-	(735)
Direitos da concessão	(b)	(25.383)	(25.547)	-	-	(50.930)
Total amortização		(27.366)	(29.231)	-	-	(56.597)
Total intangível		584.957	(27.914)	-	16.489	573.469
Infraestrutura em construção		21.521	53.549	-	(16.154)	58.916

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico. (c) As principais infraestruturas em construção são as obras de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 4.342 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 3.862 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média de capitalização, em 2021 foi 9,03% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 7,64% a.a. em 2020.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	2021	2020
1. 2ª Emissão - Série única (a)	9,76% a.a.	Abril de 2030	692.877	778.674 (b)
Total geral			692.877	778.674
Circulante				
Debêntures			77.823	16.222
Valor justo			42.487	48.768
			120.310	64.990
Não Circulante				
Debêntures			638.400	700.000
Valor justo			(65.833)	13.684
			572.567	713.684

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*fair value option*). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20; **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR S.A. e RuasInvest na proporção de sua participação acionária direta/indireta. **Cronograma de desembolsos (não circulante):**

	2021
2023	72.100
2024	67.200
2025	35.700
2026 em diante	463.400
(-) Valor justo	(65.833)
	572.567

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 1º de abril de 2020, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, em série única, com os benefícios da lei nº 12.431/2011, cujos recursos foram utilizados para reembolso de gastos, despesas e dívidas realizadas no período de 24 meses para a realização dos investimentos para a operação, manutenção e conservação das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo. O valor da emissão foi de R$ 700.000, com remuneração fixa de 9,76% a.a.. Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 1º de outubro de 2020. O principal será amortizado em parcelas semestrais e customizadas, a partir de 1º de abril de 2022 até 1º de abril de 2030. A emissão conta com fiança corporativa prestada pelas acionistas na proporção de suas participações acionárias no capital. Em 16 de novembro de 2021 foi formalizado o contrato de alienação fiduciária de ações e outras avenças, na mesma data foi celebrado o contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da concessão e diretos creditórios e outras avenças que conta com garantias reais como: cessão de recebíveis e constituição de conta reserva. As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora, desde que respeitado o prazo mínimo de 4 anos, desde a data de emissão, com prêmio definido na escritura. A fiança corporativa dos acionistas será dispensada, quando forem atendidas as 3 condições a seguir: (i) constituição das garantias reais; (ii) obtenção de *rating* atribuído por agência independente de no mínimo AA - ou equivalente (o que já foi obtido) e (iii) apuração de ICSD superior a 1,3 por dois anos consecutivos, medidos a partir do ano calendário 2022. A partir de 2022, a emissora só poderá distribuir dividendos caso o ICSD seja superior a 1,3. No caso de contratação de endividamento adicional pela emissora, em valor superior a R$ 15.000, o índice Dívida Líquida / EBITDA passará a ser acompanhado, e no caso deste ser superior a 3,5, sem que haja apresentação de fiança bancária, será considerado evento de vencimento antecipado, não automático. Em 1º de abril de 2020, foi firmado contrato de *swap* com o Banco Itaú Unibanco, reproduzindo o mesmo fluxo de juros e amortização da 2ª emissão de debêntures, de modo que a operação fique com taxa efetiva de CDI + 1,44% a.a..

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	2.883	3.467
Benefícios, gratificações e participações a pagar	5.693	1.631
Encargos sociais e previdenciários	2.969	3.058
Provisão para férias e 13º salário	5.430	5.931
	16.975	14.087
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	541	70
	541	70

16. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2020	2021				
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis e administrativos	-	10	-	(10)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	259	247	(50)	(412)	4	48
	259	257	(50)	(422)	4	48

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2021	2020
Cíveis e administrativos	-	10
Trabalhistas e previdenciários	117	45
	117	55

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2021		2020	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CCR S.A.	83,34%	74.172.600	83,34%	74.172.600
Ruasinvest Participações S.A.	16,66%	14.827.400	16,66%	14.827.400
	100,00%	89.000.000	100,00%	89.000.000

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção:** Em 30 de dezembro de 2021, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R$ 4.141, a serem pagos conforme vier a ser oportunamente deliberado. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido de exercício	37.153
(-) Constituição de reserva legal	(1.858)
Lucro líquido ajustado	35.295
Dividendos mínimos obrigatórios	5.011
Total de juros sobre capital próprio pagos	3.813
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	8.824

e. Juros sobre o capital próprio: Em 20 de dezembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 30 de dezembro de 2020 no valor bruto de R$ 4.486, correspondentes a R$ 0,050409371250 por ação, pagos em 23 de dezembro de 2021.

18. Receitas operacionais

	2021	2020
Receitas metroviárias	226.950	191.732
Receita de mitigação de demanda	126.998	119.898
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	37.031	46.051
Receita bruta	390.979	357.681
Impostos sobre receitas	(7.078)	(6.232)
Devoluções e abatimentos	(35)	(45)
Deduções das receitas brutas	(7.113)	(6.277)
Receita operacional líquida	383.866	351.404

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(66.459)	(62.247)
Perda com operações de derivativos	(218.506)	(42.625)
Comissões sobre debêntures	(174)	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(53)	(67)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(8.001)	(22.910)
Valor justo sobre debêntures (*fair value option*)	(65.829)	(89.337)
Capitalização de custos de debêntures	4.471	4.012
	(354.551)	(213.174)
	2021	2020
Receitas financeiras		
Ganho com operações de derivativos	158.590	134.841
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.892	2.763
Valor justo sobre debêntures (*fair value option*)	151.627	26.885
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	57	57
Juros e outras receitas financeiras	296	1
	314.462	164.547
Resultado financeiro líquido	(40.089)	(48.627)

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia (CCR S.A.) possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.383	-	-	178	-	-
Aplicações financeiras	105.191	-	-	84.948	-	-
Contas a receber	-	2.394	-	-	41.731	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	8.001	-	-	1.395	-
Contas a receber - operações com derivativos	-	-	-	72.948	-	-
Dividendos a receber	-	3.596	-	-	2.163	-
Ativo financeiro	-	31.405	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures	(692.877)	-	-	(778.674)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(23.946)	-	-	(19.286)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.122)	-	-	(1.579)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.333)	-	-	(1.159)
Contas a pagar com operações de derivativos	(22.357)	-	-	-	-	-
	(605.660)	45.396	(35.553)	(620.600)	45.289	(22.024)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos, aplicações financeiras -** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, ativo financeiro, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas, dividendos a receber e dividendos a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. exceto: (i) ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor. • **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos (nível 2) foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). • **Obrigações com o poder concedente -** Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalente aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com características exclusivas. (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir: Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). • **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option)*** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads entre a taxa referencial informada pela ANBIMA e a curva obtida da B3 para cada indexador, ou pela média dos spreads das debêntures classificadas por setor e trazidos a valor presente pela curva de taxa livre de risco (pré-DI). Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 716.224 em 31 de dezembro de 2021:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - *Swap*	Custo amortizado (a)
Debêntures 2ª emissão - Série única (a) (b)	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	716.224

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir: Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	105.191	84.948
Derivativos	(22.357)	72.948
Debêntures	(692.877)	(778.674)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2021, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
					Moeda Local		Moeda Local		Moeda local recebidos/(pagos)		Valores a rece

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0997-191A-B3B5-FC75 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0997-191A-B3B5-FC75

Hash do Documento

B2D105D49A775A617910181203B0EF2DDD90CCDF3C0DB518AEC3B93AA9CA85FA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00